

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
MESTRADO EM ENFERMAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO E TRABALHO EM
SAÚDE E
ENFERMAGEM

LUCIANE PATRÍCIA OLIARI

**A CRIAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE
ENFERMAGEM NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA
CATARINA NOS ANOS 2000**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

LUCIANE PATRÍCIA OLIARI

**A CRIAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE
ENFERMAGEM NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA
CATARINA NOS ANOS 2000**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Enfermagem da
Universidade Federal de Santa
Catarina. Área de
Concentração: Educação e
Trabalho em Saúde e
Enfermagem. Linha de
Pesquisa: História da Educação
e do Trabalho em Saúde e
Enfermagem.

Orientadora: Dra. Maria Itayra
Padilha

**FLORIANÓPOLIS
2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliari, Luciane Patrícia

A criação e a implantação do curso técnico de enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina nos anos 2000 / Luciane Patrícia Oliari ; orientadora, Maria Itayra Padilha - Florianópolis, SC, 2016.
155 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.

Inclui referências

1. Enfermagem. 2. História da Enfermagem. 3. Escolas de Enfermagem. 4. Formação de Recursos Humanos. 5. Educação. I. Padilha, Maria Itayra . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. III. Título.

LUCIANE PATRÍCIA OLIARI

**A CRIAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE
ENFERMAGEM NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA
CATARINA NOS ANOS 2000**

Esta DISSERTAÇÃO foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Título de:

MESTRE EM ENFERMAGEM

e aprovada em 24 de fevereiro de 2016, atendendo às normas da Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, área de concentração Educação e Trabalho em Saúde e Enfermagem.

Profª Drª Vânia Marli Schubert Backes
Coordenadora do PEN/UFSC

Banca Examinadora

Drª Maria Itayra Coelho de Souza Padilha
Presidente

Drª Miriam Susskind Borenstein
(Membro)

Drª Vânia Marli Schubert Backes
(Membro)

Drª Laurete Medeiros Borges
(Membro)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois sem a sua proteção e benção eu não teria chego até aqui;

Ao meu noivo Felipe, por me apoiar, incentivar e compreender os momentos de ausência e impaciência. Amo você!

À minha família, em especial meus pais Ernesto e Margarida, por todo carinho recebido desde sempre e apoio inestimável, me dando força e coragem nos momentos de dificuldades, compreendendo minhas ausências. Amo vocês!

À minha orientadora, Dra. Maria Itayra Padilha, agradeço imensamente pelo acolhimento, ensinamentos, palavras de incentivo, paciência e dedicação durante o todo o processo de construção deste trabalho. Sem dúvida é um exemplo de profissional. Muito obrigada!

Aos professores da Pós-Graduação em Enfermagem/UFSC, e colegas de turma, pelos ensinamentos, oportunidades de troca de saberes e momentos de descontração;

Ao Instituto Federal de Santa Catarina, pela política de incentivo à qualificação dos seus servidores, proporcionando disponibilidade para minha dedicação ao mestrado, como também, colaborando com a realização deste estudo;

Aos companheiros do Grupo de pesquisa GEHCES/UFSC, pela recepção e companheirismo desde o início desta jornada;

Aos participantes deste estudo que disponibilizaram um pouquinho do seu tempo para contribuir com a realização desta dissertação;

Aos membros da banca examinadora de qualificação e sustentação por aceitarem o convite, e por suas valiosas contribuições com este estudo;

As minhas queridas amigas que vivenciaram este processo comigo. Obrigada pelos momentos de risadas, lamúrias e descontração. Foi muito importante dividir este processo com vocês. Vocês moram no meu coração!

Enfim, a todos que de alguma forma participaram e/ou torceram para a concretização deste trabalho, muito obrigada!

RESUMO

OLIARI, Luciane Patrícia. A criação e a implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal De Santa Catarina nos anos 2000. 155p

Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Itayra Padilha

Linha de Pesquisa: História da Educação e do Trabalho em Saúde e Enfermagem

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem sócio-histórica, com o objetivo de compreender o processo de criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem do Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000. Utilizamos a história oral temática como método de coleta de dados. O contexto foi o campus Florianópolis, do IFSC, que compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Oito sujeitos constituíram as fontes orais: cinco enfermeiras professoras, duas pedagogas, e o diretor do campus. Como fontes documentais: projetos, portarias e memorandos. O estudo foi submetido a Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC. A análise dos dados ocorreu por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temática, chegando-se as seguintes categorias: O curso Técnico de Enfermagem no IFSC: o por quê de sua criação; Os personagens fundamentais para a criação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC; Fortalezas e fragilidades no período criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem. Os resultados estão apresentados em forma de dois manuscritos. O primeiro intitula-se, “O curso Técnico de Enfermagem em uma instituição federal centenária de ensino industrial em Santa Catarina”, com o objetivo de conhecer a implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000. Identificamos que o curso técnico de enfermagem tornou-se realidade em virtude da atuação persistente

das enfermeiras desta instituição, as quais se dedicaram na construção de um curso, o qual pudesse atender a uma necessidade do próprio grupo de professoras, em cumprir a carga horária exigida, como também, por uma demanda da comunidade por formação profissional, pública, gratuita e de qualidade na área da enfermagem. O segundo manuscrito intitula-se “Os desafios do Curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina em Florianópolis”, com o objetivo de analisar as fortalezas e fragilidades encontradas no processo de implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000. As fragilidades destacadas foram: materiais e estrutura insuficientes, poucos professores para conduzir o curso, oferta do curso bianual e a não compreensão pela instituição do funcionamento dos estágios. Como fortalezas: o comprometimento dos professores envolvidos com o curso, apoio da direção e o reconhecimento pelo incentivo a pesquisa dado pelas enfermeiras. Conclui-se que a criação do curso Técnico de Enfermagem, em uma instituição centenária no ensino industrial, enfrentou vários desafios conduzidos pelos profissionais de enfermagem, que com competência, empenho e dedicação levaram a frente este projeto e que permanece até hoje. Além disso, o curso técnico de enfermagem vem contribuindo para o desenvolvimento local e regional, por meio da inserção de profissionais da enfermagem qualificados para o mercado de trabalho, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população, competitividade no mercado de trabalho, e o surgimento de novos campos de trabalho para os profissionais desta área.

PALAVRAS CHAVE: História da Enfermagem; Ensino Médio; Formação de Recursos Humanos; Escolas de Enfermagem; Educação.

ABSTRACT

OLIARI, Luciane Patrícia. **The creation and deployment of technical nursing course at Instituto Federal de Santa Catarina in the 2000's.**155p Dissertation (Masters in Nursing). Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,2016.

Advisor: Prof^ª.Dr. Maria Itayra.

Research Line: history of education and of health and nursing work

It is a qualitative research with social and historical approach, with the goal of understanding the process of creation and implementation of nursing technical course of Instituto Federal de Santa Catarina in Florianópolis, Santa Catarina State, in late 2000. We use thematic oral history as a method of data collection.

The context was the campus Florianópolis, at IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), composing the Federal Network of Professional, scientific and Technological Education. Eight subjects were the oral sources: five nursing teachers, two pedagogues, and the campus director. As documentary sources: projects, ordinances and memos. The study was submitted to Brazil Platform and approved by Committee of ethics in research with Human Beings at UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Data analysis occurred through the technique of Thematic Content Analysis, the following categories: the nursing technical course in the IFSC: why its creation; The key characters to the creation of nursing technical course in the IFSC; strengths and weaknesses in the creation period and implementation of nursing technical course. The results are presented in the form of two manuscripts. The first is entitled “the technical nursing course in a century-old federal institution of industrial education in Santa Catarina”, with the goal of cognize the deployment of technical nursing course at Instituto Federal de Santa Catarina, in Florianópolis, Santa Catarina, in the 2000 decade. We have identified that the nursing technical course became reality due to the persistent action of the nurses of this institution, which dedicated themselves to building a course, which

could meet a need the group of teachers, to meet the workload time required, but also by a demand of community for professional training, public, free and quality in the area of nursing. The second manuscript is entitled “the challenges of nursing technical course at Instituto Federal de Santa Catarina in Florianópolis, to analyze the strengths and weakness found in the deployment process of the nursing course at Instituto Federal de Santa Catarina in Florianópolis/SC in the 2000 decade. The highlighted weaknesses were: insufficient materials and structure, few teachers to conduct the course, biannual course offer and not understanding the functioning of the institution. As strengths: the commitment of the teachers involved with the course, support of the direction and recognition by the encouragement given by the research nurses. It is concluded that the creation of technical nursing course, in a century-old institution in industrial education, faced several challenges driven by nursing professionals, that with competence, commitment and dedication, they carried forward this project and that remains today. In addition, the technical nursing course has contributed to local and regional development, through the insertion of qualified nursing professionals into the job market, promoting the improvement of the quality of life of the population, competitiveness in the job market, and the emergence of new fields of work for professionals in this area.

KEY WORDS: History of nursing; High school; Human resources training; Nursing schools; Education

RESUMEN

OLIARI, Luciane Patrícia. **La creación e implantación del Curso Técnico de Enfermería en el Instituto Federal de Santa Catarina en los años 2000.** 155p. Disertación (Maestría en Enfermería). Programa de Post-Grado en Enfermería. Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Itayra Padilha

Línea de Investigación: Historia de Educación y Trabajo en Salud y Enfermería

Investigación cualitativa de abordaje sociohistórico que objetivó comprender el proceso de creación e implantación del Curso Técnico de Enfermería del Instituto Federal de Santa Catarina, en Florianópolis/SC, en la década de 2000. Utilizamos la historia oral temática como método de recolección de datos. El contexto fue el campus Florianópolis del IFSC, que compone la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica. Ocho sujetos constituyeron las fuentes orales: cinco enfermeras profesoras, dos pedagogas y el director del Campus. Como fuentes documentales: proyectos, decretos y memorándums. El Estudio fue aprobado por el Comité en Ética en Investigación con Seres Humanos de la UFSC. El análisis de los datos se dio por medio del análisis de Contenido Temático, del cual surgieron las siguientes categorías: El Curso Técnico de Enfermería en el IFSC: el porqué de su creación; Los personajes fundamentales para la creación del curso Técnico de Enfermería en el IFSC; Fortalezas y debilidades en el periodo de creación e implantación del Curso Técnico de Enfermería. Los resultados están presentados en forma de dos manuscritos. El primero se titula: “El curso Técnico de Enfermería en una institución federal centenaria de enseñanza en Santa Catarina” el objetivo fue conocer la implantación del curso técnico de Enfermería en el IFSC en Florianópolis/SC, en la década de 2000. Identificamos que el curso técnico de Enfermería se tornó realidad en virtud de la actuación persistente de enfermeras de esta institución, las cuales se dedicaron a la construcción de una carrera. Dicha realidad responde a la necesidad

profesional de cumplir una carga horaria específica y a la demanda de la comunidad para formación profesional, pública, gratuita e de calidad en el área de enfermería. El segundo manuscrito se titula “Los desafíos del Curso Técnico de Enfermería en el Instituto Federal de Santa Catarina en Florianópolis”, se objetivó analizar las fortalezas y debilidades encontradas en el proceso de implantación del curso técnico de Enfermería en el IFSC, en Florianópolis/SC, en el 2000. Las fragilidades destacadas fueron: materias y estructura insuficientes, pocos profesores para conducir el curso, oferta del curso bianual y la no comprensión por la institución de funcionamiento de las pasantías. Como fortalezas: el compromiso de los profesores involucrados con el curso, apoyo de la dirección y el reconocimiento por el incentivo a la investigación de la Enfermería. Se concluye que la creación del Curso Técnico de Enfermería, es una institución centenaria en la enseñanza industrial, enfrentó varios desafíos conducidos por los profesionales de enfermería, que con competencia, empeño y dedicación llevaron adelante este proyecto y que permanece hasta hoy. Además, el curso de Enfermería viene contribuyendo para el desarrollo local y regional, por medio de la inserción de profesionales de Enfermería calificada para el mercado de trabajo, promoviendo la mejoría de la calidad de vida de la población, competitividad en mercado de trabajo y el surgimiento de nuevos campos de trabajo para os profesionales de esta área.

Palabras clave: Historia de Enfermería; Enseñanza Media; Formación de Recursos Humanos; Escuelas de Enfermería; Educación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Instituto Federal em Santa Catarina.....	43
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED –	Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas
ABEN –	Associação Brasileira de Enfermagem
AGIA –	Associação do Governo Interno das Alunas
ANED –	Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas
ANEDB –	Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras
BID –	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFET- SC –	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
SC –	Santa Catarina
CEPSH –	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
COFEN –	Conselho Federal de Enfermagem
COREN-	Conselho Regional de Enfermagem
DNISP –	Departamento Nacional de Saúde Pública
EEAN –	Escola de Enfermagem Anna Nery
EAA-SC –	Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina
EC –	Exame de Classificação
EPEE –	Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras
ETF-SC –	Escola Técnica Federal de Santa Catarina
ET-SUS –	Escola Técnica de Saúde do Sistema Único de Saúde
GEHCES –	Grupo de Estudos da História do Conhecimento da Enfermagem e Saúde

IF (s) –	Instituto Federal
IFSC –	Instituto Federal de Santa Catarina
LDB –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC –	Ministério da Educação e Cultura
PEN/UFSC –	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina
PIASS –	Programa de Interiorização de Saúde e Saneamento
PLE –	Projeto Larga Escala
PPREPS –	Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde
PROEJA –	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFAE –	Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem
RET- SUS –	Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde
SGTES –	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde
SUS –	Sistema Único de Saúde
TCLE –	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEAE –	Unidade Especial de Administração do Ensino
UFPE –	Unidade Especial de Pesquisa e Extensão
UFSC –	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO –	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 REVISÃO DE LITERATURA	26
2.1 História do Ensino de Enfermagem no Brasil.....	26
2.2 História do Nível Médio de Enfermagem no Brasil.....	37
2.3 História dos Institutos Federais no Brasil e em Santa Catarina.....	46
2.3.1 O curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, campus Florianópolis.....	53
3 CAMINHO METODOLÓGICO	55
3.1 Tipo de Pesquisa.....	55
3.2 O Contexto.....	56
3.3 As Fontes.....	57
3.4 Registro, Análise e Interpretação dos Dados.....	63
3.5 Questões Éticas.....	65
4. RESULTADOS	67
4.1 Manuscrito 1: O curso Técnico de Enfermagem em uma instituição centenária de ensino industrial em Santa Catarina nos anos 2000.....	68
4.2 Manuscrito 2: Os desafios do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina nos anos 2000.....	97
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICE A: Roteiro de coleta de dados	148
APÊNDICE B: Termo de cessão de entrevista	150

APÊNDICE C: Termo de consentimento livre e esclarecido.....151

ANEXO A: Aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC.....155

1. INTRODUÇÃO

No Brasil o ensino de enfermagem tem sofrido inúmeras transformações desde sua institucionalização. Tais mudanças foram influenciadas diretamente pelo contexto social, econômico e político vivido pelo país, ao longo da sua história.

A profissionalização e o ensino de enfermagem no Brasil tiveram seu início em 1890, quando da criação da primeira escola de enfermagem brasileira, denominada Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE) do Hospital Nacional de Alienados, na cidade do Rio de Janeiro. Essa Escola foi implantada e dirigida pelos próprios médicos do Hospital Nacional de Alienados, os quais ministravam o curso. O currículo da EPEE seguia os moldes das escolas francesas, o qual enaltecia a enfermeira como “secundária ao médico”. A motivação para o surgimento desta escola, estava no déficit de profissionais qualificados para o atendimento aos doentes, em especial após a saída das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo desta instituição (BARREIRA et al 2011 p. 223).

Entretanto, o desenvolvimento da enfermagem moderna no Brasil ocorre apenas em 1922, com a fundação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), na cidade do Rio de Janeiro. A criação desta escola foi o resultado da Missão de Cooperação Técnica para o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, através da parceria do DNSP, liderado pelo sanitarista Carlos Chagas, com a Fundação Rockfeller, dos Estados Unidos. Esta missão foi conhecida como “Missão Parsons” e trazia ao Brasil enfermeiras norte americanas comandadas por Ethel Parsons, com o objetivo formar enfermeiras visitadoras sanitárias no país. Esta parceria foi firmada em virtude das epidemias e endemias que ameaçavam a economia brasileira, como também, a população que aqui residia. As atividades na Escola de Enfermeiras do DNSP iniciaram em 1923, e a partir de 1926 a escola passou a denominar-se Escola de Enfermeiras Dona Anna Nery. Esta escola adotou o sistema de ensino proposto por Florence Nightingale, o qual exigia disciplina rigorosa e qualidades morais das candidatas (GERMANO, 2003; GEOVANINI et al, 2010; BARREIRA et al 2011; LEONELLO; MIRANDA NETO; OLIVEIRA, 2011)

Em 1931, o Decreto nº 20.109/31, regulamentou o exercício da enfermagem no Brasil, e a escola Anna Nery tornou-se a escola oficial padrão para o ensino da enfermagem no país (KRUSE, 2006).

Com o advento da industrialização e da escolarização entre as décadas de 1930 e 1950, ocorre uma modificação no perfil social urbano, consolidando-se uma sociedade assalariada. Os trabalhadores passaram a reivindicar a garantia de direitos sociais, como o acesso a saúde. Esta reivindicação resultou em um sistema previdenciário, com a ampliação dos serviços de atendimento aos doentes, implantação de novas tecnologias e conseqüentemente, aumento na demanda por profissionais com formação específica para o atendimento de enfermagem (ANGERAMI; STEAGALL-GOMES, 1996; DANTAS; AGUILLAR, 1999; BOCK et al 2011).

O número de enfermeiras diplomadas pelo ensino oficial no Brasil era insuficiente para atender a esta demanda. Surge então um movimento social reivindicando a criação de cursos de enfermagem com um menor tempo de duração, promovendo assim o aumento do contingente de profissionais na área da saúde. Para tanto, a Associação de Enfermeiras Diplomadas brasileiras, atualmente Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn, solicita ao Governo que seja incluído na lei outro nível de formação de enfermagem, o Auxiliar de enfermagem (VILAR; BORGES, 2008).

Esta ideia de formar o auxiliar de enfermagem, surge em 1934, por iniciativa de Laís Netto dos Reys, na Escola de Enfermagem Carlos Chagas em Belo Horizonte. Entretanto, o curso foi formalizado apenas em 1949, por meio da Lei nº 775. Com este novo nível de formação tornou-se evidente a divisão técnica e social do trabalho na categoria (CARVALHO, 1976; ROCHA; NOGUEIRA; ZEITOUNE, 2005).

Com a publicação da Lei nº 775/49, de 06 de agosto de 1949, o ensino da Enfermagem passa a compreender oficialmente dois cursos ordinários: o Curso de Enfermagem e o Curso de Auxiliar de Enfermagem. A referida Lei, cria ainda a exigência de conclusão do ensino secundário para a inserção do aluno no curso de Enfermagem de nível superior (BRASIL, 1949). Entretanto esta exigência passou a ser cumprida anos mais tarde, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em 1961.

A Lei nº 4.024 (Revogada pela Lei 9394 de 1996) que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, determinou, entre outras exigências, a obrigatoriedade do curso secundário completo para a inserção do aluno em qualquer instituição de ensino superior do país.

Grande parte das escolas de enfermagem não conseguiram se adequar às novas exigências, sendo então transformadas em escolas de auxiliares de enfermagem (BRASIL, 1961a; BAPTISTA; BARREIRA, 2000; BAPTISTA; BARREIRA, 2006; VILAR; BORGES, 2008).

Na década de 1960, torna-se indispensável para o avanço do país a formação de profissionais de nível técnico em grande escala, nas várias áreas de atuação profissional. Na enfermagem, se fazia necessário aumentar o quantitativo de profissionais com o poder de atuação mais amplo que o auxiliar de enfermagem, os quais também pudessem substituir a enfermeira, na falta desta. Deste modo, as instituições de ensino de enfermagem modificaram suas grades curriculares, e em 1966 é oficializado o primeiro curso Técnico de Enfermagem do país, na Escola de Enfermagem Anna Nery (ROCHA; NOGUEIRA; ZEITOUNE, 2005; KLETEMBERG et al 2011).

Em 1973, por meio da publicação da Lei nº 5905 de 12 de julho, ocorre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de enfermagem no Brasil. A primeira tentativa de criação destes conselhos ocorre em meados da década de 1940, quanto as enfermeiras brasileiras, mais especificamente aquelas vinculadas a ABEN, começam a perceber a necessidade de criar um Conselho de Enfermagem, capaz de regulamentar e fiscalizar a profissão. Esta necessidade fica mais evidente, quando se tem a informação de que atividades pertinentes a enfermagem, estão sendo exercidas por pessoas sem formação (atendentes de enfermagem) nas unidades de saúde. Entretanto, a criação deste conselho, acontece vinte e oito anos após a primeira tentativa de sua criação (CARVALHO, 1976).

Em 1986 com a publicação da Lei nº 7.498/86, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem no país, fica determinado que a enfermagem deve ser exercida privativamente pelo Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira, de acordo com os seus respectivos graus de habilitação (BRASIL, 1986).

Em Santa Catarina, o ensino profissional de enfermagem teve início em 1959, com o Curso de Auxiliares de Enfermagem denominado Madre Benvenutta. O curso foi criado pela Congregação Divina Providência, por meio da coordenação da Irmã Cacilda, na cidade de Florianópolis, e foi reconhecido como a primeira escola de nível médio de Enfermagem do Estado (BORENSTEIN; PADILHA, 2011).

Dez anos mais tarde, em 24 de janeiro de 1969, é criado na mesma cidade, o primeiro curso de Graduação em Enfermagem do estado, na Universidade Federal de Santa Catarina. O curso foi criado

por meio da Resolução nº 02/69, assinada pelo Reitor João David Ferreira, anexo a faculdade de medicina da mesma instituição, sob a coordenação e articulação da enfermeira Prof^ª Dra. Eloita Pereira Neves. A criação do curso foi considerada como um grande avanço para a enfermagem catarinense, uma vez que o estado carecia de escolas de formação profissional em enfermagem. Os enfermeiros que aqui atuavam, na sua maioria, eram provenientes de outros estados, em especial do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, onde já existiam cursos de Graduação em Enfermagem (BORENSTEIN; ALTHOFF, 1999; BORENSTEIN et al 2009a).

Com a criação do curso, inúmeras modificações ocorreram nos serviços de atendimento à saúde da população, dentre elas, a melhoria na assistência de enfermagem, resultado da inserção de novos enfermeiros egressos da UFSC em tais instituições. Em 1976, a fim de atender a uma demanda nacional, em capacitar enfermeiros aptos para a formação de novos profissionais de enfermagem no país, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem *Strictu Sensu*, Mestrado e em 1992 o Doutorado, na Universidade Federal de Santa Catarina. (BORENSTEIN; ALTHOFF, 1999; BORENSTEIN et al 2009a; BORENSTEIN; PADILHA, 2011).

O curso Técnico de Enfermagem surge em Santa Catarina em 1970, na capital do Estado, Florianópolis, no Colégio Coração de Jesus, por meio de uma política do Governo Federal que previa a criação de escolas técnicas em todo o território nacional (Borenstein et al 2009b). Mais tarde, 1973, o curso Técnico de Enfermagem passa a ser ofertado no Colégio Integrado São José, em Tubarão, sob o Parecer nº 27, de 5 de janeiro (LORENZETTI; PADILHA; PIRES, 2010).

Atualmente Santa Catarina conta com 76 instituições de ensino que ofertam o curso de nível Técnico em Enfermagem e 27 de nível superior. Florianópolis, capital do estado, abriga sete destas escolas de nível técnico de e uma de nível superior de enfermagem, deste total de escolas (COREn, 2015).

Em 2002, o Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, na época Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET-SC, começa a ofertar em Florianópolis, capital do estado, o curso Técnico de Enfermagem. O referido curso foi implantado por intermédio das Enfermeiras¹ Professoras: Dra. Rita de Cássia Flôr, Dra.

¹ Será utilizado o substantivo feminino, de acordo com a designação cultural genérica utilizada para essa categoria profissional.

Laurete Medeiros Borges, Ms. Fabiano Antonini e Esp. Elisabete Furtado Maia, vindas do campus Joinville, onde o curso já estava sendo ofertado desde 1994.

Desde sua criação e implantação, o curso Técnico de Enfermagem do IFSC, campus Florianópolis, tem contribuído com a formação profissional da enfermagem na capital do estado catarinense, e região metropolitana. Entre os anos de 2002 e 2015, o curso formou um total de 117 profissionais, aptos para atuar no mercado de trabalho de nível médio em enfermagem.

O curso Técnico de Enfermagem do IFSC, campus Florianópolis, vem cooperando com melhoria da qualidade de vida da população, através da inserção de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, como também, com a criação de novos postos de trabalho, através da formação profissional.

O número de candidatos inscritos para prestar o Exame de Classificação, necessário para concorrer a uma vaga no curso, entre os anos de 2002 e 2010 variou entre 8,36 candidatos por vaga, à 59,3 por vaga (IFSC, 2014). Esta alta procura pelo curso Técnico de Enfermagem coloca o curso nos primeiros lugares do ranking de cursos mais procurados pela comunidade na instituição. Este fato demonstra o seu reconhecimento frente a comunidade e mercado de trabalho, tornando-se uma referência para a formação profissional na área da enfermagem na capital do estado catarinense.

O campus Florianópolis é o primeiro e mais antigo campus da Rede Federal de Educação Profissional em Santa Catarina. Sua trajetória é centenária. Surge em 1909, como Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina, mais tarde passou a chamar-se Liceu Industrial de Florianópolis (1937-1942), Escola Industrial de Florianópolis (1942-1965), Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1965-1968), Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1968-2002) e Centros Federais de Educação Tecnológica (2002-2008). Em 2008, com o intuito de unificar a rede federal de ensino em todo país, o governo federal, através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país, sendo o CEFET- SC transformado em IFSC (ALMEIDA, 2010).

Resgatar a história do ensino da enfermagem em nosso país, é criar possibilidades para construção de uma identidade profissional. Permitirá a compreensão das situações vividas na atualidade, as quais

são decorrentes do passado, como também, dos avanços conquistados pela profissão.

Conforme Padilha e Borenstein (2005), a investigação histórica serve para apresentar um contexto vivido e fornecer os significados deste contexto. Tem como finalidade, apresentar os sucessos, fracassos, eventos e ocorrências em geral, contribuindo com o presente e o futuro na área de interesse do historiador. “A história é constituída pela experiência humana vivida integral e socialmente, numa constante contradição de ideias, necessidades e aspirações que se manifestam num movimento de fazer, desfazer e refazer” (MAIA; COSTA; PADILHA; BORENSTEIN, 2011 p.139).

Os estudos na área da história da enfermagem formam “a construção de uma memória coletiva”, pois nos permite “tomar consciência daquilo que somos realmente” na construção de uma identidade profissional (BARREIRA, 1999, p. 90).

Desta forma, compreendemos que revisitar a trajetória da implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC é reviver a memória de toda uma categoria profissional que colaborou com o desenvolvimento da profissão em Santa Catarina. Este ato, interfere diretamente na realidade presente e contribui com o avanço da enfermagem como profissão.

Frente a estes dados, a questão de pesquisa que trabalhamos nesta dissertação foi:

Como ocorreu o processo de criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem em uma instituição de ensino voltado para área industrial?

A partir da questão de pesquisa traçamos os seguintes questionamentos: O que levou o campus Florianópolis ofertar o curso Técnico de Enfermagem? Qual o papel das Enfermeiras neste processo?

OBJETIVO GERAL

Compreender o processo de criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer como ocorreu a implantação do Curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000.

Analisar as fortalezas e fragilidades encontradas no processo de implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000.

JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Este estudo pretende contribuir com a preservação da história e memória da formação dos profissionais de enfermagem de nível médio em Florianópolis, na década de 2000, ampliar a produção científica a respeito da história da enfermagem em nosso estado, como também, enaltecer o papel das enfermeiras na construção e implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina do campus Florianópolis.

Ao pesquisar a história do curso Técnico de Enfermagem, do campus Florianópolis, estaremos registramos a importância das enfermeiras desta instituição para a formação profissional em enfermagem. Esta formação contribui com a qualificação e profissionalização do atendimento a saúde da população da região metropolitana de Florianópolis, como também, com o fortalecimento da profissão e do ensino da enfermagem em Santa Catarina.

O recorte temporal, anos 2000, corresponde ao período de implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC na cidade de Florianópolis, em uma instituição que por muitos anos, voltava a formação profissional ao ensino industrial.

O interesse em desenvolver esta pesquisa de natureza sócio-histórica, sobre a implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, campus Florianópolis, está relacionada a minha experiência profissional, como docente desta instituição. Em 2008 ingressei no

IFSC, como professora substituta do curso Técnico de Enfermagem, campus Joinville. Neste período, tive a oportunidade de conviver com as docentes que participaram do processo de criação do curso, e conhecer, através dos relatos das mesmas, os entraves enfrentados até a consolidação do curso. Mais tarde, como docente efetiva no campus Florianópolis-Continente, surge algumas inquietações a respeito do curso Técnico de Enfermagem ofertado em Florianópolis. O campus Florianópolis é o maior e o mais antigo campus da rede no estado. Entretanto, o curso Técnico de Enfermagem surge apenas na década de 2000, por intermédio das docentes que atuaram na implantação do curso Técnico de Enfermagem, no campus Joinville.

Este projeto de pesquisa está vinculado ao Grupo de Estudos da História do Conhecimento da Enfermagem e Saúde – GEHCES, criado em 1994, com a finalidade de resgatar a Historicidade da Enfermagem Brasileira, da linha de Pesquisa em História da Educação e do Trabalho em Saúde e Enfermagem do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (Pen/ UFSC).

2. REVISÃO DE LITERATURA

Com objetivo de sustentar teoricamente este trabalho, o presente capítulo apresenta considerações encontradas na literatura a respeito das seguintes temáticas:

- História do Ensino de Enfermagem no Brasil
- História do Nível Médio de Enfermagem no Brasil
- História dos Institutos Federais no Brasil e em Santa Catarina

2.1 História do Ensino de Enfermagem no Brasil

A formação dos profissionais de enfermagem no Brasil teve início em 27 de setembro de 1890, através do Decreto Federal n. 791, assinado pelo Chefe do Governo Provisório da República, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, que regulamentou a criação da primeira escola de enfermagem brasileira, denominada Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE) do Hospital Nacional de Alienados do Ministério dos Negócios do Interior, no Rio de Janeiro (GEOVANINI et al 2010; BARREIRA et al 2011).

Este decreto determinava que a escola fosse destinada a preparar enfermeiros e enfermeiras para atuar em hospícios e hospitais civis e militares; que o curso contemplasse questões pertinentes a noções gerais de anatomia, fisiologia, higiene hospitalar, curativos, pequenas cirurgias, cuidados especiais a certas categorias de enfermos e aplicações de “balneoterapias”, como também, administração interna e escrituração do serviço sanitário e econômico das enfermarias. Para o ingresso do aluno no curso era exigido idade mínima de 18 anos, conhecimento básico em aritmética, saber ler e escrever (BRASIL, 1890).

A motivação para a criação da escola EPEE se encontrava no déficit de profissionais qualificados para o atendimento aos alienados.

Esta falta de profissionais se agravou com a saída das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo desta instituição hospitalar, ocasionada por entraves políticos (GEOVANINI et al 2010; PAVA; NEVES, 2011).

Do período colonial à Proclamação da República (1889) a igreja católica mantinha o poder sobre os cuidados aos doentes e à administração dos hospitais, em especial, das Santas Casas de Misericórdia. O cuidado era baseado no discurso religioso, sem respaldo científico, prejudicando a assistência médica, como também a evolução do conhecimento sobre as doenças. Insatisfeita com esta situação, a classe médica, procurou apoio ao movimento positivista para reverter este quadro e tomou o poder no campo da saúde. Os médicos passaram a assumir cargos de direção, internação e alta do paciente (GOMES; ALMEIDA FILHO; BAPTISTA, 2005; BARREIRA et al 2011).

Com o intuito de formar profissionais que atendessem as necessidades do Hospital de Nacional de Alienados, o ensino de enfermagem na EPEE era ministrado por médicos, os quais foram os fundadores desta escola. O currículo do curso obedecia aos moldes das escolas Francesas, o qual enaltecia a importância da enfermeira ser secundária ao médico, ter obediência as suas ordens, ser boa administradora, cuidadora e ter bons hábitos de higiene (SANTO, 2007; BARREIRA et al 2011).

O curso recebia alunos de ambos os sexos, tinha dois anos de duração e abordava cuidados básicos de assistência hospitalar curativa, compreendendo aulas teóricas e práticas, com visitas as enfermarias. Exigia-se dos alunos o cumprimento com exatidão das determinações médicas e que o atendimento aos pacientes fosse realizado com “humanidade” (SANTO, 2007; GEOVANINI et al 2010; PAVA, NEVES 2011; BARREIRA et al 2011).

Nos documentos oficiais, há registros de três inaugurações da EPEE que ocorreram entre os anos de 1890 e 1913. Este dado indica a tentativa da escola se adequar os moldes da escola francesa e atender as necessidades do hospital de Alienados. Em 1921 a EPEE passou a denominar-se Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto. Atualmente, a escola pertence à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, denominada Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP) (BARREIRA et al 2011).

Uma nova tentativa de profissionalização da enfermagem ocorreu em 1916, no Rio de Janeiro, com a criação da Escola Prática de Enfermeiras pela Cruz Vermelha Brasileira. Os pré-requisitos para a inserção nesta escola foram: ser do sexo feminino, ter idade entre 18 e

30 anos, comprovados através da certidão de nascimento, saber ler e escrever, fazer as quatro operações aritméticas e possuir atestado médico de saúde e de boa conduta (BARREIRA et al 2011).

A implantação desta escola ocorreu durante a 1ª Guerra Mundial, sendo subordinada ao Ministério das Guerras com vínculo a hospitais, e não ao sistema de ensino do país. A criação desta escola se justificava na necessidade de profissionais qualificados para prestar o atendimento aos soldados doentes ou feridos (GEOVANINI et al 2010; BARREIRA et al 2011).

Entretanto, o desenvolvimento da enfermagem moderna no Brasil teve início apenas no século XX, liderada pelo então diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), o sanitarista Carlos Chagas. Este movimento surge em decorrência das grandes epidemias e endemias de doenças infectocontagiosas que ameaçavam o comércio importador e exportador brasileiro. Frente a este cenário, emerge a necessidade de profissionais da saúde capacitados para o atuar no combate a doenças, por meio de práticas preventivas realizadas fora do ambiente hospitalar (GERMANO, 2003; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2006).

Com este intuito, Carlos Chagas viaja aos Estados Unidos e firma parceria com a Fundação Rockefeller, instituição filantrópica, criada em 1909 pelo empresário do petróleo John Davison. Esta fundação promovia campanhas mundiais de controle infectocontagiosos, associadas ao capitalismo americano (Tavanielli, 2008). Essa parceria foi concretizada através da Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, conhecida como “Missão Parsons”, comandada pela enfermeira americana Ethel Parsons, que desembarca no Brasil, na cidade de Rio de Janeiro, em setembro de 1921. Em sua primeira atividade no país, realizou uma análise da situação da enfermagem na cidade. Parsons constatou que os cursos de enfermagem não seguiam os padrões mínimos dos cursos dos países anglo-saxões. Outra constatação da enfermeira, foi a necessidade de capacitar as mulheres (44) contratadas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, para atuar como visitadoras sanitárias, no controle das epidemias que ameaçavam o país (SANTOS; SANTOS; BARREIRA, 1998; GERMANO, 2003; LEONELLO; MIRANDA NETO; OLIVEIRA 2011).

Em 1922, foi criada a Escola de Enfermeiras do DNSP, através do decreto nº 15.779 de 10 de novembro. A escola iniciou suas atividades em 19 de fevereiro de 1923. Mais tarde, com o Decreto nº

17.268 de 31 de março de 1926, a escola passou a denominar-se Escola de Enfermagem Dona Ana Nery. Esta escola adotou o sistema de ensino proposto por Florence Nightingale, trazido para o Brasil pelas enfermeiras norte americanas, o qual exigia disciplina rigorosa e qualidades morais das candidatas (CARVALHO, 1976; GEOVANINI et al 2010; BARREIRA et al 2011).

Para ingressar na escola Anna Nery a pretendente a vaga deveria ter idade entre 20 e 35 anos, ser solteira ou legalmente divorciada, ter boa aparência e possuir diploma de conclusão do ensino na Escola Normal ou de estudos equivalentes. Em caso de inexistência desse documento, a candidata precisava comprovar sua capacitação para o curso de enfermagem, por um período de quatro meses, frequentando somente as aulas teóricas. A candidata precisava ainda apresentar atestado médico de sanidade física e mental e carta de referência de suas qualidades morais e intelectuais (Santos; Santos; Barreira, 1998; Pava; Neves, 2011; Barreira et al 2011). Este sistema de ensino adotado pela escola Anna Nery ganhou destaque nacional por sua organização, currículo e um processo seletivo rígido das candidatas.

Para a efetivação do curso de enfermagem foi criado no DNSP um serviço de Enfermeiras de Saúde Pública e um hospital geral de assistência, o qual serviria como local de treinamento para a escola de enfermeiras. Ambos estavam subordinados à Superintendência do DNSP (BARREIRA et al 2011).

Em 1923, por iniciativa de Clara Louise Kieninger (primeira diretora da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública), a escola passou a ser denominada Escola de Enfermeiras Dona Ana Neri, e posteriormente, Escola de enfermagem Anna Nery – EEAN, como atualmente é conhecida (CARVALHO, 1976).

Nesta escola por iniciativa das enfermeiras americanas foi criada a Associação do Governo Interno das Alunas (AGIA), considerada como a primeira tentativa de organização de uma associação de enfermagem no Brasil. Esta associação, estava sob o controle absoluto das professoras da escola de enfermagem Anna Nery, e tinha como objetivo atuar no desenvolvimento de capacidades e habilidades de expressão das alunas para assumir cargos de direção e liderança (CARVALHO, 1976; BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001; CABRAL; ALMEIDA FILHO, 2013).

Em 19 de julho de 1925, ocorre a diplomação da primeira turma de enfermeiras formadas no Brasil na Escola. Do total de 13 alunas que receberam a certificação, cinco foram contempladas com bolsas de

estudo, da Fundação Rockefeller, para aprimorarem seus conhecimentos nos Estados Unidos, e gradativamente substituírem as enfermeiras norte-americanas da “Missão de Parsons” que ainda estavam no Brasil (CARVALHO, 1976).

Após a certificação desta primeira turma, surgiu a necessidade de formar uma associação de ex-alunas. No entendimento das professoras da EEAN “para uma profissão ser reconhecida necessitava de uma associação e de uma revista” (MANCIA; PADILHA; RAMOS, 2011 p. 413). A criação desta associação era conveniente tanto à escola, que poderia exercer um controle sobre as ex-alunas diplomadas, quanto as alunas, que seriam membro de uma associação ligada a uma escola com o prestígio da Escola de Enfermagem Anna Nery (BARREIRA; SAUTHIER. BAPTISTA, 2001).

Deste modo, em 1926 é criada a Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (ANED). Mais tarde, em 1929, a associação passa a denominar-se Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB), distinguindo as enfermeiras formadas no Brasil daquelas que se diplomaram no exterior. Em 1944, a associação passa a designar-se como Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), acabando com a distinção das enfermeiras formadas no Brasil, daquelas que se diplomaram no exterior, já que o número de enfermeiras formadas no país ainda era pequeno. Em 1954 ocorre nova modificação, e a associação passa a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), o qual perdura até a atualidade. Esta última mudança da nomenclatura ocorre, uma vez que se entende que para ser enfermeira é necessário ser diplomada, tornando-se redundante a utilização do termo “enfermeira diplomada” (MANCIA; PADILHA; RAMOS, 2011).

Desde sua constituição, a ABEn esteve diretamente relacionada ao desenvolvimento e consolidação da enfermagem brasileira como ciência e profissão. Para tanto, atuou na construção do ensino e legislação que norteiam a prática da enfermagem no país. Nas relações de ensino, coube a ABEn o papel de planejar, orientar e acompanhar todo o processo educacional relacionado a enfermagem no país, tornando-o o mais “apropriado às exigências de saúde do povo brasileiro (CARVALHO, 1976 p. 121).

Em 1930, durante o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, é criado no Brasil o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, por meio do Decreto nº 19.402 de 14 de novembro. Conforme o art.2 do referido decreto, “o Ministério terá a seu cargo o

estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar” (BRASIL, 1930). A criação deste ministério atendeu ao desejo do movimento sanitarista da Primeira República e o governo federal passa a intervir no processo de formação dos profissionais que irão atuar na saúde pública do país (Bock, 2011). A criação deste Ministério, foi início da construção de um sistema nacional de ensino, “com códigos e leis elaborados tendo em vista estabelecer diretrizes, normas de funcionamento e formas de organização para os diversos ramos e níveis de educação do país” (MORAES, 1992 p. 293).

Em 1931 o Decreto nº 20.109, que regulamentou o exercício da enfermagem no Brasil, tornou a Escola de Enfermagem Anna Nery como Escola Oficial Padrão para o ensino da enfermagem no país. Esta determinação objetivava a equiparação e o reconhecimento das escolas de enfermagem brasileiras, a fim de garantir o alto nível de formação dos profissionais de enfermagem no Brasil. Os critérios estabelecidos para a equiparação foram:

- a) disporem as escolas candidatas à mesma de uma organização moldada na escola oficial padrão, especialmente no que diz respeito: à direção que será sempre confiada a uma enfermeira diplomada, com curso de aperfeiçoamento e experiência de ensino e administração em institutos similares; às condições para admissão de alunos; à duração do curso; à organização do programa desse curso;
- b) disporem de hospital em que possa ser dada instrução prática de enfermagem, e inclua serviços de cirurgia, medicina geral, obstetrícia, doenças contagiosas e de crianças, com o mínimo de 100 leitos, adequadamente distribuídos pelos serviços mencionados, sendo a teoria e prática de enfermagem sempre dirigidas por enfermeiras diplomadas e por um prazo de tempo igual ao da escola padrão.

Parágrafo único. Será facultado às escolas, no caso do hospital não possuir todos os serviços acima enumerados, enviar as suas alunas a outros hospitais que estejam nas mesmas condições

relativas ao ensino da teoria e prática de enfermagem (BRASIL, 1931).

O curso de enfermagem na escola Anna Nery iniciou com dois anos e quatro meses de duração, aumentando progressivamente para quatro anos. Exigia-se das alunas a obrigatoriedade do cumprimento de 48 horas semanais de atividades, além das horas de instrução teórica de estudo (BARREIRA et al 2011).

Com a publicação do Decreto que torna a escola de enfermagem Anna Nery como oficial padrão para o ensino da enfermagem no país, em 1931, Ethel Parsons retorna para os Estados Unidos satisfeita por ter “deixado nas mãos de enfermeiras brasileiras hábeis e muito capazes, toda a responsabilidade pela direção dos trabalhos daí por diante”, sendo então encerrada a “Missão Parsons” no Brasil. (CARVALHO, 1976 p. 11).

Até a criação da escola Anna Nery, já existiam no país quatro escolas de enfermagem: Escola Alfredo Pinto, fundada em 1890 no Rio de Janeiro; Escola de Enfermeiras do Hospital Samaritano em São Paulo, em 1901; Escola da Cruz vermelha no Rio de Janeiro, 1916 e, Escola do Exército, fundada em 1921. Entretanto essas escolas seguiam os moldes das escolas Europeias, onde as aulas e a direção da escola ficavam sobre a responsabilidades de médicos (GEOVANINI et al, 2010; PAVA; NEVES, 2011).

Em 1949 com a publicação da Lei nº 775 do governo federal, que regulamentou o ensino de enfermagem no país e o dividiu em dois níveis (Graduação em Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem), também determinou que o curso de enfermagem tenha obrigatoriamente trinta e seis meses de duração, envolvendo estágios práticos, e o curso de auxiliar de enfermagem com duração de dezoito meses. A referida Lei ainda definiu que, “em cada Centro Universitário ou sede de Faculdade de Medicina, deverá haver escola de enfermagem, com os dois cursos” (BRASIL, 1949). Para que a matrícula fosse realizada nos cursos de enfermagem, o candidato deveria apresentar: documento civil que comprove idade entre dezesseis e trinta e oito anos; atestados de vacinação, sanidade física, mental, e de idoneidade moral; e certificado de conclusão do curso secundário. O parágrafo único dispõe que durante o prazo de sete anos, a partir da publicação desta Lei, será permitida a matrícula para quem apresentar certificado de conclusão de curso

ginasial; de curso comercial e diploma ou certificado de curso normal (BRASIL, 1949).

No entanto, esta Lei que regulamentou o ensino de enfermagem no país, (775/49), não fez referência à formação do atendente de enfermagem. Em 1956, esta categoria representava cerca de 84,1% da força de trabalho da enfermagem no país, contra 11,3% de enfermeiros e 4,6% de auxiliares de enfermagem (Barbosa, 1991; Antunes; Shigueno; Meneghin, 1999). Entretanto, a referida Lei, ainda permitiu o ingresso de candidatos no curso superior de enfermagem sem a conclusão do ensino médio.

A publicação da Lei supracitada não teve repercussão favorável entre as escolas universitárias que ofertavam o curso de enfermagem, porém, a ABEn, na época ABED, não tomou iniciativa para alterá-la. Apostou na tentativa de impedir que esta determinação fosse aprovada, enquanto o projeto ainda estava no Senado, entretanto, sem sucesso (CARVALHO, 1976).

Mais tarde, com a publicação da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que Regula o Exercício da Enfermagem Profissional, fica instituída a divisão da enfermagem em: enfermeiro (portadores diplomados em escolas oficiais ou reconhecidos pelo governo, conforme a Lei nº 775/49), obstetriz, auxiliar de enfermagem, parteira, parteira prática, enfermeiro prático ou prático de enfermagem. Fica determinado, entre outras obrigações, que a direção dos serviços de enfermagem, e das escolas de enfermagem, assim como o ensino de enfermagem sejam privativamente de responsabilidade do enfermeiro (BRASIL, 1955).

Apenas em 1961, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4024 de 20 de dezembro (revogada pela Lei nº 9.394, de 1996) o ensino de enfermagem torna-se universitário no Brasil (BRASIL, 1961a). Até a publicação da LDB (1961), o ensino de enfermagem seguia uma legislação própria, o que era incentivada por muitos enfermeiros, uma vez que a enfermagem era considerada uma profissão com características próprias (CARVALHO, 1976).

A evolução do ensino provocou em 1968 a Reforma Universitária. A enfermagem teve um grande avanço como profissão. Tornou-se independente das faculdades de medicina, ocorre a implantação do curso de pós-graduação *latu-sensu* e elevou o número de oferta de vagas nos cursos existentes no país (ANTUNES; SHIGUENO; MENEGHIN, 1999; GEOVANINI et al, 2010; PAVA; NEVES, 2011). Outra importante mudança foi a implementação do concurso vestibular unificado, como forma de seleção nas universidades. Tal fato

possibilitou a inserção de homens nos cursos de enfermagem, o que até então não acontecia no país (MACHADO, 1992).

Em 1973, com a publicação da Lei nº 5905, que cria os Conselhos Federal e Regionais de enfermagem, órgãos responsáveis pela fiscalização da profissão, fica determinado, em seu Art. 2º que “o Conselho Federal e os Conselhos Regionais são órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem” e Art. 4º “haverá um Conselho Regional em cada Estado e Território, com sede na respectiva capital, e no Distrito Federal (BRASIL, 1973).

Compete ao Conselho Federal de Enfermagem (COFEn):

I – aprovar seu regimento interno e os dos Conselhos Regionais;

II – instalar os Conselhos Regionais;

III – elaborar o Código de Deontologia de Enfermagem e alterá-lo, quando necessário, ouvidos os Conselhos Regionais;

IV – baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

V – dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais;

VI – apreciar, em grau de recursos, as decisões dos Conselhos Regionais;

VII – instituir o modelo das carteiras profissionais de identidade e as insígnias da profissão;

VIII – homologar, suprir ou anular atos dos Conselhos Regionais;

IX – aprovar anualmente as contas e a proposta orçamentária da autarquia, remetendo-as aos órgãos competentes;

X – promover estudos e campanhas para aperfeiçoamento profissional;

XI – publicar relatórios anuais de seus trabalhos;

XII – convocar e realizar as eleições para sua diretoria;

XIII – exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por lei (BRASIL, 1973).

E ao Conselho Regional de Enfermagem (COREn):

I- deliberar sobre inscrição no Conselho e seu cancelamento;

II – disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, observadas as diretrizes gerais do Conselho Federal;

III – fazer executar as instruções e provimentos do Conselho Federal;

IV – manter o registro dos profissionais com exercício na respectiva jurisdição;

V – conhecer e decidir os assuntos atinentes à ética profissional, impondo as penalidades cabíveis;

VI – elaborar a sua proposta orçamentária anual e o projeto de seu regimento interno e submetê-los à aprovação do Conselho Federal;

VII – expedir a carteira profissional indispensável ao exercício da profissão, a qual terá fé pública em todo o território nacional e servirá de documento de identidade;

VIII – zelar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerçam;

IX – publicar relatórios anuais de seus trabalhos e relação dos profissionais registrados;

X – propor ao Conselho Federal medidas visando à melhoria do exercício profissional;

XI – fixar o valor da anuidade;

XII – apresentar sua prestação de contas ao Conselho Federal, até o dia 28 de fevereiro de cada ano;

XIII – eleger sua diretoria e seus delegados eleitores ao Conselho Federal;

XIV – exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas por esta Lei ou pelo Conselho Federal (BRASIL, 1973).

Mais tarde, em 1986, através de uma ação conjunta entre Governo, ABEn, COFEn e COREn, foi publicada a Lei nº 7498, em 25 de junho, que regulamenta o exercício da enfermagem no Brasil. A partir da publicação da referida Lei, o ensino de enfermagem ganha maior destaque no país. O art. 23 estabelece que os profissionais que realizam tarefas de enfermagem, sem possuir formação específica prevista em lei, como o atendente de enfermagem, “será autorizado, pelo Conselho Federal de Enfermagem, a exercer atividades elementares de enfermagem”, somente “sob orientação e supervisão de Enfermeiro”, durante o prazo de dez anos, a partir da publicação desta Lei (BRASIL, 1986).

Esta determinação só foi estabelecida, em virtude da carência de mão de obra qualificada para o exercício da profissão que o Brasil ainda enfrentava, sendo considerada como um avanço para o país, uma vez que resultaria na melhoria da qualidade da assistência prestada à população.

No ano de 2011, o senso do COFEn apresentou os dados referente as inscrições de profissionais de enfermagem no Brasil.

Conforme os registros, ainda existiam cerca de 14.291 atendentes de enfermagem no país, o que representa uma parcela de 0,77% da força de trabalho da enfermagem brasileira (COFEN, 2011). Entretanto nos dados apresentados em fevereiro de 2016, a categoria profissional “atendente de enfermagem”, não consta nos registros.

Por meio da Resolução n. 186, publicada no ano de 1995 pelo COFEN, ainda em vigência no país, fica determinado e especificado as atividades elementares de enfermagem, que podem ser executadas pelo pessoal sem formação específica (atendente de enfermagem). Atividades de fácil execução e atendimento, baseadas em saberes simples, sem exigirem conhecimento científico, adquiridas por meio de treinamento ou prática, de rotina e repetição, os quais não envolvam cuidados diretos ao paciente e não coloquem em risco a população, o ambiente e saúde, e sim, que contribua para a assistência de enfermagem, podem ser executados pelos atendentes de enfermagem, ainda inscritos no Conselho Federal de Enfermagem.

Contudo, não se permite a inscrição de novos profissionais sem formação específica nos Conselhos de Enfermagem, conforme determinação da Lei 7498/1986. Apenas os profissionais já registrados, podem continuar exercendo atividades elementares de enfermagem, de acordo com a Resolução supracitada.

2.2 História do Nível Médio de Enfermagem no Brasil

A formação dos profissionais de enfermagem de nível médio surge no Brasil como uma necessidade em ampliar o capital humano apto para o trabalho em saúde, capaz de suprir as necessidades que o país enfrentava.

Esta demanda torna-se evidente entre as décadas de 1930 e 1950, quando o país passava por um processo de industrialização e escolarização. O governo começa a investir na formação de profissionais para o trabalho, com o intuito de aumentar a produtividade do país e reduzir as necessidades de importações (Amorim, 2013). Para tanto, a saúde destes trabalhadores precisava ser conservada. Neste mesmo período, a classe proletária começa a reivindicar direitos sociais,

como acesso a saúde e direitos trabalhistas. São criadas então as caixas de Aposentadorias e Pensões, mantidas através de subsídio dos próprios trabalhadores e empresários, com a finalidade de prestar assistência aos seus beneficiários (ANGERAMI; STEAGALL-GOMES, 1996; ANTUNES; SHIGUENO; MENEGHIN, 1999; DANTAS; AGUILLAR, 1999; BOCK et al 2011).

Em meados da década de 1930, o governo, que até então não tinha influência sobre as caixas de Aposentadorias e Pensões, transforma-as em Institutos de Aposentadoria e Pensões para as classes de trabalhadores. Os institutos da Indústria e Comércio, com maior número de trabalhadores se expandiram, construíram e mantiveram hospitais para suprir as necessidades de saúde dos seus associados. O atendimento nestas instituições estava direcionado a recuperação do corpo do trabalhador para o trabalho (ANTUNES; SHIGUENO; MENEGHIN, 1999).

Na década de 1940, em decorrência das solicitações dos trabalhadores, ocorre um aumento de serviços que prestam atendimento aos doentes, com a inserção de novas tecnologias. Como consequência, resulta a demanda por profissionais de enfermagem com formação específica (DANTAS; AGUILLAR, 1999).

Em 1934, por iniciativa de Laís Netto dos Reys, foi criado no Brasil o curso de auxiliar de enfermagem, na Escola de Enfermagem Carlos Chagas em Belo Horizonte. A inclusão desta nova categoria profissional na enfermagem, surgiu como uma medida emergencial do Estado em aumentar o número de profissionais de enfermagem qualificados no país, com menor tempo de formação. Esta medida pretendia suprir a demanda existente, já que o número de enfermeiras diplomadas pelo ensino oficial no Brasil era insuficiente para atender à necessidade nacional. Após 23 anos de criação da primeira escola de enfermagem brasileira, existiam no país apenas 1300 enfermeiras diplomadas. Esta nova categoria profissional, estaria subordinada ao enfermeiro diplomado (CARVALHO, 1976; ROCHA; NOGUEIRA; ZEITOUNE, 2005; GEOVANINI et al, 2010).

Entretanto, a regulamentação da formação dos profissionais de enfermagem de nível básico no Brasil acontece apenas em 1949, com a publicação da Lei nº 775.

Através do Decreto nº 27426/49 que regulamentou a referida Lei, foi estabelecido que o ensino de enfermagem deveria ser exercido exclusivamente por enfermeiros, e o objetivo do curso de auxiliar de enfermagem era “o adestramento de pessoal capaz de auxiliar o

enfermeiro em suas atividades de assistência curativa”. O currículo do curso deveria dispor das seguintes disciplinas: introdução; noções de ética; corpo humano e seu funcionamento; higiene em relação à saúde; economia hospitalar; alimento e seu preparo, e enfermagem fundamental. Obrigatoriedade do cumprimento de estágios práticos em hospitais gerais, nos setores de clínica médica, clínica cirúrgica, sala de operações, central de material, berçário e cozinha geral. O curso deveria ter duração de 18 meses, com 44 horas semanais de atividades (escolares e estágios) obrigatórias. Esta carga horária permitia o “aproveitamento destes alunos como mão de obra dos hospitais recém instalados” (DANTAS; AGUILLAR, 1999 p. 27).

Com o aumento do contingente de profissionais de enfermagem atuando nos serviços de saúde, sentiu-se a necessidade de disciplinar o exercício profissional da categoria. Deste modo, em 17 de setembro de 1955, foi publicada a Lei nº 2604 que regula o exercício da enfermagem profissional, regulamentada pelo Decreto nº 50387/61 (BRASIL, 1955; BRASIL, 1961b; DANTAS; AGUILLAR, 1999;).

Conforme a Lei supracitada, os profissionais de nível básico de enfermagem poderiam exercer a profissão, desde que sob a supervisão de enfermeiros ou médicos. Estes profissionais poderiam executar todas as atividades do exercício peculiar da enfermagem, exceto: direção dos serviços de enfermagem, participação no processo de ensino e direção de escolas de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, bem como, participação em bancas examinadoras de práticos de enfermagem (Brasil, 1955; Dantas; Aguillar, 1999; Geovanini et al, 2010). Porém, na prática ainda existia a contratação de trabalhadores sem qualificação formal para o exercício da enfermagem no país. O treinamento destes profissionais era realizado por médicos e enfermeiros, quando presentes nos próprios serviços de saúde (DANTAS; AGUILLAR, 1999).

Em 1951 já se pensava na possibilidade da criação de mais um nível na formação da enfermagem, o Técnico de Enfermagem. Este tema foi apresentado pelas professoras Haydée Guanais Dourado e Isaura Barbosa Lima e debatido no IV Congresso Nacional de Enfermagem, realizado na Bahia. Haydée sugere que “o ensino em três níveis poderia ser a melhor solução para a enfermagem” (Carvalho, 1976 p. 179; Rocha; Nogueira; Zeitoune, 2005). No entanto, naquele momento não houve unanimidade na discussão sobre a importância da inclusão desta nova categoria para profissão, que ainda não havia uma atuação definida. As discussões em torno da formação do pessoal de

enfermagem ocorrer em três níveis entram em pauta nas reuniões da ABEn no ano de 1957 e perdura até 1963.

A necessidade de profissionais de nível técnico para o desenvolvimento do país se torna mais evidente na década de 1960. Para tanto, o governo federal publica a Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961 (revogada pela Lei nº 9.394, de 1996), que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Entre outras obrigatoriedades, esta Lei passou a exigir a conclusão do curso secundário completo para o ingresso do aluno em qualquer instituição de ensino superior do país.

Dos cursos de auxiliares de enfermagem em exercício, grande parte tiveram sua estrutura alterada pela Lei supracitada. As principais modificações impostas se encontravam na inclusão de cinco disciplinas obrigatórias para o curso, e a obrigatoriedade das duas séries iniciais do curso de auxiliar de enfermagem corresponderem aos dois primeiros anos ginasiais (DANTAS; AGUILLAR, 1999).

Esta modificação retomou as discussões iniciadas em 1952, para a inclusão de uma nova categoria na enfermagem, entre o auxiliar de enfermagem de nível básico e a graduação de nível superior. Contudo, a oficialização do curso Técnico de Enfermagem ocorre anos mais tarde, em 1966 (GEOVANINI et al, 2010).

Em 1963, a Comissão de Legislação da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) solicita aos órgãos competentes, a inserção de mais uma categoria de ensino profissional da enfermagem no país, o Técnico de Enfermagem. Neste documento a solicitação é que o ensino ocorra em três níveis: curso auxiliar de enfermagem, curso Técnico de Enfermagem e curso superior de enfermagem. Sobre a duração e o currículo do novo curso, a indicação é que sejam aprovados por órgão nacional, a fim de garantir a validade do título em todo território nacional (GÖTTEMS; ALVES; SENA, 2007).

Em 1966, foi criado o primeiro curso de enfermagem de nível médio do Brasil, o Curso Técnico na Escola de Enfermagem Anna Nery e posteriormente na Escola de Enfermagem Luiza de Marillac. Estes cursos estavam desvinculados do sistema de educação nacional e seguiam legislação própria. Com a Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, o curso Técnico de Enfermagem foi integrado no Sistema Educacional em nível de 2º grau, e regulamentado pela Resolução n.º 07/77 do Conselho Federal de Educação (ROCHA, NOGUEIRA, ZEITOUNE, 2005). A finalidade da criação do curso Técnico de Enfermagem se encontrava no déficit de profissionais de enfermagem qualificados que o país

enfrentava. Este novo profissional deveria ser capaz de substituir a enfermeira sempre que necessário, com “preparo intermediário entre o enfermeiro e o auxiliar de enfermagem” (CARVALHO, 1976 p. 195; KLETEMBERG, et al 2011).

Até meados da década de 1970, a formação profissional no Brasil estava voltada ao “treinamento para a produção em série e padronizada”, o que favorecia a incorporação maciça de trabalhadores “semi-qualificados”, ao mercado de trabalho. Tais trabalhadores deveriam realizar atividades “simples e rotineiras, previamente especificadas e delimitadas”. O conhecimento técnico ficava na maioria das vezes com os profissionais de níveis gerenciais, os quais deixavam o trabalhador sem autonomia para o exercício da profissão (BRASIL, 1999a).

Em 1976, o Conselho Federal de Educação publicou o Parecer nº 3814, que fixou os conteúdos curriculares mínimos para a formação do auxiliar de enfermagem. No ano seguinte, o mesmo Conselho publica as Resoluções nº 7 e nº 8 que regulamentam a formação do técnico e do auxiliar de enfermagem no Brasil. A Resolução nº 7 estabelece que os dois cursos são habilitações em nível de segundo grau, porém, a Resolução nº 8, em caráter emergencial, permite que o auxiliar de enfermagem tenha formação em nível de primeiro grau. Esta determinação foi publicada em decorrência da demanda nacional por profissionais de enfermagem qualificados (DANTAS; AGUILLAR, 1999; GÖTTEMS; ALVES; SENA, 2007).

Com a publicação da Lei nº 7498 de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da profissão, as competências dos auxiliares de enfermagem foram suprimidas em relação às dos técnicos de enfermagem. Entretanto, ambos deverão ser subordinados ao enfermeiro. Conforme a legislação:

Art. 12 – O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de Enfermagem, cabendo-lhe especialmente:

§ 1º Participar da programação da assistência de Enfermagem;

§ 2º Executar ações assistenciais de Enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no Parágrafo único do Art. 11 desta Lei;

§ 3º Participar da orientação e supervisão do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar;

§ 4º Participar da equipe de saúde.

Art. 13 – O Auxiliar de Enfermagem exerce atividades de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços auxiliares de Enfermagem sob supervisão, bem como a participação em nível de execução simples, em processos de tratamento, cabendo-lhe especialmente:

§ 1º Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas;

§ 2º Executar ações de tratamento simples;

§ 3º Prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente;

§ 4º Participar da equipe de saúde.

Art. 14 – (vetado)

Art. 15 – As atividades referidas nos arts. 12 e 13 desta Lei, quando exercidas em instituições de saúde, públicas e privadas, e em programas de saúde, somente podem ser desempenhadas sob orientação e supervisão de Enfermeiro (BRASIL, 1986).

Com revogação da LDB em 1996, o parágrafo único do art. 36 estabelece que a educação técnica de nível médio, para seu pleno exercício, deverá observar as definições e objetivos dispostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 1996).

Os objetivos destas Diretrizes são impor às instituições de ensino um modelo de organização, voltado ao desenvolvimento de competências profissionais, que proporcione aos jovens e adultos trabalhadores uma educação “não adestradora, não fragmentada”. Mas sim, uma educação que permita a interação com a sociedade, através da compreensão da ciência que permeia os processos produtivos e as relações sociais provocadas com o novo processo (PACHECO, 2012 p.10).

O Parecer CNE/CEB nº 16/99, conclui que as escolas técnicas têm o desafio de formar profissionais com a capacidade de gerir com autonomia e ética, as situações “previsíveis e imprevisíveis, rotineiras e inusitadas” de maneira criativa, empreendedora e eficiente. Espera-se que essas escolas formem profissionais com conhecimento “atualizado, inovador, criativo e operativo, que incorpore as mais recentes contribuições científicas e tecnológicas das diferentes áreas do saber” (BRASIL, 1999a).

Para a obtenção do diploma técnico de nível médio, se faz necessário a conclusão do educando no ensino médio, assim como, do próprio ensino técnico (BRASIL,1996).

É importante destacar que em meados da década de 1970, o Governo Federal começa a investir na formação dos profissionais da saúde no país, objetivando a melhoria do atendimento prestado à população. Esta formação ocorre por meio do Programa de Interiorização de Saúde e Saneamento (PIASS) e o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (PPREPS), com início na região nordeste, posteriormente sendo expandido para outras regiões do país. A partir da execução destes projetos, é iniciada as discussões sobre a formação dos trabalhadores em saúde do Brasil, uma vez que se torna evidente o contingente de profissionais da enfermagem, atuando nos serviços de saúde sem formação (LIMA; BRAGA, 2006).

Em 1981 foi lançado o Projeto Larga Escala (PLE) de Nível Médio e Elementar de Saúde, por meio de um acordo entre os Ministérios da Saúde, Educação e Previdência Social, e a Organização Pan-Americana de Saúde. Este projeto tinha como objetivo qualificar através de supletivo o pessoal de nível médio e elementar responsáveis pela expressiva força de trabalho dos serviços de saúde, ou os que ainda estavam em processo de admissão (Aguiar, 2001). O PLE não se constituía como política pública, mas sim como:

estratégia de formação, experiência pedagógica, movimento ou ideia visando qualificar uma força de trabalho empregada no setor saúde, em consonância com os ideais da Reforma Sanitária Brasileira, que propunha a democratização do sistema de saúde, bem como mudanças na prática profissional dos trabalhadores deste setor (BASSINELLO; BAGNATO, 2009 p.621).

Este Projeto durou até o ano de 1996, e destinava-se a formação do profissional no próprio ambiente de trabalho, considerando seus conhecimentos adquiridos na sua prática profissional e os reconstruía por meio de conhecimentos científicos (GÖTTEMS; ALVES; SENA, 2007). Todavia este programa não foi suficiente para subir a demanda dos profissionais de enfermagem que atuavam no país.

Na década de 1980 ainda, após a criação do Sistema Único de Saúde, o Governo Federal cria as Escolas Técnicas de Saúde do SUS - ET-SUS. Conforme Sório e Lamarca (1998, p. 149)

as Escolas Técnicas de Saúde do SUS, no Brasil, são entidades governamentais que foram criadas para exercer papel estratégico na promoção da profissionalização dos trabalhadores de nível médio, sem qualificação específica, para o desenvolvimento das ações de saúde.

Estas novas instituições de ensino, atuam na formação de trabalhadores de nível médio para o sistema de saúde do país. Atualmente, as 40 ET- SUS existentes, distribuídas em todos os estados do território nacional formam a RET – SUS – Rede de Escolas Técnicas do SUS, por meio da Portaria nº 2.970, de 25 de novembro de 2009, sob coordenação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde. Das 40 Escolas Técnicas de Saúde, 33 são estaduais, seis são municipais e uma é federal. Os cursos

ofertados são de básico a superior, sendo cursos de formação inicial, técnico, pós-técnico, pós-graduação e atualização (RET-SUS, 2015).

Outra importante investida do Governo Federal, para a qualificação dos profissionais da enfermagem, ocorre em 1999, por meio da portaria nº 1262 do Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego, que instituiu o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem – PROFABE, em todo o território nacional. A efetivação deste Programa, foi possível por meio da articulação do Ministério da Saúde com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a viabilização financeira do projeto, e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para o estabelecimento de cooperação técnica (CÊA; REIS; CONTERNO, 2007).

A principal finalidade do PROFABE foi promover a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, na atenção ambulatorial e hospitalar, por meio da qualificação dos profissionais do setor, como também, apoiar a regulamentação do mercado de trabalho no setor saúde (CÊA; REIS; CONTERNO, 2007; COSTA et al. 2009).

O PROFABE foi instituído em duas linhas de atuação. A primeira estava direcionada para a qualificação profissional de nível médio (técnicos e auxiliares de enfermagem), de aproximadamente 225 mil profissionais de saúde, os quais estavam exercendo a profissão sem qualificação, oferecendo risco a população, tanto do setor público como do privado. E a segunda vertente, se destinava a formação pedagógica dos enfermeiros docentes que estariam atuando neste programa, de acordo com a legislação (SILVA; SILVA; SANTOS, 2005).

O PROFABE cumpriu seu papel até o ano de 2003 e pode-se afirmar que alcançou seus principais objetivos. Formou um considerável número de auxiliares e técnicos de enfermagem, e enfermeiros especialistas em docência, promovendo assim a melhoria da assistência nos serviços de saúde, como também, a modernização dos espaços públicos de formação técnica (GÖTTEMS; ALVES; SENA, 2007).

Vale destacar, que as investidas do Governo Federal em qualificar os profissionais de saúde, se justifica nos fatos que ocorreram ao longo dos anos, e que provocaram um problema de saúde pública. Era comum a prática dos profissionais de saúde serem contratados, sem conhecimento técnico/científico, e receberem treinamento no próprio local de trabalho. Tal prática ocorria por falta de mão de obra

qualificada, tanto no serviço público como privado, e colocava em risco a vida da população que dependia do cuidado destes profissionais.

2.3 História dos Institutos Federais no Brasil e em Santa Catarina

A “pedra fundamental da Rede Federal de Educação Profissional do país” foi lançada em 1909, por Nilo Peçanha, Presidente dos Estados Unidos do Brasil, com o Decreto nº 7566 de 23 de setembro. O referido decreto, cria nas capitais dos Estados da República, as Escolas de Aprendizes Artífices, destinada aos pobres e humildes, para o ensino primário e gratuito, em execução da lei nº. 1.606, de 29 de dezembro de 1906 (FERNANDES, 2009 p.5; ALMEIDA, 2010).

O texto do Decreto considera que é dever do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. Para tanto, se faz necessário que:

Se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909).

No referido Decreto fica determinado ainda, que o Governo Federal mantenha as escolas por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; que formem operários e contra-mestres, através do ensino técnico e prático, com trabalho manual ou mecânico, necessário para a região onde funcionar a escola. Para ingresso nesta instituição, os candidatos deveriam cumprir os seguintes

pré-requisitos: ser “desfavorecidos da fortuna”, idade entre 10 e 13 anos, e possuir atestado de saúde confirmando que o candidato não fosse portador de doença infectocontagiosa, nem mesmo apresentar “defeitos” que impossibilitassem o aprendizado (BRASIL, 1909).

Em Santa Catarina, a Escola de Aprendizizes e Artífices, (EAA-SC), foi instalada em setembro de 1910, na rua Almirante Alvim, nº 17, atualmente rua Victor Konder, em um prédio cedido pelo Governador do Estado, o Coronel Gustavo Richard. Os primeiros cursos oferecidos pela instituição de ensino à comunidade foram os cursos: primário, desenho, tipografia, encadernação e pautação, carpintaria da ribeira, escultura e mecânica (ferraria e serralheria) (ALMEIDA, 2010).

Dez anos após a sua instalação, a Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina foi transferida para Rua Presidente Coutinho, até 1962, quando ocorre nova mudança, e é transferida, em definitivo, para o atual prédio localizado na Avenida Mauro Ramos (IFSC, 2011).

Em 1937 com a publicação da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, no governo Vargas, a Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina passou a denominar-se Liceu Industrial de Santa Catarina. A principal mudança se encontrava no fortalecimento do ensino industrial do país, resultado do aumento de investimento que o Liceu receberia. A referida Lei, determinava em seu parágrafo único, que os Liceus são instituições destinadas ao desenvolvimento do ensino profissional no país, nos vários graus de formação e nas diversas áreas de atuação (Brasil, 1937). Em Santa Catarina, os seguintes cursos foram oferecidos: mecânica de máquinas, fundição, tipografia e encadernação, cerâmica, carpintaria, marcenaria, serralheria e alfaiataria (ALMEIDA, 2010).

Mais tarde, em 1942, Getúlio Vargas publica a Lei Orgânica do Ensino Industrial, o Decreto-Lei nº 4073 de 30 de janeiro, o qual estabelece a implantação do Ensino Industrial no país. Este decreto determina que o Ensino Industrial promova a formação humana e profissional, e atenda aos interesses do trabalhador, das empresas e da nação (BRASIL, 1942).

Com a publicação desta Lei, o Liceu Industrial de Santa Catarina passou a denominar-se Escola Industrial de Florianópolis. Todavia, ficou conhecida na comunidade como “a Industrial”. Os cursos passaram a ser oferecidos em nível básico e de mestria e os candidatos passam por um teste de seleção para garantir o ingresso nos cursos da Escola Industrial (ALMEIDA, 2010 p.48).

Em 1959 houve nova mudança, através da publicação da Lei nº 3552 de 16 de fevereiro, que dispunha sobre a nova organização escolar

e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial. As escolas passam a ter como objetivo: fornecer base cultural geral e de iniciação técnica, permitindo ao educando integrar-se na comunidade, mercado de trabalho, ou mesmo, na continuidade de seus estudos. Parágrafo único: “os cursos devem adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a que serve a escola” (Brasil, 1959). Na Escola Industrial de Florianópolis, os cursos técnicos iniciam em 1962, com os cursos: Máquinas e Motores e Desenho Técnico (ALMEIDA, 2010).

Em 1965 a Lei nº 4.759, de 20 de agosto que dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais, altera o nome da Escola Industrial de Florianópolis para Escola Industrial Federal de Santa Catarina (BRASIL, 1965).

Em 6 de junho de 1968 o nome da instituição sofre nova mudança passando a denominar-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC), através da Portaria Ministerial nº 331 do corrente ano (Almeida, 2010). Em 1994 com a publicação da Lei nº 8948 de 8 de dezembro, ocorre uma importante modificação no sistema de ensino federal do país. Esta Lei transforma as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica - (CEFET). Esta alteração no sistema de ensino teve como finalidade:

Permitir melhor articulação da educação tecnológica, em seus vários níveis, entre suas diversas instituições, entre estas e as demais incluídas na Política Nacional de Educação, visando o aprimoramento do ensino, da extensão, da pesquisa tecnológica, além de sua integração os diversos setores da sociedade e do setor produtivo (BRASIL, 1994).

A implantação dos CEFETs ocorre de maneira gradativa no país, conforme o Art.1º da referida Lei, condicionado a publicação de Decreto presidencial específico, para cada novo centro. Para tal, foi necessário que cada Centro cumprisse alguns critérios estabelecidos pelo

Ministério da Educação e do Desporto, conforme o Art. 4º do Decreto nº 5.224 de 1º de outubro de 2004:

I - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluídos a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino;

II - ministrar educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica;

III - ministrar ensino médio, observada a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio;

IV - ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;

V - ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;

VI - ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;

VII - ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;

VIII - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;

IX - estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;

X - estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;

XI - promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e

melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada (BRASIL, 2004).

Em dezembro de 1997, a ETF -SC encaminha seu projeto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), solicitando sua transformação em CEFET, porém recebeu seu parecer negado. Apenas em março de 2002, o projeto foi aceito pelo MEC e o Decreto presidencial que cria o CEFET-SC foi publicado no Diário Oficial da União (ALMEIDA, 2010).

O CEFET- SC cumpriu seu papel até 2008, quando ocorre nova mudança no ensino profissional do país. O governo federal, com uma proposta político-pedagógica inovadora, cria os Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia do país. Foram criados em 2008, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica, gratuita e de qualidade, em todos os níveis e modalidades de atuação profissional, formando e qualificando cidadãos para os diferentes “setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008). Conforme o art 2º da Lei:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Os objetivos da criação dos Institutos Federais (IFs) são: ministrar educação profissional técnica de nível médio; formação inicial

e continuada, objetivando a capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização dos profissionais, nos diversos níveis de escolaridade; realizar pesquisas aplicadas estendendo seus benefícios à comunidade; desenvolver atividades de extensão com a comunidade e o mundo do trabalho; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda que favoreça à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; como também, a oferta de formação de nível superior (BRASIL, 2008).

Os IFs surgem como instituições de ensino que visam a promoção da igualdade de direitos da população, o desenvolvimento de novas tecnologias, e a geração de oportunidades com sustentabilidade e inclusão social. São responsáveis pela formação e qualificação de profissionais que irão atuar em favor do desenvolvimento local e regional, atendendo suas demandas, como também, por divulgar novas tecnologias. Os IF devem oportunizar ainda, a formação continuada de trabalhadores, e reconhecer suas competências e saberes obtidos no decorrer da sua vivência profissional. O reconhecimento deve ser correspondente aos exigidos nos currículos formais dos cursos (VIDOR et al 2011).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por 38 IFs, distribuídos em todo o território nacional, com aproximadamente 562 escolas. A rede é composta ainda por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, entretanto, oferecem educação profissional nos vários níveis. São: dois CEFETs, 25 escolas vinculadas a Universidades, e uma Universidade Tecnológica (BRASIL, 2015a).

Em Santa Catarina atualmente o IFSC conta com 22 campus, conforme figura a seguir (FIGURA 1), oferecendo formação de nível básico, técnico, tecnológico e de licenciaturas, de acordo com a realidade do local onde está inserido.

Os níveis de formação ofertados pelo IFSC, justifica-se na Lei que cria os IFs no país. 50% (cinquenta por cento) das vagas ofertadas, em cada exercício, deverá ser destinada a educação profissional técnica de nível médio, integrada, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. Mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas, destinadas a cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, em especial nas áreas de ciências, matemática, e educação profissional.

Os Campus do IF em Santa Catarina são: Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul, Geraldo Werninghaus, Joinville, Florianópolis – Continente, Chapecó, Araranguá, Itajaí, Criciúma, Urupema, Canoinhas, Lages, Palhoça Bilíngue, Gaspar, Caçador, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Garopaba, São Carlos, São Lourenço do Oeste e Tubarão (Figura 1). Contudo, apenas os Campus Florianópolis e Joinville ofertam o curso Técnico de Enfermagem.

Figura 1. Mapa do Instituto Federal em Santa Catarina



Fonte: O IFSC em Santa Catarina (IFSC, 2015).

2.3.1 O curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, campus Florianópolis.

O curso Técnico de Enfermagem no IFSC inicia sua oferta na década de 1990, ainda como Escola Técnica Federal de Santa Catarina, na cidade de Joinville. Nesta cidade, o curso funcionou como Gerência Educacional de Saúde por 12 anos em parceria com o Hospital e Maternidade Dona Helena, diplomando 518 Técnicos de Enfermagem. O curso foi autorizado pela portaria Nº 862, de 11 de julho de 1994, e funcionava como uma extensão da unidade Florianópolis. Apenas em 2006, com a publicação da Portaria Nº 1491, o curso Técnico de Enfermagem deixa de pertencer ao campus Florianópolis, pois a Gerência de Saúde de Joinville foi transformada em Unidade de Ensino (campus), onde o curso é ofertado até os dias atuais (ALMEIDA, 2010).

No campus Florianópolis, o curso Técnico de Enfermagem foi criado e implantado no ano de 2002, por intermédio das enfermeiras professoras Dra. Rita de Cássia Flôr, Esp. Elisabete Furtado Maia, Ms. Fabiano Antonini e Dra. Laurete Medeiros Borges. Estas professoras eram provenientes de Joinville, onde atuavam no curso Técnico de Enfermagem, ofertado por esta instituição.

O curso técnico de enfermagem inicia em Florianópolis na modalidade subsequente. Esta modalidade exige a conclusão do ensino médio para o ingresso do aluno no curso. A oferta do curso era de modo bianual, o qual necessitava a conclusão de uma turma para o ingresso de uma próxima.

Entre os anos de 2002 e 2008, o curso técnico de enfermagem formou um total de 52 alunos. Em 2008, o curso passa a ser ofertado por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, o qual proporcionava formação profissional e escolarização ao educando. Nesta modalidade, o curso formou três turmas, com um total de 65 alunos.

Em 2014, o curso Técnico em Enfermagem passa por nova reformulação e volta a ser ofertado na modalidade subsequente, entretanto ainda não há formandos nesta modalidade, pois o curso está em andamento.

O Instituto Federal de Santa Catarina foi o primeiro Instituto a ofertar o curso Técnico de Enfermagem da Rede Federal no país.

Atualmente os Institutos que ofertam o curso, além do IFSC são: Instituto Federal de Goiás; Instituto Federal do Norte de Minas Gerais; Instituto Federal do Paraná; Instituto Federal de Pernambuco; Instituto Federal de Roraima e Instituto Federal do Tocantins (BRASIL, 2015a).

Dos 38 Institutos Federais existentes no Brasil, apenas sete ofertam o curso Técnico de Enfermagem. Mas vale lembrar que os Institutos Federais tem suas raízes no ensino industrial, sendo necessário o interesse dos gestores dessas instituições no incentivo a oferta de cursos na área na saúde.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

3.1 Tipo de estudo

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa sócio-histórica com abordagem qualitativa.

A pesquisa com abordagem qualitativa é utilizada como um meio de explorar e compreender o significado que indivíduos/grupos atribuem a um determinado problema social ou humano. Ela estimula os participantes do estudo a pensarem sobre o tema. Na pesquisa qualitativa o pesquisador observa, descreve e interpreta a situação estudada sem interferir no processo. Geralmente as fontes de dados são múltiplas, sendo coletados pelo próprio pesquisador no ambiente do participante do estudo, através de entrevistas, observações e documentos. A análise dos dados é construída de maneira indutiva, a partir das peculiaridades dos temas gerais. As interpretações são realizadas pelo pesquisador através dos significados dos dados, tornando o relatório final descrito de forma flexível (CRESWELL, 2010).

A pesquisa qualitativa não usa números como material empírico e sim texto. “Parte da noção de construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia, e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo” (FLICK, 2009 p. 16).

Os estudos de natureza sócio- histórica tem o objetivo discutir e compreender os aspectos do cotidiano de determinado grupo social em seu espaço temporal. A pesquisa histórica, tem o intuito de “demonstrar os sucessos, fracassos, ocorrências em geral” na área de interesse do historiador (PADILHA; BORENSTEIN, 2005 p. 577).

Conforme Freitas (2002), as características dos estudos de natureza sócio-histórico são determinadas pelo contexto no qual a fonte de dados está inserida. A coleta de dados deve estar orientada para a compreensão dos fatos em sua complexidade, dando destaque para a compreensão dos fatos. O historiador deve reconstruir a história em sua origem, tornando –se parte da investigação através de sua compreensão.

Na pesquisa sócio –história não se busca precisão, e sim profundidade de conteúdo.

3.2 O contexto

O contexto do estudo foi o curso Técnico de Enfermagem, do campus Florianópolis, localizado na respectiva cidade, capital do estado, pertencente ao Instituto Federal de Santa Catarina, que compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do país.

O campus Florianópolis é o primeiro e mais antigo campus da Rede em Santa Catarina. Foi criado em 1909, pelo então presidente da república federativa do Brasil Nilo Peçanha, com o intuito de oferecer cursos de qualificação profissional à população carente que aqui residia. Atualmente o campus oferece cursos em várias modalidades de ensino, público e gratuito, que vão desde a qualificação profissional ao mestrado profissional, totalizando uma média anual de 7.200 alunos matriculados (IFSC, 2015).

Os cursos ofertados pelo campus Florianópolis estão subordinados aos seguintes departamentos de ensino: metal mecânica, construção civil, eletrotécnica, eletrônica, linguagem tecnologia educação e ciência, e saúde e serviços, o qual está vinculado o curso Técnico de Enfermagem.

Com a missão de “Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural”, o IFSC conta com um total de 2.352 servidores, sendo 1080 técnicos administrativos e 1.272 professores, distribuídos em todo o estado. Deste total, o campus Florianópolis dispõe de 201 técnicos administrativos e 369 docentes (Anuário Estatístico IFSC/PROEN 2016). Atualmente, no curso Técnico de Enfermagem, objeto deste estudo, atuam cerca de 09 professores (enfermeiros/enfermeiras).

No ano de criação e implantação do curso Técnico de enfermagem, no campus Florianópolis, 2002, o curso contava com apenas quatro docentes enfermeiros, responsáveis por sua criação e implantação, como também, pelo desenvolvimento de todas as

atividades pertinentes ao ensino deste curso. Deste modo, a oferta do curso ocorria de modo bianual, em virtude do número de docentes disponíveis para atuar no curso, pela instituição.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso Técnico de Enfermagem, implantado em 2002, o mesmo permitia a Habilitação Profissional do educando em Técnico de Enfermagem, com a conclusão da carga horária total de ensino de 1800 horas, incluindo 600 horas de estágio curricular supervisionado, e certificação em Qualificação Profissional nível Técnico de Auxiliar de Enfermagem, após conclusão da carga horária de 1300 horas, incluindo 400 horas de estágios curriculares supervisionados.

Atualmente, com a harmonização do PPC do cursos Técnico de Enfermagem do campus Joinville e Florianópolis, o egresso obtêm a certificação em Habilitação e Qualificação profissional de Técnico em Enfermagem, após a conclusão de 1800 horas de ensino, sendo 1200 horas teóricas e práticas, e 600 horas de estágio curricular supervisionado.

3.3 As fontes

As fontes históricas englobam todas as formas de informações disponíveis acerca do tema e período de estudo proposto. Podem definidas como fontes documentais: papéis, tijolos, móveis, quadros, utensílios, detritos humanos, fotografias, filmes, livros, cartas, atas de reuniões, processos judiciais, atestados de óbito e casamento, entre outros, ou fontes orais, sendo pessoas que participaram ou vivenciaram o processo histórico da pesquisa (PADILHA; BORENSTEIN, 2005). Neste estudo foram utilizadas fontes orais e fontes documentais.

Fontes orais

As fontes orais foram obtidas através das entrevistas com os docentes, técnicos administrativos e diretor que trabalhavam no IFSC, na década de 2000, e que de alguma forma tenham contribuído com a

criação do curso Técnico de Enfermagem no campus Florianópolis. Para a escolha destes profissionais levou-se em consideração a participação que tiveram neste processo, como também, a capacidade de fornecer informações pertinentes ao objetivo proposto deste estudo.

Conforme Alberti (2013 p. 40) os entrevistados devem ser aquelas pessoas que “participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações”, que tenham relação ao tema de pesquisa, podendo assim contribuir com informações relevantes.

A seleção dos entrevistados foi realizada através de busca ativa no setor de Coordenadoria de Gestão de Pessoas do campus Florianópolis, como também, por indicação de servidores e ex-servidores da instituição que estiveram envolvidos no processo de implantação do curso Técnico de Enfermagem no campus, método bola da neve. Neste método, os indivíduos selecionados no início do estudo indicam novos participantes, e assim sucessivamente, até que o objetivo do estudo seja alcançado (*ponto de saturação*) (ALBUQUERQUE, 2009).

A definição do número de participantes do estudo orreu no decorrer do processo, por meio da saturação dos dados, quando foi observada a ocorrência da repetição de informações referentes a criação do curso Técnico de Enfermagem, no IFSC, em Florianópolis.

Após a identificação de cada participante do estudo, o primeiro contato com os mesmos foi realizado por meio eletrônico, para explicar os objetivos da pesquisa, assim como, fazer o convite para participarem do estudo. Mediante o aceite dos mesmos, as respectivas entrevistas foram agendadas.

No total oito servidores participaram deste estudo: cinco enfermeiras professoras, duas pedagogas, um professor que atuou como diretor do campus Florianópolis no período de criação do curso.

A história oral temática foi utilizada como método de coleta de dados, através da realização de entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores que atuam e atuaram no Instituto Federal de Santa Catarina. Através da entrevista “o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais” (Minayo, 2000 p. 57). A história oral pode ser utilizada quando o período investigado é relativamente recente, sendo possível identificar os indivíduos que fizeram parte do processo histórico (Padilha; Borenstein, 2005). Esta permite a realização de entrevistas com pessoas que viveram, participaram e /ou testemunharam acontecimentos, circunstâncias e visões de mundo de um determinado período. (ALBERTI, 2013).

A história oral é uma história do tempo presente, reconhecida como história viva. É um recurso moderno destinado a formação de registros, documentos, arquivamento e estudos que dizem respeito à experiência social de indivíduos e de grupos. “A história oral ganha significado ao filtrar as experiências do passado através da existência de narradores no presente” (MEIHY; HOLANDA, 2013 p. 28).

Diferente do que muitos acreditam, a história oral não serve apenas como fonte produtora de documentos para os casos onde não há registros escritos. A história oral tem como objetivo preservar as experiências vividas e reinventar o passado não resolvido, mantendo presente estas experiências (MEIHY e HOLANDA, 2013).

As entrevistas foram realizadas no município de Florianópolis, em data e local sugeridos pelos participantes do estudo. Das 8 entrevistas, uma foi realizada na sala do GEHCES, na UFSC, as demais foram realizadas no campus Florianópolis do IFSC, com duração aproximada de 1 hora e 30 minutos com cada participante. A coleta de dados ocorreu no período de junho a setembro de 2015, considerando a disponibilidade dos participantes do estudo.

O roteiro de coleta de dados (APÊNDICE A), foi elaborado pela pesquisadora, sendo constituído por questões norteadoras, envolvendo temas relacionados a implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, campus - Florianópolis.

As entrevistas foram transcritas e transcrites pela própria pesquisadora. Após esta etapa um novo encontro foi agendado com cada participante do estudo, para que os mesmos pudessem ler e validar as entrevistas, por meio da assinatura do Termo de Cessão de Entrevista (APÊNDICE B). Este documento garante a legalidade do uso da entrevista, no todo ou em partes, conforme acordo entre pesquisador e participante, para publicação (MEIHY e HOLANDA, 2013). A entrevista zero foi realizada com a primeira coordenadora do curso, a enfermeira Rita de Cassia Flôr.

A seguir, apresento a biografia resumida de cada um dos entrevistados.

Rita de Cássia Flôr: Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992). Professora do Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), desde 1995. Especialista em Enfermagem do Trabalho (1993) pela mesma Universidade e Especialista em Educação Profissional da área de Saúde pela Fundação Osvaldo Cruz (2006). Mestre (2005) e Doutora (2010)

pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (PEN/UFSC). Avaliadora ad hoc do BASIs do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) desde 2003. Atuou como Coordenadora pedagógica e executiva no departamento de educação a distância do IFSC, assim como na coordenadora do programa Rede Etec Brasil/IFSC, e representante da UNA-SUS do IFSC. Recentemente assumiu a direção geral do Câmpus Tubarão do IFSC.

Laurete Medeiros Borges: Graduada em Enfermagem e obstetrícia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (1992), Especialista em psicopedagogia pela ACE, (1999), educação na área saúde-enfermagem pela escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (2004) e formação de facilitadores em educação permanente pela mesma instituição(2006). Mestre em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2003) e doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Docente do IFSC desde 1997. Atua nesta instituição como docente nos cursos Superior de Tecnologia em Radiologia Radiologia e Técnico de Enfermagem. Atuou como Coordenadora do curso Técnico de Enfermagem; Coordenadora de estágio em enfermagem; Coordenadora de Núcleo; Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia e atualmente como Coordenadora de publicações do IFSC.

Rosane Aparecida do Prado: Graduada em Enfermagem e Obstetrícia, pela Universidade do Contestado (1991), especialista em Educação, Habilitação Em Psicopedagogia, pela Faculdade de Educação de Joinville (1999), e especialista em Formação Pedagógica em Formação Profissional Saúde, pela Fundação Oswaldo Cruz/ENSP, FIOCRUZ (2005). Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). Docente do IFSC desde 1996. Tuou como docente no curso Técnico de Enfermagem e Técnico em Radiologia, Gerente Educacional Interina na Unidade de Saúde de Joinville, oordenadora Pedagógica do Curso Técnico de Enfermagem da Unidade Joinville, Gerente da Unidade de Saúde de Joinville. Atualmente é docente dos Cursos de: Especialização em Gestão em Saúde, Tecnologia em Radiologia e Curso Técnico de Enfermagem. Também atua como coordenadora do Curso de especialização Lato Sensu Gestão em Saúde/ Ead, pela Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Fabiano Antonini: Graduado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995). Especialista em Enfermagem do Trabalho. Mestre em Enfermagem no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e saúde ocupacional.

Elisabete Furtado Maia: Graduada em Enfermagem Obstétrica pela Universidade do Vale do Itajaí (1993). Atualmente é Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, Campus Joinville (1996). Chefe do Departamento de Assuntos Acadêmicos desde 02/2015.

Liliane Stelzenberger: Graduada em Pedagogia-Supervisão Pedagógica pela Universidade Federal de Rondônia(1987) e mestrado em Engenharia de Produção na área de Mídia e Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002). É doutoranda em Ciências da Educação com especialidade em Políticas Educativas na Universidade do Minho, Braga, Portugal. Professora do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Santa Catarina desde 1992, onde atuou como supervisora pedagógica na coordenação de Supervisão Escolar da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, docente e coordenadora dos técnicos PROEJA.

Juçara Eller Coelho: Graduada em Estudos Sociais, com Habilitação em Geografia. Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1987), possui Especialização em PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (2007). Atua na Educação Profissional e Tecnológica desde 1994 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IF-SC) e desde 1996 atua como Técnica em Assuntos Educacionais, na Coordenadoria Pedagógica do IFSC.

Anésio José Macari: Graduado em eletrotécnica, pelo CENAFOR [Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional] do MEC para preparava docente para formação profissional. Especialista (1988 ou 1989), em Sistemas de Energia.

Ingressou na Escola Industrial em 1968, como aluno. Fez o curso técnico de eletromecânica (1970). Em 1971 foi convidado pelo diretor da escola para fazer estágio docente na instituição. Em 1973 ingressou como professor efetivo, mediando concurso público, permanecendo na instituição até o ano de 2010, quando saiu da instituição por motivos de aposentadoria. Atuou na instituição como docente, chefe de laboratório, coordenador de curso, gerente educacional, coordenador geral de ensino da escola, e eleito diretor da escola entre os anos de 1999 e 2003.

Fontes documentais

Como fontes documentais, foram utilizados documentos pertencentes ao Instituto Federal de Santa Catarina, os quais estavam relacionados ao objetivo do estudo, como:

- Projeto Político Pedagógico do curso Técnico de Enfermagem, elaborado pelas professoras enfermeiras, o qual iniciou a oferta do curso no ano 2002.

- Jornal do CEFET, onde noticiava a participação dos alunos e professores do curso Técnico de Enfermagem do IFSC, campus Florianópolis no congresso de Saúde Coletiva, o qual foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação da UFSC. Neste evento os alunos e professores receberam premiação honrosa como um dos melhores trabalhos apresentados no congresso.

- Memorandos, onde a coordenação do curso solicita ao diretor da escola a contratação de mais professores para o curso Técnico de Enfermagem.

- Ofícios encaminhados para a secretaria municipal e estadual de saúde solicitando visitas técnicas e campos de estágio.

- Manual de orientação geral de estágio na área da saúde – Enfermagem.

- Resoluções encaminhadas pelo COREN às docentes do curso, descrevendo como o certificado de conclusão do curso deveria ser elaborado, a fim de garantir registro dos egressos do curso no referido conselho.

- Relatórios de lista de espera de candidados classificados no Exame de Classificação, para novas chamadas de ingresso no curso.

- Leis que criaram as escolas profissionais federais no Brasil, até a criação dos Institutos Federais.

As fontes documentais subsidiaram esta pesquisa, auxiliando na complementação dos dados obtidos por meio das fontes orais, como também na análise e interpretação dos resultados.

3.4 Registro, Análise e interpretação dos dados

As entrevistas foram gravadas em equipamento digital com a anuência dos entrevistados. A fim de garantir a fidelidade dos dados, como também o sigilo das informações, as entrevistas foram transcritas e transcriadas pela própria pesquisadora imediatamente após a realização das mesmas. Conforme Meihy, Holanda (2013), a transcrição “nos aproxima do sentido e da intenção original que o colaborador quer comunicar”. Tem o intuito de proporcionar ao leitor, um texto limpo, sem pausas ou repetições de palavras, facilitando a compreensão do texto pelo leitor.

A análise dos dados foi realizada através dos preceitos de Minayo (2014), por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temática. Conforme a autora, esta técnica permite desvendar os “núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (MINAYO, 2014 p. 316).

Para a realização da análise, a técnica desdobrou-se em três etapas: 1) Pré-Análise; 2) Exploração do Material; 3) Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação.

Na primeira etapa, Pré-Análise, foi realizada a seleção dos materiais que seriam analisados, em conformidade com os objetivos da pesquisa, seguida de intensas e exaustivas leituras das entrevistas, com o intuito de localizar os núcleo de compreensão do texto.

Na segunda fase, Exploração do Material, os dados foram categorizados por meio do agrupamento das falas dos entrevistados que continham informações significantes. Para tanto foi considerado os temas mais significativos nas falas dos entrevistados, com enfoque para o processo de criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, em Florianópolis. Deste modo, tornou-se possível quantificar os dados obtidos.

Na terceira e última etapa, fase de Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação, os dados agrupados foram analisados de forma inter-relacionada, de acordo com a revisão de literatura realizada pela autora. Desta forma foi possível responder aos questionamentos do estudo, referente a criação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, em Florianópolis. A análise dos dados foi finalizada com a elaboração de dois manuscritos.

A partir da análise temática, os dados se desdobraram nas seguintes categorias e subcategorias:

Necessidade de criação do curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis;

- demanda de mercado;
- necessidades de ampliação de carga horária docente;
- defesa da gratuidade de um curso Técnico de Enfermagem.

Personagens essenciais, responsáveis pela criação do curso Técnico de Enfermagem:

- Papel das enfermeiras e Professora Soni de Carvalho.

Aspectos relacionados ao planejamento do curso:

- elaboração do projeto do curso Técnico de Enfermagem;
- modalidade de ingresso discente no curso;
- materiais disponíveis para as aulas práticas e execução do projeto do curso.

Reconhecimento do curso Técnico de Enfermagem pela comunidade e mercado de trabalho:

- reconhecimento do curso por ser público e gratuito.

Fragilidades enfrentadas pelo curso:

- criação do curso Técnico de Enfermagem em uma instituição com característica industrial;
- oferta do curso bianual;
- materiais e estrutura insuficientes para o curso;
- poucos professores para conduzir o curso;
- não compreensão pela instituição do funcionamento dos estágios na enfermagem;

Fortalezas no período criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC:

- comprometimento dos professores envolvidos com o curso;
- apoio da direção para implantar o curso;
- projetos integradores e o incentivo a pesquisa.

3.5 Questões éticas

Os participantes do estudo foram orientados quanto ao tipo de estudo, o direito de participar da pesquisa e desistir assim que julgar necessário, a garantia do sigilo de informações do que não for permitido a divulgação, o anonimato, caso preferam, e ao uso de imagens fotográficas, vídeos e gravação do seu relato. Neste estudo, os participantes autorizaram o uso dos seus nomes próprios, na divulgação dos resultados.

Após estes esclarecimentos e o aceite dos participantes, foi solicitado a sua autorização por escrito para que as entrevistas fossem gravadas em gravador digital de som, e sua posterior utilização, assim como, a utilização de suas imagens e nomes próprios, através da partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C).

O TCLE é o documento ético e legal de compromisso entre o pesquisador e o participante do estudo. Tem como objetivo apresentar aos participantes os procedimentos realizados, “riscos, desconfortos, benefícios e direitos de todos os envolvidos” (ZANATTA; COSTA, 2012 p. 347).

O estudo atendeu aos critérios preconizados pela Resolução nº 466/2012, que regulamenta as Diretrizes e Normas para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que incorpora, “sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça”, garantindo assim, os direitos e deveres dos participantes da pesquisa, à comunidade científica e do Estado (Brasil, 2012). Portanto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina sob o

protocolo e encaminhado para a plataforma Brasil sob o (n. do CAAE - 45500615.4.0000.0121) (ANEXO A).

4. RESULTADOS

A partir da análise dos dados, diferentes temas surgiram como resultados deste estudo. Entretanto, dois temas foram considerados essenciais para responder aos objetivos deste pesquisa.

Deste modo, os resultados deste estudo serão apresentados e discutidos no formato de dois manuscritos, que compõem as subseções deste capítulo.

Este formato de apresentação dos resultados atende a instrução normativa 10/Pen/2011, de 15 de junho de 2011, do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, que dispõe sobre o formato de apresentação do trabalho de conclusão do curso de mestrado.

O primeiro manuscrito intitulado: “O curso Técnico de Enfermagem em uma instituição centenária de ensino industrial em Santa Catarina” teve como objetivo, conhecer a implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000.

O segundo manuscrito intitulado: “Os desafios do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal De Santa Catarina”, teve como objetivo, analisar as fortalezas e fragilidades encontradas no processo de implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000.

4.1 MANUSCRITO 1: O curso Técnico de Enfermagem em uma instituição federal centenária de ensino industrial em Santa Catarina nos anos 2000.

O curso Técnico de Enfermagem em uma instituição federal centenária de ensino industrial em Santa Catarina nos anos 2000

Luciane Patrícia Oliari
Maria Itayra Padilha

RESUMO

Introdução: O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é formado por 22 campus distribuídos em todo o estado catarinense. O campus Florianópolis é o campus mais antigo da rede no estado. Sua criação data o ano de 1909. Desde então passou por inúmeras transformações, onde em 2008, foi transformado em IFSC. **Objetivo:** Conhecer o processo de implantação do Curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000. **Método:** Pesquisa sócio- histórica com abordagem qualitativa, que utilizou a História Oral como método-fonte para a coleta de dados, com 06 profissionais envolvidos com a criação e implantação do curso. **Resultados:** O curso Técnico de Enfermagem no IFSC, campus Florianópolis, tornou-se realidade em virtude da atuação persistente das enfermeiras desta instituição, as quais se dedicaram na construção de um novo curso, o qual pudesse atender a uma necessidade do próprio grupo de professoras, como também, da comunidade. **Conclusão:** O curso tornou-se realidade em virtude da atuação persistente das enfermeiras desta instituição. Este vem contribuindo para o desenvolvimento local e regional, através da inserção de profissionais da enfermagem qualificados para o mercado de trabalho, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população, competitividade no mercado de

trabalho, e o surgimento de novos campos de trabalho para os profissionais desta área.

PALAVRAS CHAVE: História da Enfermagem; Ensino Médio; Formação de Recursos Humanos; Escolas de Enfermagem, Enfermagem.

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais no Brasil tem suas raízes nas Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909 pelo presidente dos Estados Unidos do Brasil, Nilo Peçanha.

A criação das Escolas de Aprendizes ocorreu nas capitais dos Estados, por meio do Decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909, em execução da lei nº. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, com o objetivo de oferecer ensino profissional e gratuito, garantindo “às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência” (BRASIL, 1909).

Em Santa Catarina, a escola foi criada em Florianópolis, capital do estado, sustentada em políticas educacionais destinadas ao atendimento das necessidades das pessoas “desprovidas de fortuna”, como também, as necessidades da indústria brasileira, colaborando assim com o desenvolvimento do país. Neste sentido, os primeiros cursos oferecidos à comunidade foram os cursos de primário (Hoje ensino fundamental), desenho, tipografia, encadernação e pautaço, carpintaria da ribeira, escultura e mecânica (ferraria e serralheria) (ALMEIDA, 2010).

Mais tarde, em 1937, com a publicação da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 por Getúlio Vargas, a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina passou a denominar-se Liceu Industrial de Santa Catarina. A mudança na Lei fortalecia o ensino industrial no país (BRASIL, 1937).

Em 1942, Getúlio Vargas publica a Lei Orgânica do Ensino Industrial no país. Com a publicação desta Lei, o Liceu Industrial de Santa Catarina passou a denominar-se Escola Industrial de Florianópolis (BRASIL, 1942).

Uma nova determinação publicada em Lei no ano de 1959, estabeleceu que as escolas de ensino industrial fornecessem base cultural geral e de iniciação técnica, favorecendo a integração do educando na comunidade, mercado de trabalho, ou mesmo, na continuidade de seus estudos (BRASIL, 1959).

Em 1965, com a publicação da Lei nº 4.759, houve nova modificação da nomenclatura da instituição e a Escola Industrial de Florianópolis passou a denominar-se Escola Industrial Federal de Santa Catarina (Brasil, 1965). Ocorreram novas modificações na nomenclatura e no sistema de ensino, e em 1968 a Escola Industrial Federal de Santa Catarina passou chamar-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC).

Como forma de atender as necessidades do mercado, por formação em nível superior, e a demanda que procurava por esta modalidade de ensino no país, em 1964 o Conselho Federal de Educação aprova a criação dos cursos superiores de Tecnologia. Com a publicação da Lei nº 6.545 de 1978, apenas três Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs: Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A estas instituições foi atribuído a formação de engenheiros de operação e tecnólogos, fato que ainda não era realidade nas demais instituições da Rede Federal.

Em 1994, ocorre uma importante modificação no sistema de ensino federal do país. Por meio da Lei nº 8948, as Escolas Técnicas Federais, de modo geral, foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - (CEFET). Esta transformação no ensino permitiu a articulação da educação tecnológica entre suas diversas instituições, nos variados níveis de formação, para o aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão, nos diversos setores produtivos da sociedade (BRASIL, 1994).

Entretanto a criação dos CEFETs ocorre de maneira gradativa em todo país, sendo esta transformação condicionada ao cumprimento de alguns critérios estabelecidos pelo governo federal. Em Santa Catarina, apenas em março de 2002 ocorre esta modificação para CEFET-SC, permanecendo assim até 2008, quando o governo federal cria os Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, passando então a denominar-se Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, e inicia a expansão da rede no estado (BRASIL, 2015).

A rede federal começa a expandir-se na década de 1990. Em 1991 foi inaugurada a primeira unidade de ensino fora da capital, a unidade

São José, atualmente campus São José, e em 1994 em Jaraguá do Sul. Outras unidades começam a surgir a partir do ano de 2006, com o plano de expansão da rede federal e ganham maior intensidade com a criação do Instituto Federal de Santa Catarina, a partir de 2008.

O Instituto Federal foi criado no ano de 2008, quando o então presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, publica a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo país.

Atualmente a Rede Federal assume um importante papel no desenvolvimento do país. Estando presente em todo o território nacional, oportuniza o acesso de todos os cidadãos brasileiros nos seus variados cursos e níveis de formação, ofertando cursos de qualificação, técnico, superior de tecnologia, licenciatura, como também, programas de pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*.

Composta por 38 Institutos Federais, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conta com aproximadamente 562 escolas (IFs), dois CEFETs, 25 escolas vinculadas as Universidades e uma Universidade Tecnológica (Brasil, 2015 b). Em Santa Catarina, o IF é formado por 22 Campus distribuídos em todo o estado catarinense.

Revisitando a história do Instituto Federal em Santa Catarina é possível verificar que o campus Florianópolis é o campus mais antigo da rede no estado. Por muitos anos, o ensino nesta instituição esteve direcionado para a área da indústria.

Os cursos na área da saúde surgem na década de 1990 no IFSC, na época ainda chamada Escola Técnica Federal de Santa Catarina, com os cursos Técnico em Segurança do Trabalho, seguido pelo curso Técnico de Enfermagem, o qual iniciou sua oferta na cidade de Joinville, região norte do estado de Santa Catarina.

A criação do curso Técnico de Enfermagem foi autorizada através da portaria nº 862, de 11 de julho de 1994, através de uma parceria público-privado, com o Hospital Maternidade Dona Helena, na cidade de Joinville. Esta parceria foi estabelecida após a solicitação de um importante empresário da cidade e gestor da Associação Beneficente Evangélica de Joinville, mantenedora do Hospital Dona Helena, Sr. Udo Dohler para a diretora da ETF-SC, atual IFSC, professora Soni de Carvalho.

Ao propor a parceria com a ETF-SC para a criação do curso Técnico de Enfermagem em Joinville, foi determinado que o Hospital forneceria as instalações físicas para a realização das aulas teóricas,

práticas e estágios curriculares supervisionados, e a ETF-SC se responsabilizaria pelos docentes e por questões pertinentes ao ensino.

O curso funcionou em Joinville como uma extensão da unidade Florianópolis até o ano 2006, quando então foi transformado em Campus, através do plano de Expansão da Rede Federal (ALMEIDA, 2010). Entretanto a parceria com o Hospital e Maternidade Dona Helena encerrou no ano de 2001. Até a construção do campus, o curso passa a ocupar espaços alugados e improvisados para este fim.

No ano de 2002, quase uma década após o início da oferta do curso na cidade de Joinville, o curso Técnico de Enfermagem passou a ser ofertado no campus Florianópolis, por intermédio das enfermeiras provenientes do curso de Joinville. A oferta deste curso ocorre em um campus onde a tradição do ensino esteve por muitos anos direcionado para a área da indústria.

Conhecer a história da criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, nos permitirá contribuir com a construção da identidade profissional da enfermagem em nosso estado, favorecendo assim um novo olhar sobre a profissão.

Com base no exposto, o presente estudo teve por objetivo: Conhecer a criação e implantação do Curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000. O recorte histórico se justifica na década de criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, campus Florianópolis.

A enfermagem tem passado por inúmeras transformações ao longo da sua história as quais foram influenciadas diretamente pelo momento histórico/político que o país percorria. Deste modo, faz-se necessário que os enfermeiros tenham conhecimento da trajetória da sua profissão, compreendendo assim como as mudanças ocorridas ao longo do tempo influenciam na atualidade a profissão.

Conforme Teixeira e Cunha (2011 p.436) “a história da enfermagem contribui para a formação de profissionais com consciência crítica, reflexiva e com novas formas de percepção e apreciação da realidade social”. Ela permite a construção da memória da profissão por meio de bases sólidas, favorecendo assim um olhar crítico sobre os avanços da profissão.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa sócio-histórica com abordagem qualitativa, que utilizou a História Oral como método-fonte para a coleta de dados. O objetivo dos estudos de natureza sócio histórica são compreender e discutir os aspectos do cotidiano de um determinado grupo social em um período temporal. Permite “demonstrar os sucessos, fracassos, ocorrências em geral” na área de interesse do historiador (PADILHA; BORENSTEIN, 2005 p. 577).

A História Oral permite a realização de entrevistas com pessoas que viveram, testemunharam e/ou participaram de certos acontecimentos em um determinado contexto social (ALBERTI, 2013).

A história oral temática foi utilizada como método-fonte de coleta de dados, através da realização de entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores que atuam e atuaram no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), e que tiveram relação com a criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis. Foram entrevistados, no período de junho a setembro de 2015, seis profissionais, os quais vivenciaram direta ou indiretamente a criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem na década de 2000 no IFSC.

Os critérios de inclusão foram: profissionais que atuavam no IFSC durante o período do estudo e que tiveram relação com a criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem; que tivessem boa memória relacionado ao período de criação do curso e que possuíssem disponibilidade e interesse em participar da pesquisa.

A seleção dos participantes da pesquisa foi realizada a partir de uma solicitação feita ao Departamento de Gestão de Pessoas do IFSC, e por indicação dos próprios profissionais já entrevistados. As entrevistas foram agendadas previamente, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, respeitando local, data e horário por eles sugeridos. De maneira geral, as entrevistas ocorreram nos locais de trabalho dos participantes do estudo. A coleta de dados foi encerrada a partir do momento da sua saturação.

Após a realização da coleta de dados, os mesmos foram transcritos pela própria pesquisadora, a fim de preservar a confiabilidade dos relatos. Após esta etapa, as transcrições passaram pelo processo de transcrição e devolvidas aos próprios entrevistados a fim da entrevista ser validada, por meio da assinatura do termo de cessão de entrevista.

Este documento garante o uso da entrevista completa ou em partes para publicação, conforme acordo realizado entre participante e pesquisador (MEIHY e HOLANDA, 2013).

Após esta etapa, os relatos obtidos por meio das entrevistas foram agrupados por categorias, com o intuito de agrupar os possíveis temas, a partir de intensas e exaustivas leituras das entrevistas. Procurou-se ainda, identificar os núcleos de compreensão do texto, por meio das categorias pré- estabelecidas, de acordo com a Análise de Conteúdo de Minayo (2014).

Este estudo tem 3 categorias.

A categoria 1: O curso Técnico de Enfermagem no IFSC: O por quê de sua criação. Como aspectos essenciais tivemos questões relativas a demanda de mercado; necessidades de ampliação de carga Horária docente e defesa da gratuidade de um curso Técnico de Enfermagem.

Na categoria 2 estaremos trazendo os personagens fundamentais, para a criação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC: Enfermeiras e Professora Soni de Carvalho.

Na categoria 3 abordamos os aspectos relacionados ao planejamento e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, como: elaboração do projeto do curso Técnico de Enfermagem; modalidade de ingresso discente no curso; materiais disponíveis para as aulas práticas e execução do projeto do curso.

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovado (n. do CAAE - 45500615.4.0000.0121). Os sujeitos que aceitaram participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e permitiram que seus nomes fossem publicados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta investigação são apresentados a seguir por meio do agrupamento dos discursos dos participantes do estudo, denominados categorias e subcategorias. Deste modo será possível que o leitor visualize o percurso da análise dos dados, na busca pela compreensão da percepção dos profissionais entrevistados a respeito da

criação e implantação do Curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC.

O curso Técnico de Enfermagem no IFSC: o por quê de sua criação

O curso Técnico de Enfermagem do IFSC, campus Florianópolis, inicia sua oferta ainda na Escola Técnica Federal de Santa Catarina, no ano de 2002, por interesse das (o) enfermeiras (o) docentes que atuavam na instituição. Tais enfermeiras eram oriundas do curso Técnico de Enfermagem de Joinville, e atuavam na instituição em unidades curriculares pontuais dentro dos cursos oferecidos pela escola.

Deste modo, um dos aspectos identificados nos depoimentos, foi relativo a criação do curso Técnico de Enfermagem, no campus Florianópolis, em virtude da demanda existente na capital do estado por um curso Técnico de Enfermagem público e gratuito.

Como também por uma necessidade de demanda da região. Nós tínhamos um grupo de professores que precisavam trabalhar, a demanda a gente sabia que existia. **Rita (professora)**

Mercado tinha, pessoas interessadas em fazer o curso também. Nós recebíamos muitas ligações pedindo para que ofertasse o curso [Técnico de Enfermagem em Florianópolis], mas esse processo todo é bem difícil. A comunidade ligava com muita frequência pedindo o curso. Era um curso muito procurado. **Laurete (professora)**

Alguns professores da área da eletrônica, já tinham a ideia de criar um curso de radiologia, aqui em Florianópolis. E aí as coisas começaram a sincronizar [...]. Radiologia, enfermagem [...], aí veio, se não me engano uma professora de lá [de Joinville], acho que foi a Rita Flôr, que hoje é diretora do campus Tubarão. Depois veio a Laurete [...]. Aí elas chegaram e começaram a se articular com o pessoal da eletrônica que já pensavam em criar o curso de radiologia. E aí bom [...], na área da enfermagem, como uma enfermeira estava aqui, vamos pensar em um curso de enfermagem aqui também, em Florianópolis.

Que também a demanda era grande de alunos [...]. Foi assim uma coisa bem natural a implantação. Mesmo porque já existia o curso de segurança do trabalho, então já tinha alguma coisa na área da saúde, e foi fácil de conduzir. **Anésio (diretor da Escola Técnica)**

Estávamos em três enfermeiros, e depois veio a Laurete [em Florianópolis]. Já tinham 4 enfermeiros aqui, trabalhando nessas áreas [nos cursos já ofertados pelo campus que tinham necessidade de professores da área da saúde]. Já que estávamos com vários enfermeiros aqui tivemos a ideia de trazer para cá [criar em Florianópolis o curso Técnico de Enfermagem], e com condições de novos concursos, ou de trazer mais professores para Florianópolis, tivemos a ideia de criar o curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis. Era uma demanda que nós também tínhamos, estava precisando, pois não havia nenhuma outra escola pública fazendo o curso Técnico de Enfermagem aqui [em Florianópolis], só tinha particular. O mercado precisa de profissionais na área, tinha demanda. **Fabiano (professor)**

Os depoimentos revelam que além de atender à necessidade das enfermeiras, a criação do curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis tornou-se realidade em virtude de uma demanda da comunidade. A população solicitava à instituição a oferta do curso Técnico de Enfermagem, uma vez que ensino nesta modalidade na capital estava concentrado na rede privada, o que restringia o acesso de parte da população.

Por muitos anos a formação profissional de nível médio em enfermagem ficou concentrada no ensino privado em Florianópolis. Apenas nos anos 2000, com a criação do curso do Técnico de Enfermagem no IFSC essa realidade foi modificada. Conforme os dados do COREN/SC, atualmente em Florianópolis das sete instituições de ensino que atuam na formação técnica em enfermagem, apenas o IFSC oferece o curso gratuito (COREN/SC, 2015a). Informações relativas a formação profissional de nível médio em enfermagem anterior ao ano de 2009 não foram localizadas no COREN/SC.

O nível médio de enfermagem é a categoria com maior número de profissionais atuando nas instituições de saúde do Brasil (Manzato; Ribeiro; Araujo, 2012), e apresenta o maior número de cursos no país. Este dado é uma realidade em todas as regiões brasileiras, entretanto a

contribuição da rede pública na formação desses profissionais ainda é pequena se comparada a rede privada (GEOVANINI et al, 2010).

Para tanto, os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, surgem com finalidade “promover a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia” (Brasil, 2008), promovendo educação pública, gratuita e de qualidade à população.

Deste modo, acreditamos que investir na formação profissional de trabalhadores de nível médio de enfermagem, torna-se o melhor caminho para o progresso da assistência à saúde da população, favorecendo assim desenvolvimento social e econômico que o país almeja.

Também foi identificado nas entrevistas, que a necessidade das enfermeiras em cumprir carga horária de ensino na instituição, foi um fator determinando para a oferta do curso Técnico de Enfermagem no campus Florianópolis, conforme observado nas falas a seguir.

Nós construímos esse projeto [do curso Técnico de Enfermagem para Florianópolis] a partir de uma necessidade de carga horária de um grupo de professores que estava chegando [no campus Florianópolis] e que não tinha nada da enfermagem ali. **Rita (professora)**

Nos unimos para fazer o projeto do curso Técnico de Enfermagem, por que nós precisávamos de carga horária. Precisava ocupar a carga horária destes enfermeiros que estavam vindo [para o campus Florianópolis]. **Laurete (professora)**

Essa ideia de trazer esse curso para cá [Técnico de Enfermagem], pois nós somos professores da área da saúde, tinha que ter carga horária, pois precisava cumprir carga horária, e nós precisávamos criar oportunidade para nós podermos trabalhar. Já estávamos em um grupo de enfermeiros aqui [em Florianópolis] que precisava de carga horária. **Fabiano (professor)**

Por meio das falas dos participantes do estudo, foi possível observar que a criação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, em Florianópolis, foi motivada pela necessidade dos docentes em cumprir a carga horária mínima de sala de aula determinada pela instituição.

Sabendo desta obrigatoriedade e pela falta de oportunidade no campus, as docentes não viam outra alternativa a não ser investir na oferta de um novo curso, que atenderia de imediato a necessidades destes profissionais.

No início dos anos 2000 a distribuição da carga horária docente na então Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC) obedecia a Resolução nº 06/1997/CS/ETFSC, de 24/02/1997. A referida Resolução determinava que a prioridade máxima para a distribuição da carga horária docente deveria ser destinada às aulas curriculares, considerando que o processo de ensino-aprendizagem constituía a atividade fim da instituição. Para tanto, a carga horária semanal do docente deveria respeitar o seu regime de trabalho. Para docentes contratados em regime de trabalho de 20 horas semanais, exigia-se o cumprimento de 12 horas em sala de aula, e para os docentes contratados para 40 horas semanais ou com Dedicção Exclusiva, exigia-se o cumprimento de 24 horas semanais em sala de aula.

A complementação da carga horária docente poderia ser realizada com atividades de elaboração de projetos pedagógicos, científicos/tecnológicos e/ou administrativos de interesse da instituição; aulas de reforço agendadas e realizadas em sala de aula; capacitação profissional (mestrado e doutorado) para professores com regime de dedicação exclusiva; e atividades de extensão não remuneradas. Tais atividades deveriam ser aprovadas pela Unidade Especial de Administração do Ensino (UEAE) e Unidade Especial de Pesquisa e Extensão (UEPE) a fim de garantir sua validade (BRASIL 2014).

Identificamos também nos relatos, que a enfermeiras foram as responsáveis pela criação de seu próprio espaço de atuação profissional no campus. Este fato pode ser constatado nos relatos a seguir:

A Rita foi muito visionária. Ela pegou toda a parte de SHT [segurança e higiene do trabalho], toda a carga horária que tinha em todos os cursos, Eletrotécnica, eletrônica, tinha um monte, mecânica, e conversou com todos os professores, e dava Primeiros Socorros. Mas era assim, 10 horas. Tinha assim, 10 aqui, 10 ali, 10 hora, 10 hora, 10 hora. Uma penca de 10 horinhas. Eles liberavam. *“Oh, agora tu pode ir”*. Ela fazia um cronograma. Então ela me mostrou aquela planilha e disse: *“você me ajuda na parte de primeiros socorros, e eu fico com a parte de segurança do trabalho”*. Eu disse, *“tá, vamos lá”*. **Elisabete (professora)**

Tínhamos que fazer a carga horária mínima de sala de aula e nós não tínhamos essa carga horária toda só fazendo essas aulas nos cursos pontuais. **Fabiano (professor)**

O espaço de atuação das enfermeiras no campus Florianópolis foi construído aos poucos, pelas próprias profissionais, uma vez que a instituição atribuía sua formação para a área da indústria.

As enfermeiras envolvidas no processo de criação do curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis agiam de maneira proativa, a fim de reverter o quadro que se encontrava. Para Covey (2006), ser proativo é muito mais que ter iniciativa, mas sim, ser responsável pela realização das atitudes ao tornarem-se realidade.

Acreditamos que a oferta do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, campus Florianópolis, sustenta a premissa da independência do exercício profissional da enfermeira. Ao longo dos anos a enfermagem vem construindo seus saberes com respaldo na ciência, resultando assim na conquista do seu espaço de atuação profissional, nos diversos setores profissionais.

Os Personagens fundamentais para a criação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC

A criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC em Florianópolis, ocorreu por meio da atuação direta das enfermeiras (o) Rita, Elizabete, Laurete e Fabiano, que se dedicaram na construção do curso, a fim de torna-lo realidade. Fato que se traduz nos depoimentos que se seguem:

Então da vinda de Joinville para Florianópolis eu fui a primeira, e foi por isso que implantei o curso de enfermagem aqui. Quem construiu o projeto do curso Técnico de Enfermagem do campus Florianópolis foram Eu, Bete e Laurete. Então, nós três que iniciamos o curso. No início Eu e Bete, depois a Laurete chegou e se agregou a esse grupo. **Rita (professora)**

Então primeiro chegou [em Florianópolis] a Rita e depois a Bete. A Bete veio acompanhando o cônjuge. Aí eu cheguei, depois

veio o Fabiano e a Rosane, e depois foi aumento a grade dos professores. A Rita e a Bete chegaram antes de mim [no Campus Florianópolis], e trabalhavam no técnico de radiologia. Então nos unimos para fazer o projeto do curso Técnico de Enfermagem. **Laurete (professora)**

A professora Rita de Cassia Flôr, foi uma das mentoras do projeto do curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis. **Rosane (professora)**

Nos juntamos, eu a Rita, Laurete e Fabiano e saímos. Não fizemos a reunião lá dentro [da escola, campus Florianópolis]. Nos reunimos na casa do Fabiano, para uma reunião dos enfermeiros, e aí nós decidimos “*vamos implantar o curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis! Doa a quem doar*”. Na próxima reunião eles [professores da instituição envolvidos no técnico de radiologia, que não eram da enfermagem] começaram quase que nos humilhando: “*ahh mas vai ter carga horária pra ti*”. Nunca esqueço, a Rita levantou a mão e disse: “*nós vamos oferecer o curso Técnico de Enfermagem!*”. Meu, eles caíram. “*O quê?*” Ela disse, “*sim, o projeto já está quase pronto*”. Mentira, nós tínhamos acabado de nos reunir [risos]. **Elisabete (professora)**

Nós já contávamos aqui [em Florianópolis] com enfermeiros, que era eu, a Rita, a Bete. Eu porque vim transferido, a Rita veio para montar os cursos da saúde e a Bete veio em acompanhamento de cônjuge. Então desenvolvemos esse curso aí [Técnico de Enfermagem], e fomos crescendo. Depois da ideia pronta [...], não tem mais o que fazer [risos]. **Fabiano (professor)**

Exatamente pela vinda de uma professora de Joinville [Rita], que plantou a sementinha e foi estruturando junto com o pessoal [...]. Dois ou três professores do curso técnico de eletrônica, tinham um ramo na área da radiologia. Então começaram se articular para criar o curso de radiologia, e se envolveram com essa professora, e ali começaram a criar o curso de enfermagem e o de radiologia. **Anésio (diretor da Escola Técnica)**

A criação do curso Técnico de Enfermagem foi envolta em muita expectativa, uma vez que a concepção do curso se daria em uma escola centenária com tradição no ensino industrial. A frente deste projeto

estavam um grupo de enfermeiras, que se dedicaram conjuntamente, para que a oferta do curso Técnico de Enfermagem pudesse ser possível.

Historicamente a enfermagem tem enfrentado intensas lutas e debates, a favor da melhoria da qualidade de vida da população. Muitas vezes, o caminho para a mudança é árduo, o que exige dedicação de todo grupo envolvido para que os obstáculos sejam superados.

O trabalho em grupo surge a partir da determinação de objetivos e metas em comum, tendo como finalidade o cumprimento um plano de trabalho já delimitado. Este modo de trabalho favorece a interação entre seus participantes, possibilitando o compartilhamento de experiências e informações, as quais permitem que a tomada de decisão seja realizada por meio das convicções do coletivo (NAVARRO; GUIMARÃES; GARANHANI, 2013).

Deste modo, é possível concluir que a criação e implantação do Curso Técnico de Enfermagem no IFSC em Florianópolis, foi possível em virtude do trabalho coletivo das enfermeiras que não mediram esforços para que os desafios fossem enfrentados e as dificuldades superadas.

Ainda em relação aos personagens chave responsáveis pela criação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, é importante citar a professora Soni de Carvalho², conforme segue os relatos.

Quem acompanhou a construção do curso de enfermagem de Joinville, foi a professora Soni de Carvalho. Ela deu muita força para a enfermagem iniciar, para a área de saúde iniciar na nossa rede, na rede federal, na época na Escola Técnica Federal. **Ela** foi a pessoa que idealizou isso, que sonhou esse processo [*entrevistada se emociona ao falar da professora Soni que faleceu recentemente*]. Eu me emociono ao falar da professora Soni, porque ela foi uma lutadora, ela era uma pessoa de muita fibra, muita garra. Se os cursos da saúde hoje existem é graças a ela. Ela foi a pessoa que mais lutou. Ela faleceu mas deixou um legado. Deixou um legado para nós que somos da saúde. Quem viveu aquela época sabe o quanto ela batalhou, o quanto ela foi a Brasília, o quanto ela lutou para isso acontecer [para a criação do curso Técnico de Enfermagem]. Se hoje a gente tem o que tem é graças a ela. Ela foi uma pessoa muito importante, uma pessoa chave, até é importante ser citada como uma das gestoras. Idealizou, sonhou junto com o pessoal que estava à frente na

² Diretora da Escola Técnico Federal de Santa Catarina entre os anos de 1994 e 1998.

época. A área de serviços chega e começa um outro processo na instituição, à partir da Professora Soni. Foi aí que iniciou em Joinville o curso Técnico de Enfermagem, e em Florianópolis o técnico de radiologia. E já existia o [curso] técnico de segurança do trabalho. **Laurete (professora)**

Mas a Soni tinha uma pretensão muito grande para Joinville. A pretensão dela para Joinville, era que aqui [campus Joinville] se transformasse em centro de referência em saúde. Ela queria que aqui [em Joinville] tivesse tudo que é curso de saúde. Do técnico ao nível superior. E ela tinha muito interesse que isso se concretizasse, que saísse do curso técnico, que colocasse outros cursos. “*Gente vamos fazer curso lá! Vamos fazer curso lá! Vamos fazer curso lá!*” Ela sempre querendo. A Soni resolveu atender esta solicitação prontamente [de firmar parceria com o Hospital e Maternidade Dona Helena], pois ela sempre tinha essa visão de expandir a Escola Técnica e já naquela época e foi criado o curso lá [Técnico de Enfermagem no Hospital Dona Helena em Joinville]. **Elisabete (professora)**

A professora Soni de Carvalho foi a responsável pela criação dos cursos da área da saúde na instituição. Ela assumiu a parceria estabelecida com o hospital e maternidade Dona Helena, que criava o curso Técnico de Enfermagem em Joinville. A partir da criação deste curso, a área da saúde foi ganhando seu espaço dentro da instituição, possibilitando assim a criação do curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis.

Com Licenciatura Plena em História e Estudos Sociais, e Especialização em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, a professora Soni de Carvalho atuou na ETF-SC entre os anos de 1977 a 1998. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de direção da instituição, eleita com voto direto da comunidade acadêmica no ano de 1994. Ela ficou conhecida na comunidade acadêmica como uma líder “democrática, participativa e comprometida” (IFSC, 2015).

Por meio dos relatos é possível compreender o papel fundamental da professora Soni de Carvalho para a expansão da área da saúde na instituição. Ao firmar parceria com o Hospital e Maternidade Dona Helena, para a criação do curso de Técnico de Enfermagem na cidade de Joinville na década de 1990, a gestora viu a oportunidade de expandir a instituição para outras cidades do estado. Em virtude da Lei nº 8.948 de 8 de dezembro de 1994, em vigor na época, a “expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades

de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino” (BRASIL, 1994).

As parcerias público-privada na década de 1990 tornam-se uma saída para o Governo Federal suprir sua ineficiência na oferta de ensino profissional para a população na década. Sem investimentos público na educação profissional, as parcerias com instituições privadas tornam-se uma ferramenta do governo para prestar serviços igualitários e de qualidade à população

Para o momento, esta parceria parecia satisfazer o interesses da direção da escola, em virtude da oportunidade de expandir a instituição, os cursos ofertados e conseqüentemente o número de alunos formados pela instituição.

O planejamento e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC

Nesta categoria serão abordadas algumas questões relativas ao planejamento e elaboração do novo curso Técnico de Enfermagem do IFSC, que seria implantado na capital do estado, especialmente no que diz respeito as etapas constituintes da elaboração do projeto do curso.

Nós fizemos um projeto novo para Florianópolis. Joinville tinha outro projeto, outra grade curricular. Eu chego no campus Florianópolis, em 2002. Mais tarde, em 2003, teve uma grande greve. A greve durou um bom tempo, quase seis meses. Aquele semestre foi um semestre perdido. Então a Rita e a Bete, que já estavam no campus Florianópolis quando eu cheguei [...]. Nessa greve nós construímos o projeto. Íamos diariamente na instituição para construir o projeto do curso Técnico de Enfermagem. Enquanto isso o pessoal em reunião com movimento todo de greve, e nós escrevendo. Mais ou menos na mesma época, surgiu o tecnólogo em radiologia e o Técnico de Enfermagem. Tanto que nós implantamos o tecnólogo em

2003. Iniciou em 2003, e o curso Técnico de Enfermagem em 7 de outubro de 2002. **Laurete (professora)**

A estrutura do curso técnico de Florianópolis era diferente de Joinville. Para deixar claro que a gente não estava copiando. Nesse meio tempo, Joinville já havia virado uma unidade de ensino. Uma gerência, e como já estava bem definido, já dava pra criar um formato nosso. Fizemos consultas a comunidade também. Lembro que nós chamamos gente do hospital, da secretaria municipal, enfim, para ter uma ideia do que precisava. Para Florianópolis, qual o perfil de profissional que era mais necessário. Lembro de ter feito uma discussão sobre isso. Tinha gente até da sociedade civil, que não tinha ligação nenhuma, mas também tinha aqueles que eram bem ligados. Gente da ABEn, COREN, enfim, bem interessante. Foi aí que nós descobrimos que o ideal seria que o nosso curso ficasse dentro do SUS. Então permeamos o Sistema Único de Saúde no curso. Ficamos sempre dentro disso. Nós fazíamos o aluno ter aula praticamente dentro do SUS. Fazia os estágios nas unidades básicas de saúde. Eles fizeram todos os estágios nos hospitais públicos. Nosso aluno quase, para não dizer, acho que ele não conheceu uma instituição particular no curso. **Elisabete (professora)**

Foi elaborada uma comissão para constituir esse curso [Técnico de Enfermagem em Florianópolis]. Na época foi constituído um curso mesmo. Totalmente a parte de Joinville. Em Joinville existia um planejamento de curso e Florianópolis tinha outro. **Fabiano (professor)**

Tinha especificidades diferentes. Até porque foi bem o ano de 2002, que veio a nova LDB de 1996, então nós estávamos naquele processo de implementar as práticas e as novas diretrizes. **Rosane (professora)**

A atividade escolar amparada na realidade social tem como diretriz atuar na formação de indivíduos aptos para a transformação da realidade desta sociedade. Neste sentido, se faz necessário que a escola

seja problematizadora, com espaço para a discussão dos problemas locais e seus determinantes, oportunizando contínuas possibilidades de transformação (SALES; MARIN; SILVA FILHO, 2015).

A partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) e das Diretrizes Curriculares Nacionais a enfermagem passou a atuar na formação de profissionais aptos para agir na estruturação e consolidação do Sistema de Saúde Brasileiro. Os cursos da área da saúde tornaram-se autônomos, no intuito de construir programas de ensino que pudessem atender as necessidades regionais, proporcionando o cuidado ao indivíduo em sua plenitude (KLOH et al 2014).

Ao considerar que os trabalhadores de nível médio de enfermagem compõem a maior força de trabalho da categoria, compreendemos que a construção de um curso Técnico de Enfermagem, fundamentado na integralidade do cuidado e nas características regionais, permite a formação de profissionais aptos para atuar nas situações cotidianas de maneira ética e responsável, críticos, reflexivos e com respaldo científico. Tal formação resulta na melhoria dos serviços de saúde, como também na qualidade de vida da população.

No que se refere as etapas da elaboração do projeto do curso Técnico de Enfermagem, é possível identificar a atuação íntegra e responsável das enfermeiras em relação a oferta do novo curso. O projeto foi estruturado de acordo com as dificuldades e possibilidades do campus. Fato que se observa, a partir das seguintes falas:

Elaboramos o projeto, inicialmente eu e a Bete, sabendo de todas as dificuldades e todas as reticencias que iríamos ter. Depois de escrito e aprovado o projeto, nós sistematizamos de que maneira iríamos executá-lo aqui no campus [Florianópolis]. Montamos as planilhas de como seria projetando o curso, iniciando hoje e terminando lá, de quantos professores e laboratórios nós iríamos precisar, como o curso iria acontecer e apresentamos para o professor Anésio [diretor da escola]. Projetei o curso com entrada semestral, anual e bianual. Ele olhou para mim e disse: *“Olha professora, eu não tenho professor para lhe dar para entrada semestral, e nem para entrada anual, porque eram muitos professores. Mas se a senhora topar, eu topo junto com a senhora, e garanto a entrada bianual”*. A entrada bianual representava o que naquela época: existiam 3 professores já, Eu, Bete e Laurete, e o Fabiano estava chegando, então com 4 professores era possível iniciar e terminar o curso e não precisava de mais. Se a entrada fosse a cada seis meses,

precisaria de mais 4, mais 4, e mais 4, ao todo precisaria em torno de 12 professores para entradas regulares [semestral]. Decidimos então fazer entrada bianual. Foi a única forma de começar. E se manteve com a entrada bianual, com todas as dificuldades. **Rita (professora)**

Fizemos uma estimativa. Uma planilha de quantos professores iríamos precisar ao longo do tempo e apresentamos para o gestor, professor Anésio, na época. Para implantar a cada ano, precisamos de tantos professores. Fomos fazendo uma progressão até que ele nos respondeu: *“Olha, o que a gente pode agora, é ofertar a cada dois anos, que é o que a gente pode nesse momento, nós não podemos garantir vaga, não temos código de vagas, e isso tudo é bem difícil, é uma questão de gestão”*. Então eles aceitaram essa nossa proposta, de oferta a cada dois anos. Foi por este motivo que iniciou dessa forma. Quando criamos o curso pensamos aqui na região [de Florianópolis]. O curso era bem focado na saúde pública, trabalhando essas questões. No início era uma parte mais básica, que era unidade básica de saúde, políticas de saúde [...]. **Laurete (professora)**

Diante do exposto é possível perceber a preocupação das enfermeiras em criar um curso Técnico de Enfermagem, público, gratuito, e que pudesse atender as demandas da região Florianópolis.

A periodicidade da oferta do curso preocupava as docentes, pois a instituição dispunha de apenas 4 professores enfermeiros para atender as demandas institucionais, impossibilitando a oferta regular do curso Técnico de Enfermagem, como acontecia com os demais cursos da instituição. Nesta época a contratação de novos servidores só poderia ser “efetivada mediante lei específica” (Lei nº 8.948/1994), o que dificultava a contratação de novos docentes enfermeiros para auxiliar no novo curso.

Conforme a Resolução 04/99, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, o planejamento dos cursos técnicos no país devem atender “às demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade” (BRASIL, 1999b).

Deste modo, as enfermeiras decidiram que a formação dos profissionais de ensino médio de enfermagem do campus Florianópolis seria direcionado para o SUS. A partir de 1988, com a criação do SUS, as ações e serviços de saúde foram institucionalizados como política pública, tornando estes um direito de todos e dever do Estado. Responsável exclusivo pelo atendimento à saúde de 140 milhões de

indivíduos, e 48 milhões indiretamente (Mendes, 2013), conclui-se que formar profissionais aptos para atuar no SUS torna-se indispensável para a melhoria do funcionamento dos serviços de saúde da população brasileira.

Como forma de assegurar a legalidade do curso, as enfermeiras buscaram auxílio do Conselho Regional de Enfermagem, a fim de certificarem-se que a construção do projeto do curso atenderia as exigência do conselho. Fato explicitado nos relatos a seguir.

Nós tínhamos muito contato com a Lidvina, na época era a responsável pela legislação do COREN. Ela foi nossa parceira. Nós legalizamos o máximo que conseguimos. Então o que precisamos fazer para que o nosso aluno saia daqui e consiga a credencial do COREN? Ela foi dando todas as coordenadas. O que tinha que constar. Precisava deixar claro o estágio. Havíamos colocado aula prática, pois o ensino era por competência, mas ela disse não. Tem que separar. Tem que ter tantas horas de estágio. Aparece lá. Precisava ter um responsável técnico dentro da escola, fizemos o termo de responsabilidade técnica. Isso tudo antes de oferecer o curso. *“Ah como que é o diploma de vocês”*. Mandamos o diploma, ela corrigia, porque tem que constar não sei o que no verso. O que precisa ter no histórico de vocês? Ela via e devolvia. Então foi um vai e vem. Mas nós sabíamos que quando o nosso aluno se formasse, ele poderia ir no COREN de cara limpa, que ele ia conseguir a credencial. Não era uma escola nova oferecendo o curso. Tudo dentro da legalidade. Preocupados com a experiência que já havíamos tido com a radiologia, e pelos conhecimentos que próprio grupo já tinha.

Elisabete (professora)

Nós construímos o curso, de acordo com as experiências e com a legislação que se tinha. Apresentamos para eles [departamento pedagógico], eles deram uma olhada, viram como que era, dali passou para os conselhos de aprovação, de criação de oferta de curso, e o curso foi aprovado, onde começou a ser ofertado.

Fabiano (professor)

Nós apresentamos o projeto [do curso Técnico de Enfermagem para Florianópolis], passou pelas instâncias que tinha que passar, e apresentamos para a direção. Foram muitas conquistas. Foi muito mostrar para eles a necessidade. Mostrar para eles um projeto bom que pudesse ser referência e começar de fato a trabalhar. O módulo não era um semestre. O primeiro módulo

tinha só 200 horas, logo em seguida já começava o segundo módulo, que era esse do auxiliar, e era um pouco mais longo. Nesse módulo tinha as disciplinas mais pesadas, como a clínica médica, clínica cirúrgica e depois no último módulo que era UTI.

Laurete (professora)

Compreendemos que a criação e a implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, campus Florianópolis, recebeu o apoio do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (Coren - SC), por meio de assessoria, para que a construção do projeto do curso pudesse atender as exigências legais da formação profissional. Tal medida, permitiria que os alunos egressos do curso pudessem ser registrados no referido conselho, sendo esta uma exigência legal para o exercício da profissão.

O Conselho Regional de Enfermagem, organizado como autarquia federal, tem por objetivo: normatizar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da enfermagem, incluindo o papel de tribunal ético da profissão (COREN-SC, 2015).

Compreendemos o papel fundamental do Coren no apoio a criação de novos cursos de formação profissional em enfermagem no país, pois, conforme Silveira e Ramos (2014), o trabalho da enfermagem norteia-se nos direitos e deveres constituídos pelo código de ética profissional, sendo este fiscalizado por este conselho.

Ao longo dos anos, a formação dos profissionais de enfermagem tem sofrido constantes modificações curriculares, sendo estas determinadas pelo contexto histórico e social do país. Desta forma acreditamos que se faça necessário estabelecer uma parceria constante das instituições de ensino com os Conselhos Regionais, a fim de garantir que a formação profissional seja satisfatória.

Ainda sobre a construção do projeto do curso, vale destacar que as enfermeiras adotaram a metodologia do ensino integrado, por meio do currículo por competência.

Foi adotado o ensino por competência, com as bases pedagógicas. Era tudo muito recente. Então foi feito um outro [projeto]. Não era integrado como hoje ele é [com o projeto do curso Técnico de Enfermagem de Joinville]. Hoje os dois cursos têm o mesmo projeto. E com a harmonização estamos reavaliando o PPC que foi aprovado ano passado para fazer algumas práticas. Mas sempre em conjunto com Joinville. É esse

o objetivo da harmonização. É claro que com a sua regionalidade, mas ofertando o mesmo PPC. **Rosane (professora)**

Procuramos a Juçara [pedagoga do campus], e ela nos passou o que tinha que colocar no projeto para poder defende-lo [para a criação do curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis]. Já existia um modelo [do Técnico de Enfermagem de Joinville]. Mas a Rita não quis só implantar o curso Técnico de Enfermagem, como quis implantar por competência. Nosso projeto ficou muito diferente de qualquer projeto que já existisse. Ele era único. Fomos pioneiras. Foi bem trabalhoso, por conta de não ter onde fazer um Ctrl + c e Ctrl + v, e por não ter ninguém com experiência. Nós fizemos umas consultas para aprender um pouco sobre ensino por competência. E era bem diferente, porque não existia disciplinas. Era assim: estava dando aula do materno infantil e vai falar um pouco do bebe, ah tá, então tu entra e fala do bebe, aí volta para a mãe. Agora ela é puérpera. Então vamos ver tudo o que tem no puerpério. Nesse momento descobre que passa uma sonda vesical, se ela tiver alguma patologia, então vamos aprender sobre sonda vesical. Naquela época era assim. Naquela época se ensinava essas técnicas para os técnicos que hoje não se ensina mais. E assim fomos construindo o curso. Não existia uma disciplina de semiotécnica. A semiotécnica estava diluída dentro do curso. Mas é lógico que o aluno quando ele entra no curso Técnico de Enfermagem ele tem uma vontade enorme de dar injeção, de aferir a pressão, e fazer um curativo. Vendo essa angustia dele, trouxemos. Mas no começo trabalhamos muito com a saúde coletiva, com a saúde pública. E eles fizeram esses estágios, de fundamentos, dentro das unidades básicas de saúde. Era teoria e prática juntas, e nós fazíamos muitas visitas. **Elisabete (professora)**

É possível identificar nos relatos das enfermeiras, que a elaboração do projeto do curso Técnico de Enfermagem para Florianópolis ocorreu de maneira dificultosa. Este fato se justifica na adoção da metodologia de ensino escolhida ser integrada, através do ensino por competências. Método que ainda era recente para a época.

Na década de 1990, a educação profissional passou por grande reforma, a partir da publicação da Lei nº 9.394/96 que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e da Resolução CEB nº 4, de

8 de dezembro de 1999, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Desde então, a formação profissional passou a adotar o currículo por competência. Nesta Resolução, a competência profissional foi definida como “a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho” (BRASIL, 1999a).

O currículo por competência no ensino Técnico de Enfermagem, permite problematizar, valorizar e integrar os saberes advindos desta profissão em todas as suas dimensões. Oportuniza a valorização do saber tácito do educando e toda a sua subjetividade (CRUZ; ALMEIDA, 2010).

Corroborando com esta afirmação, Jesus et al (2013 p. 337) salienta que a formação profissional não deve estar focada apenas na inserção do educando no mercado de trabalho, mas sim, “na construção de indivíduos críticos, autônomos e com a capacidade de transformação”.

A enfermagem como a profissão que detém a arte do cuidado, sua prática responde às exigências definidas por questões ideológicas, econômicas, políticas e sociais no contexto que está inserida. Deste modo, o currículo por competência proporciona a formação de profissionais aptos a exercerem a função de maneira ágil, eficiente e perspicaz, contribuindo assim com a melhoria das condições de saúde da população.

Ainda no contexto da elaboração do projeto do curso, é oportuno ressaltar a preocupação das enfermeiras em construir um curso com currículo integrado, o qual pudesse associar teoria e prática, no cotidiano do ensino. O currículo integrado proporciona conhecimentos a partir de uma ideia central, a partir de uma abordagem inter e multidisciplinar, na busca da solução de problemas de base intersetorial (Souza Leite et al 2011). Fato este observado nos relatos a seguir.

O curso era do modo concentração e dispersão. Fazíamos na primeira turma reuniões todas as sextas-feiras. Então dávamos aula de segunda a quinta, e sexta-feira era dispersão. Os alunos iam para o campo sozinhos, e nós professores estávamos concentrados elaborando a próxima semana. Eles [os alunos] traziam aquela experiência da dispersão e a gente dava continuidade. **Rita (professora)**

Implantamos o momento de dispersão. Em um dia da semana eles iam a comunidade. Como íamos iniciar um novo conteúdo, precisávamos que eles olhassem a comunidade, para trazer subsídios reais para gente discutir em sala. **Laurete (professora)**

Sempre teve teoria e prática juntas. Então você fazia um período de teoria depois ia direto para os estágios. E ia intercalando isso durante o curso. Seguíamos os exemplos daqui [da UFSC], pois grande parte de nós havia se formado na UFSC. Já vinha desse sistema, fazia teoria e prática associada, nesse modelo. **Fabiano (professor)**

Frente as contribuições dos entrevistados, é possível perceber que o projeto político pedagógico do curso Técnico de Enfermagem do IFSC, seguindo a determinação de ensino por competência, possibilitou a articulação entre a teoria e prática, por meio do currículo integrado. Tal ato permitiu a coerência entre o ensino teórico e a realidade da comunidade, resultando assim na inserção do aluno no mundo do trabalho apto para atender as demandas de saúde da população.

A educação profissional cumpre um importante papel na formação profissional frente a sociedade. Ela permite que o trabalhador tenha a capacidade de exercer seu trabalho com competência e que seja capaz de fazer uma leitura crítica da sociedade em que se vive (FREITAS; BATISTA, 2013).

Conforme Wermelinger, Amâncio Filho e Machado (2011, p. 61-62), na educação profissional “os conteúdos curriculares e as metodologias de ensino empregadas permitem que o aluno tanto aprenda os procedimentos técnicos indispensáveis ao exercício de uma profissão como, também, desenvolva consciência crítica em relação à realidade circundante, para intervir na mesma realidade”.

O planejamento curricular que preza pela realidade da população em que se está inserido, permite que as ações de ensino sejam eficientes, uma vez que ilustra na realidade, para o educando, a importância de tal prática para o serviço de saúde (SALES; MARIN; SILVA FILHO, 2015).

Deste modo, compreende-se que a incorporação do currículo por competência tornou-se uma importante ferramenta para a consolidação

do ensino, possibilitando a formação de indivíduos críticos e reflexivos, aptos para atuar no mundo de trabalho. Como resultado para o ensino profissional em enfermagem, tem-se a melhoria da qualidade de assistência prestada a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu-nos compreender a história da criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, campus Florianópolis, nos anos 2000.

Historicamente compreendemos que ainda há um longo caminho a ser desvendado, referente a criação do curso Técnico de Enfermagem do IFSC, o qual refere-se a criação do curso, na cidade de Joinville, década de 1990.

O curso Técnico de Enfermagem no IFSC, campus Florianópolis, tornou-se realidade em virtude da atuação persistente das enfermeiras desta instituição, as quais se dedicaram na construção de um novo curso, o qual pudesse atender a uma necessidade do próprio grupo de professoras, em cumprir a carga horária exigida na instituição, como também, por uma demanda da comunidade por formação profissional, pública, gratuita e de qualidade na área da enfermagem. Demonstrando assim, o comprometimento destas profissionais com a formação profissional pública.

Este curso vem contribuindo para o desenvolvimento local e regional, através da inserção de profissionais da enfermagem qualificados para o mercado de trabalho, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população, competitividade no mercado de trabalho, e o surgimento de novos campos de trabalho para os profissionais desta área.

Conforme dados do registros acadêmico do IFSC, a contribuição com a formação profissional de Técnicos de Enfermagem do campus Florianópolis para o mercado de trabalho, entre os anos de 2002 e 2015, foi de 117 profissionais.

Atualmente o ingresso no curso Técnico de Enfermagem ocorre anualmente, alicerçado no Projeto Político Pedagógico construído em

parceria com o campus Joinville, sendo a mesma matriz curricular para os cursos dos dois campus, desde 2014.

Este estudo possibilitou um breve retorno aos anos 2000, permitindo uma reflexão a respeito das etapas percorridas pelas enfermeiras para a criação do curso Técnico de Enfermagem em uma instituição pública, centenária, que por muitos anos destinou sua formação profissional para a área da indústria.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Alcides Vieira. **Da escola de Aprendizes de artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: Publicações do If-SC, 2010. 234p.

BRASIL. DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909. Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 13/02/2015.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 07/10/2015.

_____. LEI No 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm. Acesso em 28/10/2015.

_____. RESOLUÇÃO CEB N.º 4, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf>. Acesso em 11/11/2015.

_____. REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA- 2015. Expansão da Rede Federal. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em 22/02/2015 a.

_____. PSAD em números 2012: distribuição da carga horária da atividade docente no IFSC: concepção e operacionalização / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. - Florianópolis: Publicação do IFSC, 2014. Disponível em:<<http://docplayer.com.br/3382700-Psad-em-numeros-2012-distribuicao-da-carga-horaria-da-atividade-docente-noifsc.html>>. Acesso em 20/10/2015 c.

_____. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em 18/02/2015.

COREN-SC. O papel das entidades representativas da Enfermagem. Disponível em:< <http://www.corensc.gov.br/?c=f&t=5&cod=956>>. Acesso em 25/11/2015a.

COVEY, Stephen R. **Os Sete hábitos das pessoas altamente eficazes**. 1ª ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2006.

CRUZ, Andréa de Mello Pereira da; ALMEIDA, Miriam de Abreu. Competências na formação de Técnicos de Enfermagem para implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem. **Rev. Esc. Enferm.** USP 2010; 44(4):921-7. Disponível em: <www.ee.usp.br/reeusp/>. Acesso em: 17/11/2015.

FREITAS, Monica Caldeira Medeiros; BATISTA, Gustavo Araújo. Currículo e competências: implicações para a formação de profissionais

de saúde. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação Uberaba**, v. 1, n.1, p. 138-152, 2013.

GEOVANINI, Telma et al. **História da enfermagem: versões e interpretações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Institucional**.

Disponível em: < <http://www.ifsc.edu.br/institucional/4705-ex-diretora-da-etfsc-soni-de-carvalho-morre-em-florianopolis>>. Acesso em 10/11/2015.

JESUS, Bruna Helena de et al. Inserção no mercado de trabalho: trajetória de egressos de um curso de graduação em enfermagem. **Esc. Anna Nery**. 2013, vol.17, n.2, pp. 336-345. ISSN 1414-8145. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n2/v17n2a19.pdf>>. Acesso em 17/11/2015.

KLOH, Daiana et al. Princípio da integralidade do cuidado nos projetos político-pedagógicos dos cursos de Enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 2014, vol.22, n.4, pp. 693-700. Epub 22-Jul-2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v22n4/pt_0104-1169-rlae-0104-1169-3381-2469.pdf>. Acesso em 24/11/2015.

MANZATO, Carla Regina; RIBEIRO, Maria Lúcia; ARAÚJO, Danielle dos Santos. A trajetória da educação profissional do auxiliar e técnico em enfermagem. **REVISTA UNIARA**, v.15, n.2, dezembro 2012. Disponível em: <>. Acesso em 09/11/2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MENDES, Eugênio Vilaça. 25 anos do Sistema Único de Saúde: resultados e desafios. **Estud. av.** 2013, vol.27, n.78, pp. 27-34. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n78/03.pdf>>. Acesso em 26/11/2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed., São Paulo: Hucitec, 2014.

NAVARRO, Adriana Santana de Souza; GUIMARÃES, Raphaella Lima de Souza; GARANHANI, Mara Lúcia. Trabalho em equipe: o significado atribuído por profissionais da estratégia de saúde da família. **REME rev. min. enferm**;17(1):61-68, jan.-mar. 2013. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/579>>. Acesso em 02/11/2015.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 575-84. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a15v14n4.pdf>>. Acesso em 14/05/2014.

SALES, Patrícia Regina de Souza; MARIN, Maria José Sanches; SILVA FILHO, Carlos Rodrigues da. Integração academia-serviço na formação de enfermeiros em um hospital de ensino. **Trab. educ. saúde**. 2015, vol.13, n.3, pp. 675-693. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v13n3/1981-7746-tes-13-03-0675.pdf>>. Acesso em 24/11/2015.

SILVEIRA, Luciana Ramos; RAMOS, Flávia Regina Souza. Os maiores desafios e dificuldades para realizar o trabalho de fiscal do COREN/SC. **Enferm. Foco** 2014; 5(1/2): 33-36. Disponível em: <<http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/566/246>>. Acesso em 25/11/2015.

TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas Nascimento; CUNHA, Yanna Mara Mol. A pesquisa em história da enfermagem: revisão de publicações de 2000-2008. **remE – Rev. Min. Enferm.**;15(3): 435-442, jul./set., 2011. Disponível em: < file:///D:/Luciane/Downloads/v15n3a18.pdf>. Acesso em: 15/10/2015.

WERMELINGER, M.; AMÂNCIO FILHO, A.; MACHADO, M. H. Formação técnica em saúde: expectativas, dilemas e (des)ilusões do aluno. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 37, n.2, maio./ago. 2011 p. 61-71. Disponível em:<<http://www.senac.com.br/BTS/372/artigo6.pdf>>. Acesso em 16/11/2015.

4.2 MANUSCRITO 2 Os desafios do Curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina em Florianópolis nos anos 2000.

Os desafios do Curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina em Florianópolis nos anos 2000

Luciane Patrícia Oliari
Maria Itayra Padilha

RESUMO

Introdução: o curso Técnico de Enfermagem passa a ser ofertado no ano de 2002, no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, na época, ainda denominado Escola Técnica Federal de Santa Catarina. A enfermagem surge em uma instituição centenária, onde a tradição do ensino esteve por muitos anos direcionado para a área da indústria.

Objetivo: Analisar as fortalezas e fragilidades encontradas no processo de implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000. **Método:** Pesquisa sócio- histórica com abordagem qualitativa. A História Oral foi utilizada como método-fonte para a coleta de dados. Participaram do estudo sete profissionais, que estiveram envolvidos com a criação e implantação do curso. **Resultados:** Como fragilidade foram destacadas: materiais e estrutura insuficientes e poucos professores para conduzir o curso, oferta do curso bianual e a não compreensão pela instituição do funcionamento dos estágios na enfermagem. Como fortaleza estavam o comprometimento dos professores envolvidos com o curso, apoio da direção e o reconhecimento pelo incentivo a pesquisa dado pelas enfermeiras. **Conclusão:** As fragilidades e fortalezas contribuíram para que a implantação do curso Técnico de Enfermagem, vencesse os desafios e conduziram a qualificação da formação profissional.

PALAVRAS CHAVE: História da Enfermagem; Ensino Médio; Formação de Recursos Humanos; Escolas de Enfermagem.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o ensino profissional da enfermagem inicia sua história em 1890, com a criação da primeira escola de enfermagem brasileira, denominada Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE) do Hospital Nacional de Alienados, do Ministério dos Negócios do Interior, no Rio de Janeiro. Esta escola tornou-se realidade por meio do Decreto Federal n. 791, assinado pelo Chefe do Governo Provisório da República, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (GEOVANINI et al 2010; BARREIRA et al 2011).

Entretanto a profissionalização da enfermagem moderna no Brasil data seu início o ano de 1921, quando o sanitarista Carlos Chagas, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), solicita a cooperação da Fundação Rockefeller, dos Estados Unidos, para atuar no combate as doenças infectocontagiosas que ameaçavam o país. Esta parceria foi comandada pela enfermeira Ethel Parsons e ficou conhecida como “Missão Parsons” (PAVA; NEVES, 2011).

No ano seguinte, 1922, com o intuito de profissionalizar a enfermagem no país, foi criada a Escola de Enfermeiras do DNSP, por meio do decreto nº 15.779 de 10 de novembro. Em 1926, a escola passou a denominar-se Escola de Enfermagem Dona Ana Nery, através do decreto nº 17.268. O método de ensino adotado nesta escola seguia o modelo proposto por Florence Nightingale, o qual foi inserido no país pelas enfermeiras norte americanas, que estavam no Brasil para a execução da “Missão Parsons” (CARVALHO, 1976; GEOVANINI et al 2010; BARREIRA et al 2011).

Mais tarde, em 1931, a publicação do decreto presidencial nº 20.109 regulamentou o exercício da enfermagem no Brasil e indicou a Escola de Enfermagem Anna Nery como Escola Oficial Padrão para o ensino da enfermagem no país. Esta determinação tinha como objetivo, garantir a qualidade da formação dos profissionais de enfermagem no Brasil, através da equiparação do ensino, o qual ocorria por meio de critérios estabelecidos pela referida Lei.

Em 1934 o número de enfermeiros diplomados no Brasil era insuficiente para atender as necessidades do país. Como forma de suprir esta demanda foi criado por Laís Netto dos Reys o curso de auxiliar de enfermagem, na Escola de Escola de Enfermagem Carlos Chagas, em Belo Horizonte. A criação desta nova categoria profissional na enfermagem surge como uma medida emergencial do Estado em aumentar o capital humano da enfermagem, entretanto, com um menor tempo de formação (ROCHA; NOGUEIRA; ZEITOUNE, 2005; GEOVANINI et al, 2010).

Como forma de suprir o déficit de profissionais de enfermagem qualificados que o país ainda enfrentava, em 1951 inicia as discussões sobre a possibilidade da criação de mais um nível na formação na enfermagem. Este nova categoria profissional deveria estar entre o enfermeiro e o auxiliar de enfermagem. Deste modo, em 1966 foi criado o primeiro curso de enfermagem de nível médio do Brasil, o Curso Técnico na Escola de Enfermagem Anna Nery. Este novo profissional deveria ter “preparo intermediário entre o enfermeiro e o auxiliar de enfermagem”, com a capacidade de substituir a enfermeira sempre que necessário (CARVALHO, 1976 p. 195; KLETEMBERG, et al 2011).

A formação profissional da enfermagem inicia em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, em 1959, com o curso Auxiliar de Enfermagem Madre Benvenutta. Criado pela congregação Divina Providência, sob a coordenação da Irmã Cacilda Hammes (Otilie Hammes), o curso foi reconhecido como a primeira escola de enfermagem de nível médio do estado (BORENSTEIN; PADILHA, 2011).

Mais tarde, em 1969, foi criado em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também em Florianópolis, o primeiro curso de Graduação em Enfermagem do estado. A criação deste curso resultou em significativas melhorias na assistência à saúde da população catarinense. O curso foi criado por meio da coordenação da enfermeira Eloita Pereira Neves e funcionava anexo a faculdade de medicina da UFSC (BORENSTEIN; ALTHOFF, 1999; BORENSTEIN et al 2009a).

A formação técnica em enfermagem surge em Santa Catarina no ano seguinte, 1970, também na capital do estado. O curso foi criado no Colégio Coração de Jesus, como resultado de uma política do Governo Federal que determinava a criação de escolas técnicas em todo o território nacional (BORENSTEIN et al 2009b).

Percorrendo a história do ensino profissional da enfermagem no Brasil é possível perceber que esta trajetória foi envolta em intensas transformações ao longo dos anos. Tais modificações foram influenciadas diretamente pelo período histórico vivido, resultando assim na construção de um sistema de ensino capaz de atender aos interesses da população de cada período.

Em Florianópolis, no ano de 2002, o curso Técnico de Enfermagem passa a ser ofertado no Instituto Federal de Santa Catarina, na época, ainda Escola Técnica Federal de Santa Catarina. A enfermagem surge em uma instituição centenária, onde a tradição do ensino esteve por muitos anos direcionado para a área da indústria.

Com base no exposto, o presente estudo teve por objetivo: Analisar as fortalezas e fragilidades encontradas no processo de implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000. O recorte histórico justifica-se na década de criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, campus Florianópolis.

Pretendemos com este estudo, contribuir com a construção da história da enfermagem em Santa Catarina, cooperando assim com a construção da identidade profissional desta profissão, promovendo um novo olhar sobre a enfermagem.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa sócio-histórica com abordagem qualitativa, que utilizou a História Oral como método-fonte para a coleta de dados. Os estudos de natureza sócio-histórica tem o intuito de compreender e discutir o cotidiano de um grupo social, em um determinado período temporal na área de interesse do historiador (PADILHA; BORENSTEIN, 2005 p. 577).

Por meio da História Oral torna-se possível a coleta de dados através de entrevistas com pessoas que viveram, participaram e /ou testemunharam determinados acontecimentos, em um determinado período e contexto social (ALBERTI, 2013).

A história oral temática foi utilizada como método-fonte de coleta de dados, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas

com os docentes e técnicos administrativos que atuaram e atuam no Instituto Federal de Santa Catarina, e que tiveram relação com a criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis. Para tanto, foram entrevistados, no período de junho a setembro de 2015, cinco professoras enfermeiras, o diretor geral do campus, e uma pedagoga, totalizando em sete profissionais que participaram do estudo, os quais vivenciaram direta ou indiretamente a criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem na década de 2000 no IFSC.

Os critérios de inclusão foram: profissionais que atuavam no IFSC durante o período do estudo e que tiveram relação com a criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem; que tivessem boa memória em relação ao período de criação do curso e que tivessem interesse em participar da pesquisa.

A seleção dos participantes da pesquisa foi realizada a partir de uma solicitação feita ao Departamento de Gestão de Pessoas do IFSC, e por indicação dos próprios profissionais já entrevistados (método bola da neve). Neste método, a indicação dos participantes do estudo é feita pelos indivíduos selecionados no início do estudo, os quais indicam novos participantes sucessivamente, até que seja atingido o objetivo do estudo (*ponto de saturação*) (ALBUQUERQUE, 2009).

As entrevistas foram agendadas previamente, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, respeitando local, data e horário por eles sugeridos. De maneira geral, as entrevistas ocorreram nos locais de trabalho dos participantes do estudo. A coleta de dados foi encerrada a partir do momento da sua saturação.

Após a realização da coleta de dados, as entrevistas foram transcritas pela própria pesquisadora, a fim de preservar a confiabilidade dos relatos. As transcrições passaram pelo processo e transcrição e foram devolvidas aos próprios entrevistados para a entrevista ser validada, por meio da assinatura do termo de cessão de entrevista. Este documento garante a legalidade do uso da entrevista completa ou em partes para publicação, conforme acordo pré estabelecido entre pesquisador e participante (MEIHY e HOLANDA, 2013).

Após esta etapa, a partir de intensas e exaustivas leituras dos dados coletados, os mesmos foram agrupados por categorias, com o objetivo de agrupar os possíveis temas. Busca-se ainda, identificar os núcleos de compreensão do texto, através das categorias pré-estabelecidas, em conformidade com a Análise de Conteúdo de Minayo (2014).

Este estudo tem 3 categorias.

A **categoria 1** trata do reconhecimento do curso Técnico de Enfermagem pela comunidade e mercado de trabalho e o reconhecimento do curso por ser público e gratuito.

Na **categoria 2** serão abordadas questões relativas as fragilidades enfrentadas pelo curso, como: o criação do curso Técnico de Enfermagem em uma instituição com característica industrial; oferta do curso bianual; materiais e estrutura insuficientes para o curso; poucos professores para conduzir o curso; não compreensão pela instituição do funcionamento dos estágios curriculares supervisionados na enfermagem; escassez de recursos e a burocracia para aprovação de um curso novo.

Na **categoria 3** estaremos discutindo as questões relativas as fortalezas no período criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, como: comprometimento dos professores envolvidos com o curso; apoio da direção para implantar o curso, projetos integradores e o incentivo a pesquisa.

O presente estudo foi submetido e aprovado (n. do CAAE - 45500615.4.0000.0121) pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina. Os sujeitos que aceitaram participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e permitiram a publicação dos seus nomes.

Resultados e Discussão

Neste momento, apresentaremos os resultados desta investigação por meio de agrupamentos discursivos. Este modo, possibilita o leitor vislumbrar o percurso de análise dos dados, na busca pela compreensão da percepção dos profissionais entrevistados, a respeito das fortalezas e fragilidades encontradas no processo de criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000.

O reconhecimento do curso Técnico de Enfermagem do Instituto Federal de Santa Catarina, campus Florianópolis

A criação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, campus Florianópolis, ocorreu no início dos anos 2000, quando a escola ainda era denominada Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Com oitenta anos de atuação no ensino industrial na capital do estado de Santa Catarina, a escola era reconhecida pela comunidade e mercado de trabalho, como ser uma instituição consolidada e qualificada na formação e qualificação profissional no estado.

Um dos aspectos identificados nos relatos dos participantes deste estudo, foi relativo ao reconhecimento do curso Técnico de Enfermagem pela comunidade e mercado de trabalho, identificado por meio da absorção destes egressos pelo setor empregatício da região.

O curso era bem visto pela comunidade, e pelo setor que empregava. O curso era muito bom, não teve nenhum aluno que não conseguiu colocação [no mercado de trabalho]. O que não colocou foi porque desistiu. **Rita (professora)**

Vários alunos fizeram concurso para o HU [Hospital Universitário] quanto terminaram a parte do auxiliar. Lembro que tinha 8 vagas [para auxiliar de enfermagem], e o 1º e o 6º lugar, foram nossos alunos. É um reconhecimento bem grande para o curso. Para nós é uma alegria saber que eles se formam e logo tem emprego. É o retorno do nosso trabalho. **Laurete (professora)**

Eles [os alunos que concluíam o curso] eram muito esperados pelo mercado, até por instituições particulares. Eles [o setor empregador] ligavam e queriam saber quando que se formava a nossa turma. Os nossos alunos técnicos [de enfermagem], tiveram 100% de aprovação no mercado. **Elisabete (professora)**

O nome IFSC, não só para os cursos da saúde, mas para todos os cursos alí [do Instituto Federal], traz essa bagagem de serem bons profissionais [formandos do IFSC]. O próprio mercado acaba selecionando primeiro esses profissionais [nossos ex alunos], pois sabem que a formação é consistente. Muitos [ex alunos do curso Técnico de Enfermagem] nós vimos trabalhando

nos campos de estágio quando vamos com os alunos e alguns retornos que os alunos dão. Grande parte dos alunos que nós tivemos o conhecimento [da inserção no mercado de trabalho] foi em função de aprovação em concurso público. Então nós vemos que se foi aprovado em concurso, é porque teve uma boa formação para estar lá. Temos colegas nossos [professores]. Eu tenho dois ex-alunos, que foram alunos do curso técnico em enfermagem, e hoje são meus colegas de trabalho. Fizeram o Técnico de Enfermagem, graduação, especialização, mestrado, doutorado e hoje estão aqui [no IFSC] trabalhando com a gente.

Fabiano (professor)

Por meio das falas dos participantes do estudo é possível verificar que os cursos ofertados pelo IFSC são reconhecidos pela comunidade, o qual pode ser constatado pela procura e absorção dos formandos dos seus diversos cursos pelo mercado de trabalho. Este reconhecimento se deve a qualidade e seriedade depositados na formação profissional, adotado por esta instituição, o qual contribui com o desenvolvimento local e regional de sua inserção.

A Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, realizada em 2009, com os egressos dos anos de 2003 a 2007, revelou que 72% dos egressos da rede estão empregados. Destes 44% atuam na área do curso técnico em que se formaram e 21% em áreas correlata. Entretanto na região Sul esta porcentagem muda para 59% e 18% respectivamente (Brasil, 2009). Por meio destes dados, torna-se evidente a aceitação pelo mercado de trabalho, da formação profissional das instituições da Rede Federal em nosso país. Os participantes do estudo também referem-se ao reconhecimento do curso pela comunidade, relacionando-o ao fato de ser público e prezar pela qualidade do ensino.

O curso Técnico de Enfermagem sempre foi muito bem aceito. Sempre. Sempre. Eu já trabalhei setor de ingresso, por um tempo, e as pessoas ligavam direto. Direto. Direto. Uma porque os cursos técnicos de enfermagem aqui [em Florianópolis] todos são privados. Então era uma oportunidade de oferta pública e oferta de qualidade. Não é aquela coisa massificada. E é diferente das escolas privadas. Temos esse diferencial, esse reconhecimento. Então havia esse interesse principalmente por ser público **Liliane (pedagoga)**

As pessoas querem fazer o curso, mais custa caro [no ensino privado]. Na verdade a mensalidade de um curso é praticamente um salário de um técnico, por isso que a concorrência da época era bem acirrada, e quem conseguia uma vaga era bem visto.
Laurete (professora)

Aqui em Florianópolis já existia uma escola de enfermagem, só que ela era particular. Quando apareceu a pública, todo mundo correu para a pública. E a escola técnica, sempre teve um conceito bastante forte dentro da comunidade de Florianópolis. Então quando foi criado o curso de enfermagem [...], choveu candidatos. **Anésio (diretor da Escola Técnica)**

Acreditamos que a oferta gratuita do curso Técnico de Enfermagem tornou-se um fator determinante para a alta procura do curso, visto que o custo da formação no ensino privado torna-se um elemento excludente para parte da população. Compreendemos ainda que esta procura por formação profissional em uma instituição pública e com prestígio é o resultado da competitividade imposta pelo mundo atual, onde as melhores colocações no mercado de trabalho são determinadas pelo prestígio, qualidade e reconhecimento da instituição formadora.

No Brasil a enfermagem de nível médio ocupa o maior número de vagas profissionais das instituições de saúde (Manzato; Ribeiro; Araujo, 2012), como também, oferece o maior número de cursos no país. Entretanto a rede pública de ensino contribui com uma pequena parcela desta formação, visto que a rede privada concentra o maior número de escolas de nível Técnico de Enfermagem do país (GEOVANINI et al, 2010).

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, surgem com a finalidade de “promover a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia” (Brasil, 2008). Com a criação dos IF esta disparidade na oferta de vagas públicas e privadas tem reduzindo no país.

Outro aspecto abordado pelos participantes do estudo foi relativo a alta concorrência na seleção dos candidatos para o ingresso no curso Técnico de Enfermagem.

O ingresso dos alunos aos cursos técnicos do IFSC são realizados por meio do Exame de Classificação (EC), sendo este uma prova de

múltipla escolha, de conhecimentos gerais, realizados pelos candidatos inscritos para o curso. Este exame ocorre com uma periodicidade determinada pelo projeto político pedagógico de cada curso em questão, o qual também determina o número de vagas que serão ofertadas. Este exame não reprova o candidato, ele o classifica, garantindo seu ingresso no curso de acordo com sua classificação, o qual deve estar em conformidade com o número de vagas ofertadas. Para a criação do curso Técnico de Enfermagem foram ofertadas 18 vagas para o EC, com a periodicidade bianual.

A seleção do Instituto não era fácil, a concorrência era muito alta. A nossa primeira turma deu 22 para 1 [22 candidatos na disputa por vaga] e não baixou de 22 por 1, 17 por 1, e agora eu não sei informar como está. Os gestores acabaram entendendo que era os índices maiores [na seleção de candidato por vaga]. Eu sempre dizia assim “*o interessante que é o curso que tem o maior índice dentro da instituição, e o que tem o menor espaço*”. Tem o maior índice em número de aluno por número de vaga, e tinha o menor espaço. Ele sempre era o menor. Foi bem difícil, mas a gente não esmoreceu em nenhum momento. **Rita (professora)**

A concorrência era grande na seleção. Em torno de 20 para 1, 16...17 pra 1 [concorrência de 20, 16, 17 alunos por vaga], a concorrência era acirrada. Nós sempre fomos os primeiros lugares em termo de concorrência ali [no campus Florianópolis]. Sempre tivemos um percentual grande de alunos procurando pelo curso. **Laurete (professora)**

Quando nós oferecemos a primeira vez, sem grandes divulgações, já foi muito concorrido. Ficou quase o mais concorrido. Na segunda oferta, nossa, encheu. Nós fomos o curso mais procurado do campus. A quantidade era gigantesca [de candidato] por vaga. Nem sei te dizer, acho que era 27 por vaga. Era quase mais que medicina por vaga. Aí o diretor disse, “opa” [risos]. Nós ficamos ranqueados o tempo todo, e até concorrendo com Sistema de Informática. Tinha semestre que eles passavam nós e outro nós passávamos eles. Um dia o professor pegou uma planilha, o coordenador desse curso, e veio me mostrar: “*olha Bete, olha só*”. Teve curso lá que eles ofereceram 11 vagas e teve 7 inscritos [risos], eu pensei, “*exclui esse curso e amplia o nosso*”, porque nós não conseguíamos nos conformar com essa história de ser bianual. “*Ah, está alto porque é a cada dois*

anos”, e nós não tínhamos como provar que se fosse semestral ia ser alto também. **Elisabete (professora)**

A procura pelo curso é Alta. Sempre é alta [risos]. A enfermagem sempre é alta. Inclusive nos ingressos é o curso sequencial que tem mais procura. No campus é sempre o curso Técnico de Enfermagem e o curso técnico de informática. **Rosane (professora)**

Sempre existiu demanda. A procura sempre foi grande. O curso de enfermagem foi sempre um dos cursos mais disputados no exame de classificação. Sempre foi. Tanto aqui, como em Joinville. Sempre foi um dos cursos mais disputados. O índice de candidato por vaga [...], teve um semestre que chegou 20 ou 30 candidatos por vaga. **Anésio (diretor da Escola Técnica)**

O número elevado candidatos inscritos para prestar o EC para o ingresso no curso Técnico de Enfermagem do IFSC, em Florianópolis, pode ser encarado como uma demanda que a região enfrente, por formação profissional pública e gratuita na área da enfermagem, como também, pelo elevado conceito que o curso apresenta frente a sociedade e mercado de trabalho.

No Brasil é possível encontrarmos um variado leque de instituições públicas de ensino, tradicionalmente bem conceituados pelos órgãos fiscalizadores. Esta avaliação positiva torna o curso reconhecido pela sociedade, resultando em uma procura cada vez mais elevada para o ingresso nestas instituições (FABRI, 2013).

Este fato justifica o processo de seleção para o curso Técnico de Enfermagem no IFSC, em Florianópolis, ser muito disputado por um número elevado de candidatos por vaga, como também, o fato do número de vagas ofertadas não serem suficientes para atender a demanda local.

Fragilidades encontradas pelas docentes no processo de criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, em Florianópolis

A criação e a implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, enfrentou inúmeras dificuldades até

sua consolidação como um curso da instituição. Tais dificuldades foram relacionadas ao fato do curso ser criado em uma instituição de ensino centenária, consolidada na área da indústria. Fato este que pode ser observado nos relatos a seguir.

As escolas técnicas nasceram na área da Indústria, então o foco das escolas técnicas era a indústria. Você colocar um curso de enfermagem onde se tem mais de 60% do corpo docente de Engenheiros, pensa a dificuldade que foi. Foi bem dificultoso. Hoje a gente até ganhou um certo espaço lá, mas ainda não está bom. Então é tudo muito “enjambado”, porque a enfermagem precisa. Mas nós conseguimos bons laboratórios. Considerando outros. Mas a gente pode melhorar mais. **Rita (professora)**

Para implantar um curso da saúde, em uma instituição que é essencialmente indústria, existe claro, todas as barreiras e percalços. Esse curso chega em uma instituição que é bem voltada para a área da indústria. O embrião do Instituto Federal, as Escolas Técnicas, é a indústria. Mas para implantar o curso Técnico de Enfermagem foram as barreiras que todo o curso novo tem. Que é o novo dentro de uma instituição voltada para a indústria, que não tinha a compreensão do que era saúde. Como vai ser implantado? Até convencer a gestão, colocar para a gestão a importância, que o campus mais antigo [...], olha, foi um processo. Mas como já existia o curso técnico de radiologia eu acho que o campo foi se abrindo, e fomos conquistando aos poucos o nosso espaço. Mas nada é fácil em um instituição que tem um outro viés, um outro trabalho. Acredito que no Brasil inteiro, não seja algo fácil assim. **Laurete (professora)**

Inicialmente **Joinville** não era um campus, era um curso avançado. Era um curso da Escola Técnica de Florianópolis, mas sediado em Joinville. E é claro, nós tínhamos uma trajetória vinculada a indústria, e de repente um curso de enfermagem. Mas eu não sei exatamente porque chegou a esse curso, pois esse convênio foi firmado a administração anterior. Para nós foi algo assim, espantoso. Nós não tínhamos experiência, não tínhamos vivência, a escola não tinha tradição nessa área, e de repente ter um curso de enfermagem. Depois acho que conseguimos entender que a educação profissional poderia ser bem mais abrangente. **Liliane (pedagoga)**

Por meio do relatos é possível compreender que as dificuldades enfrentadas pelas enfermeiras, a fim de conquistar o espaço do curso

Técnico de Enfermagem na instituição, é o resultado da característica centenária da instituição na oferta de ensino industrial.

Os Institutos Federais surgem em todo Brasil em 2008, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2008). Porém, os Institutos são originários das Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909 pelo presidente dos Estados Unidos do Brasil, Nilo Peçanha. Estas escolas foram criadas nas capitais dos Estados, por meio do Decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909, em execução da lei nº. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, o qual tinha como finalidade oferecer ensino profissional e gratuito, permitindo “às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência” (BRASIL, 1909).

A política das Escolas de Aprendizes Artífices, era atender as necessidades educacionais das pessoas “desprovidas de fortuna”, assim como da indústria brasileira, em favor do desenvolvimento do país. Em Florianópolis os primeiros cursos oferecidos para a comunidade foram os cursos primário, desenho, tipografia, encadernação e pautação, carpintaria da ribeira, escultura e mecânica (ferraria e serralheria) (ALMEIDA, 2010).

Desde a sua criação em 1909, na cidade de Florianópolis, a escola sofreu inúmeras transformações. Passou a denominar-se Liceu Industrial de Santa Catarina (1937- 1942); Escola Industrial de Florianópolis (1942); Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1942-1965); Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1965-1968); Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1968-2002); Centros Federais de Educação Tecnológica (2002-2008) e Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (2008), até a atualidade.

Os cursos na área da saúde surgem na Escola Técnica Federal de Santa Catarina na década de 1990, após 80 anos de criação desta instituição. O Curso Técnico de Enfermagem iniciou sua oferta na cidade de Joinville, SC, em parceria com o Hospital e Maternidade Dona Helena, no ano de 1994. Neste período o curso funcionava como uma extensão da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, unidade Florianópolis, até o ano de 2006, quando foi transformado em campus (ALMEIDA, 2010).

Apenas em 2002, por intermédio das enfermeiras provenientes do curso Técnico de Enfermagem que estava sendo ofertado na cidade de Joinville, o curso passa a ser ofertado na cidade de Florianópolis, unidade sede da Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Onde o

ensino industrial já estava consolidado, tornando o processo de criação do curso dificultoso, em virtude das especificidades da formação profissional em Enfermagem serem distintas das já praticadas na instituição.

As docentes relataram ainda, que outro fato que as incomodava, era a oferta do curso Técnico de Enfermagem ser bianual. Fato este observado nas falas que seguem.

Qual foi a minha decepção, entre aspas, enquanto o curso. Uma Rede Federal ela não pode se dar ao luxo de ofertar primeiro tão poucas vagas, em tanto tempo espaçado, a cada dois anos, para uma minoria. Na verdade, nós abríamos turma para uma minoria. Qual era o problema em ter entradas bianuais? Ter que terminar uma turma, para depois começar outra turma. Aquele aluno que tinha um problema no meio do caminho, que não conseguiu acompanhar, ele tinha que aguardar o início da próxima turma. Foi por conta disso a gente disse, “*bianual não dá mais*”. **Rita (professora)**

O curso Técnico de Enfermagem iniciou com turmas a cada dois anos. Terminava uma turma e começava outra. E foi assim porque nós não tínhamos quantidade de professores suficiente para abarcar mais turmas. Levamos a proposta na época para o professor Anésio Macari, que era um gestor, diretor da escola. E ele disse assim, “*olha, se vocês só tem condição de fazer a cada dois anos, faça a cada dois anos*”. **Laurete (professora)**

Mas eu acredito que a dificuldade maior para nós era essa, o fato de ser ofertado bianual, e só os mesmos professores, e tu detectar um problema e resolver ele ao longo dos dois anos. **Elisabete (professora)**

Por meio das falas dos entrevistados é possível perceber que a entrada bianual incomodava as docentes, pelo fato de diminuir o número de vagas discentes ofertadas para a população, e conseqüentemente, número de egressos formados para o mercado de trabalho. Outro ponto negativo em relação a entrada bianual, era o fato do aluno precisar aguardar o início de outra turma, para recuperar uma disciplina perdida em caso de reprovação. Exigindo assim um processo de avaliação muito mais criterioso.

Com a criação dos Institutos Federais, em 2008, a ampliação da oferta de ensino profissional público e gratuito, modificou este cenário até então existente.

O governo federal ampliou significativamente os investimentos na expansão da oferta de educação profissional, em especial no ensino técnico, nas diversas áreas de atuação econômica. Esta ampliação teve como objetivo aumentar a oferta de vagas para o ensino profissional, tornar o acesso democrático e atender as exigências do mercado de trabalho (MENDONÇA, 2014).

Por meio da expansão do ensino profissional no país, tornou-se possível o desenvolvimento pessoal e profissional dos cidadãos, permitindo sua inserção no mercado de trabalho. Como resultado deste investimento, têm-se crescimento social e econômico da população brasileira.

Ainda em relação as fragilidades encontradas no período de criação do curso Técnico de Enfermagem, a falta de estrutura física e ausência de materiais para o funcionamento do curso Técnico de Enfermagem no IFSC em Florianópolis, também foi citada.

O curso inicia na capital do estado com dificuldades na estrutura e na aquisição de materiais necessários para as aulas práticas, como luvas, agulhas, seringas e água destilada. Deste modo, para a primeira turma do curso, foi necessário que alunos e professores fizessem a aquisição deste materiais por meio de recursos próprios. O acervo de livros e materiais didáticos, eram insuficientes, os quais boa parte foram doados e elaborados pelas próprias docentes do curso. As aulas de anatomia aconteciam no mesmo laboratório utilizado pelo curso técnico em radiologia, já existente na instituição. Entretanto, as aulas práticas de enfermagem aconteciam na própria sala de aula onde eram realizadas as aulas teóricas. Tais dificuldades podem ser observadas nos relatos a seguir.

Existia deficiência de tudo. Fomos conseguindo as coisas aos poucos. Para você ter uma ideia, não só eu, mas minhas amigas da época, para iniciar [o curso] nós doamos os nossos livros. Trouxe todos os livros que eu não utilizava em casa. A Bete também trouxe os [livros] dela. Era algo para começar. Então estudamos com os nossos livros. **Rita (professora)**

No início não tinha uma estrutura montada como a gente tem hoje. Existia algumas coisas para suprir as necessidades. Olha ainda faltava muito. Precisamos estruturar bastante, pois também

estava sendo estruturado o tecnólogo em radiologia. Então os livros começaram a melhorar a partir daí. Porque até então tinha pouca coisa no acervo. Na verdade na época era bem pouca coisa o que a gente tinha. Nós montávamos as apostilas e renovava e melhorávamos. Trabalhávamos com alguns livros e apostilas, e reproduzíamos alguns materiais. Foi uma experiência interessante, bem importante para a instituição. **Laurete (professora)**

Como já existia o curso Técnico de Enfermagem de Joinville, eles tinham sempre pregão aberto, então não foi assim tão demorado para conseguirmos [os materiais]. A primeira turma que foi a mais sacrificada. As demais tinham os materiais. Nós fizemos uma vaquinha entre os alunos, e entre nós mesmos, porque nós sempre ajudávamos, e aí com essas vaquinhas eu ia lá na loja de equipamentos médicos hospitalares e comprava par de luvas de procedimento, par de luva estéril, porque eles tinham que aprender com luva estéril, seringa, agulha e água destilada. Nós comprávamos o mínimo de material necessário. A nossa caixa de coleta [de materiais contaminados], nós guardávamos no laboratório, que era o de radiologia, e quando estava cheia levava, acho que no Hospital de Caridade ou no Celso Ramos, para eles descartarem conforme a legislação, junto com os materiais deles. E foi assim que a gente foi se virando. Fomos conseguindo, dentro do laboratório que era de radiologia, transformar um pouco em laboratório de enfermagem. **Elisabete (professora)**

Nós fazíamos as práticas dentro da própria sala de aula. Fazíamos as técnicas tudo. Desenvolvíamos tal e qual. Mas não existia um ambiente propício “ah esse aqui é só laboratório”, mas nós conseguíamos dar as práticas ali no nosso ambiente. E quando íamos para os estágios, a secretaria estadual saúde ou a prefeitura municipal nos sedia o espaço, e aí nós fazíamos as práticas maiores nos estágios. Mas por muito tempo nós atuamos na mesma sala de aula com a teoria e a prática, ia se revezando. **Rosane (professora)**

Existiam espaços adaptados. Nós pegávamos uma sala de aula, e tinha ela como laboratório. Como existia uma proximidade com o banheiro, nós conseguimos colocar uma pia para fazer [as aulas de] lavagens de mãos. Mas era uma sala de aula adaptada. **Fabiano (professor)**

Lembro que a estrutura física do curso foram adaptações. Meio improvisadas. **Liliane (pedagoga)**

Frente a falta de estrutura e materiais essenciais para a formação dos profissionais técnicos em enfermagem, se fez necessário que as docentes utilizassem dos meio de improviso e adaptação a fim de garantir seus objetivos educacionais, para a formação profissional.

Para Souza Leite (et al 2011) o uso do laboratório de enfermagem na formação profissional torna-se um recurso fundamental para o aprendizado de técnicas básicas de enfermagem. Permite ao educando desenvolvimento de habilidades e competências, como destreza manual, memorização da sequência da técnica, como também, a realização de procedimentos muitas vezes não oportunizados durante os estágios curriculares supervisionados.

Para suprir a falta desta estrutura, o professor usa de artifícios, os quais podem provocar transtornos aos docentes e educandos. Estes transtornos muitas vezes elevam a carga de trabalho dos professores, na tentativa de suprir as deficiências estruturais, como também, prejudicam o processo de ensino e aprendizagem, podendo favorecer a desmotivação dos envolvidos neste processo.

Outro aspecto que se faz pertinente ressaltar, é a preocupação das enfermeiras em relação ao corpo docente disponível para atuação no curso.

Éramos em três pessoas pra fazer todas as disciplinas, e para ir para todos os estágios. Depois veio a Rosane, e nós conseguimos ir conquistando nosso espaço e conseguindo professores substitutos. Mas no início mesmo era a cada dois anos, pois era o que a gente conseguia fazer. **Laurete (professora)**

O grupo de professores do curso de enfermagem foi crescendo. Veio a Rosane, transferida também. Nós precisávamos de substitutos para o estágio. Porque essas limitações que a enfermagem faz, que tem que ter 6 alunos por campo, no máximo. Que na UTI só entra 3. Então tudo isso é uma manobra complicada de se gerenciar em tão poucos enfermeiros. **Elisabete (professora)**

O quadro docente talvez não contemplou 100% a vontade delas [das professoras da enfermagem], porque eles gostariam de ter [...]. Até para ofertar [...]. O curso não podia ingressar todo

semestre na escola. Ia ingressando uma turma a medida que saia uma turma, para dar conta da carga horária. Elas sempre trabalharam com a carga horária extrapolada. Pois o estágio profissional é 100% acompanhado pelo professor. Principalmente os estágios dentro dos hospitais. Tinha também um limite de alunos por turma que podiam estagiar. O professor também se sobrecarregava com aquela carga horária para poder atender os estágios. A carga horária dos estágios nos hospitais era o que mais demandava. **Anésio (diretor da Escola Técnica)**

Conforme os relatos, a oferta do curso Técnico de Enfermagem acontecia de maneira bianual, em virtude da escassez de professores enfermeiros que a instituição enfrentava. Esta situação angustiava as enfermeiras, pois impedia a ampliação da oferta de vagas discentes para o curso, como também, proporcionava uma formação profissional espaçada.

Esta dificuldade enfrentada pelas enfermeiras estava alicerçada na Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. O artigo 47, § 5º, determinava que “a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino” (BRASIL, 1998).

Sem parcerias mantenedoras, esta situação foi prorrogada por alguns anos, até a criação da Rede Federal em 2008, quando ocorreu a expansão do ensino profissional, público e gratuito no país, ampliando assim o número de vagas docentes na rede.

Também foi apontado pelas enfermeiras como uma fragilidade na criação do curso, a não compreensão da instituição sobre a necessidade do docente enfermeiro, supervisionar de forma direta o aluno na realização dos estágios curriculares supervisionados determinado pela legislação vigente. Este fato pode ser observado nas falas a seguir.

É um curso que requer parte teórica e prática, e não há uma compreensão do porque o professor precisa ficar, no que chamamos de estágio. Não há uma compreensão do que é o estágio. O estágio para o Instituto é um momento que acontece no final do curso. O aluno vai pra empresa e fica com um supervisor da empresa, e o professor vai lá pra fazer uma visita.

Faz um acompanhamento mais a distância do aluno. Diferente dessas práticas que a gente faz no hospital, que o professor tem que ficar lá no mínimo 4 horas, 4 horas e meia, com o aluno, supervisionando. Então o entendimento qual era: *“Por que você tem que ir pra estágio e fazer 20hs semanais? Isso é obrigatório? É obrigatório esse estágio?”* É, é obrigatório, porque a formação, do técnico requer essa supervisão direta. Tem curso [na instituição] que nem tem estágio, só tem parte teórica. O estágio é opcional. O aluno faz se quiser. Então por isso que existe essa não compreensão do estágio na enfermagem. É por falta de conhecimento da especificidade da nossa área. **Laurete (professora)**

Para eles entenderem, os diretores, era sempre sentar e explicar porque que eu fico tanto tempo sem dar aula [fora da instituição], e de repente eu sumo um tempão. Era isso que eles tinham que entender, que se eu não estou dando aula é porque tem alguém dando aula. E estou aqui preparando meu material pra dar aula, e depois eu vou para o estágio. Nós íamos todos para os estágios. A gente fechava a lojinha [departamento] [risos] e ia embora todo mundo para o estágio. **Elisabete (professora)**

Mas aqui em Florianópolis, às vezes a gente sentia alguma resistência. Ou um não entendimento. Porque quando se fala em estágio na área indústria é muito diferente do nosso estágio na área da saúde. Na área da indústria eu vou lá, supervisiono. Faço uma visita e verifico com o supervisor da empresa se o meu aluno está fazendo estágio, desempenhando as funções. Realizando as atividades. E eles não conseguiam entender isso que na área da saúde não é assim. Eu tenho que ir com o meu aluno e ficar as 4 horas lá. Houve resistência, com certeza. Mas vejo essa resistência mais por essa questão da indústria. Talvez não resistência, mas dificuldade no entendimento do funcionamento do estágio na enfermagem. **Rosane (professora)**

Diferente dos cursos da área da indústria do IFSC, onde o estágio curricular acontece no final do curso e a supervisão docente ocorre de maneira indireta, o curso Técnico de Enfermagem exige legalmente, a realização de estágio curricular supervisionado, com a supervisão direta do docente enfermeiro, durante todo o período de atividades. Deste modo, o curso Técnico de Enfermagem exige um número maior de professores, a fim abarcar toda a carga horária demandada pelo curso, as quais incluem os estágios curriculares supervisionados.

De acordo com o Conselho Federal de Enfermagem (2010) “o estágio curricular supervisionado deverá ser efetivado com supervisão do enfermeiro”, e deve “visar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, supervisionados e avaliados por enfermeiro, em conformidade com a proposta pedagógica do curso, a fim de assegurar o desenvolvimento das competências e habilidades gerais e específicas para o exercício profissional”.

É neste momento da formação profissional que o futuro Técnico em Enfermagem terá a oportunidade de entrar em contato com a realidade da profissão, e ter a possibilidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos confrontando-os com a realidade, estando ainda sobre a supervisão do enfermeiro docente apto para avaliar o educando.

As fortalezas encontradas pelas docentes no processo de criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, em Florianópolis

A criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, em Florianópolis, ocorreu diretamente pelo interesse e atuação das enfermeiras que estavam na instituição: Rita, Bete, Laurete e Fabiano. Deste modo, nesta categoria estaremos discutindo as fortalezas encontradas por estas docentes na criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC.

Iniciaremos a discussão, com os relatos a respeito do comprometimento dos professores envolvidos com o curso, conforme segue as falas.

Nós tínhamos no nosso grupo de professores, professores muito comprometidos. **Rita (professora)**

Eram poucas professoras, mas que rendiam. Foi muito trabalho. **Laurete (professora)**

O que facilitou muito foi a interação do grupo de professores que estavam montando o curso. Nós tínhamos uma interação muito boa, profissional e de amizade e com um objetivo em comum, de

que a coisa funcionasse. Tínhamos essa preocupação de fazer. Isso eu acredito que ajudou muito o processo. Digamos que tenha tornado o processo muito mais leve. **Fabiano (professor)**

De acordo com os relatos das docentes, concluímos que o curso Técnico de Enfermagem do IFSC, campus Florianópolis, tornou-se realidade em virtude do comprometimento das professoras envolvidas na criação do curso, com a educação profissional.

Conforme Ferreira (2012 p. 489) a palavra comprometimento, em seu sentido literal, significa “responsabilizar-se por algo, dedicar-se a alguma coisa ou a alguém, ter compromisso”. Entretanto, na perspectiva semântica compromisso diferencia-se de comprometimento. O primeiro é definido como o ato de cumprir o que foi determinado, e/ou acordado com outra pessoa. Já o comprometimento está relacionado as atitudes positivas do indivíduo a fim de atingir um objetivo, em favor de outro, ou para si mesmo, sendo motivado de maneira intrínseca e/ou extrinsecamente (FELICETTI, MOROSINI, 2010; SANTOS; FELICETTI, 2014).

Deste modo, é possível afirmar que as enfermeiras docentes se uniram comprometidas com um objetivo em comum, a criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem, em uma instituição que por muitos anos manteve seu eixo de ensino direcionado para a área industrial, o qual resultaria em benefícios para a comunidade como um todo.

Os participantes do estudo destacam também o apoio que receberam do diretor do campus no processo de criação do curso.

Conseguimos o apoio do gestor [para implantar o curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis], que na época era o professor Anésio. **Rita (professora)**

A escola apoiava o curso. Quando implantamos o curso, o diretor era o Anésio Macari, coitado, ele é um santo [risos]. Ele nos dava muito apoio. Ele queria porque via a necessidade. **Elisabete (professora)**

Eu vejo que nós temos apoio da direção. Graças a Deus sempre tivemos. Pois no próprio ingresso os números falam por si só, mas às vezes são questões que fogem da gerência. Como o caso da infraestrutura. Nós estamos na saúde a uns 3 ou 4 anos com projeto para aumentar a parte física. Para irmos para espaços

melhores, e ainda não conseguimos essa reforma. Já existe projeto, já existe aprovação. É o que vejo de mais frágil em termos de apoio. Mas também sei que isso foge da gestão muitas vezes **Rosane (professora)**

É possível compreender que a criação do curso Técnico de Enfermagem tornou-se realidade em função da atuação conjunta dos profissionais da área, como também pelo apoio do diretor da escola na época, professor Anésio José Macari³.

O diretor da escola é o profissional dentro da instituição que responde pelo desempenho institucional. Ele é responsável por organizar, gerir e coordenar todas as atividades institucionais, a fim de atingir metas e objetivos educacionais, propostos pela instituição. Por meio de uma gestão democrática, é possível que todos os envolvidos no processo de ensino participem das discussões e na tomada de decisões. Deste modo a decisão final torna-se o resultado de um trabalho em conjunto, e não uma ordem, com base na hierarquia institucional (FERRAZ et al 2015).

Relacionado ainda as fortalezas do processo de criação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, em Florianópolis, foi relatado pelos participantes do estudo, o incentivo dado aos alunos para a iniciação científica, através dos Projetos Integradores (PI), indicado no projeto político pedagógico do curso.

O Projeto Integrador, trata-se de uma estratégia de ensino, que tem como objetivo estimular a integração entre as unidades curriculares, com os saberes de diferentes áreas do conhecimento. Proporciona ao educando novos conhecimentos, por meio da interdisciplinaridade e a transversalidade do ensino. Ele permite a inserção do aluno à pesquisa, e contribui com a sociedade na resolução de problemas, através de novos conhecimentos.

Os alunos do curso Técnico de Enfermagem do IFSC, em Florianópolis, desenvolviam seus projetos integradores, de acordo com o tema determinado pelo professor orientador, e ao fim do curso a pesquisa era apresentada para a turma e professoras. Muitos destes trabalhos foram apresentados também em congressos da área da enfermagem e saúde, conforme pode ser observado nos relatos a seguir.

³ Anésio José Macari foi Diretor da Escola Técnica Federal de Santa Catarina entre os anos 1999 e 2003.

Na grade do curso nós tínhamos os projetos integradores. Fazíamos nas instituições, nos asilos, nas escolas, nos hospitais. Funcionava assim, era dado o tema, e cada um ficava com um grupo de alunos e fazíamos os projetos. Então eles iam a comunidade, faziam palestras, orientações, dependendo do tema, cada focava com um tema importante. Iam nas escolas, nas creches, por tudo. Esse projeto era desenvolvido ao longo de todo o curso, então não tinha um horário em si, a gente tinha estabelecido orientações, e cada orientador fazia e no final apresentávamos. Apresentamos em congressos. Apresentamos no congresso de saúde coletiva da UFSC, fomos premiados com o primeiro lugar de um pôster. Eram projetos integrados bem interessantes. **Laurete (professora)**

Nós incentivávamos muito as nossas pesquisas. Os PAC [Projetos de Ação Comunitária], que elas começaram chamar aqui de Projeto de Ação Comunitária, lá [em Florianópolis] nós chamávamos de outro nome que eu não me lembro agora, acho que já era Projeto Integrador. Esse nosso projeto integrador vinha conforme a matriz do curso. Ele era executado na comunidade. **Elisabete (professora)**

Ensino, pesquisa e extensão era um tripé bem forte. Mas além disso ia também atrás da parte administrativa para desenvolver esse projeto de extensão, para desenvolver a pesquisa. Porque mesmo que éramos curso Técnico de Enfermagem, sempre incentivamos, e fomos incentivados, estimulados para o desenvolvimento da pesquisa. Então, o aluno fazia o seu projeto integrador, e nós já passávamos pelo comitê de ética. O aluno fazia o seu projeto integrador, que não é nenhum TCC de uma graduação, uma monografia, mas ele era tido com a tal importância. Porque nós dávamos essa real importância. Projeto integrador, vocês vão apresentar em um evento, como fomos tantas vezes. É claro que o professor levava o trabalho, pois não se tinha recursos financeiros para levar o aluno. Mas o professor sempre foi. Então a pesquisa sempre foi muito séria. Visto com muita seriedade, e isso foi passado para o aluno. Na época não existia projetos de pesquisa, PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) - ao aluno do curso técnico. Mas nós da nossa maneira, nós conseguíamos incentivá-los a pesquisa, e a desenvolver o seu projeto integrador na comunidade, com um fundamento legal, como uma pesquisa mesmo. **Rosane (professora)**

Por meio das falas das enfermeiras docentes, é possível perceber a preocupação destas profissionais em promover o ensino por meio das pesquisas científicas e projetos de extensão.

Conforme Erdmann e Lanzoni (2008), por meio das pesquisas científicas a enfermagem construirá o conhecimento próprio da profissão, tornando-a reconhecida e consolidada como ciência, tecnologia e inovação.

Para tanto, se faz necessário que os docentes incentivem a produção do conhecimento através das pesquisas científicas. Freiburger e Berbel (2010 p. 207) afirmaram que “o educar pela pesquisa promove a (re)construção do conhecimento, possibilitando aprendizados que superam a mera reprodução de informações e conteúdos escolares”. Proporcionando assim ao educando, a capacidade de pensar, questionar e buscar respostas para seus questionamentos, nas diversas áreas do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo tornou-se possível compreender as fragilidades e fortalezas envolvidas no processo de criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem, do Instituto Federal de Santa Catarina, campus Florianópolis, nos anos 2000.

Para tanto, foram realizadas entrevistas, semiestruturadas, com os atores envolvidos diretamente no processo de criação e implantação do curso, os quais puderam nos informar quais as barreiras encontradas durante este processo, como também, os louros desta iniciativa.

Analisando os relatos dos personagens deste estudo, concluímos que a criação do curso Técnico de Enfermagem, em uma instituição centenária no ensino industrial, encontrou vários desafios, os quais foram superadas através do empenho e dedicação das profissionais que conduziam este processo.

Como fragilidades as enfermeiras enfrentaram a falta de corpo docente suficiente para ofertar o curso, resultando assim em oferta bianual. A oferta bianual diminuía o número de vagas ofertadas para a comunidade, e conseqüentemente o número de formandos do curso. Outra consequência da oferta bianual era em caso de reprovação, o

aluno necessitava aguardar o início de outra turma para recuperar a unidade perdida, prejudicando assim o processo formativo do educando. Ainda em relação as fragilidades, encontrava-se a estrutura deficiente para a oferta do curso, como falta de equipamentos e materiais necessários para o ensino. Esta falta de estrutura favorecia a sobrecarga de trabalho destas profissionais, a fim de compensar os problemas estruturais, evitando assim prejuízos para o ensino. Foi destacado ainda, a não compreensão da instituição a respeito dos estágios curriculares supervisionados da enfermagem. Diferente dos estágios curriculares já realizados pela escola na área da indústria, as enfermeiras precisavam acompanhar os alunos durante todo o período de estágio, resultando assim, na excessiva carga horária destas profissionais, necessitando a contratação de novos professores para o andamento do curso.

Entretanto, as enfermeiras também encontraram fortalezas no decorrer deste processo, como o apoio da direção para implantar o curso, comprometimento dos professores envolvidos com o curso técnico de enfermagem, o qual conseguiam suprimir as dificuldades encontradas, e levar o reconhecimento deste curso para a comunidade e mercado de trabalho. As docentes também foram reconhecidas pelo incentivo a pesquisa, através da apresentação dos trabalhos realizados com os alunos durante o curso em congressos da área da enfermagem e saúde, como também pela alta concorrência no exame de classificação para o ingresso, estando o curso sempre entre os mais concorridos da escola.

Historicamente compreendemos que ainda existe uma lacuna que precisa ser desvendada a respeito da história da enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina. Esta lacuna está relacionada ao processo que firmou parceria pública –privada para a criação, na década de 1990, na cidade de Joinville, do curso Técnico de Enfermagem, como uma extensão da Escola Técnica, unidade Florianópolis.

Por fim, concluímos que o referido estudo contribuiu com a construção da história da enfermagem em Santa Catarina, por meio de reflexões a respeito da formação profissional do Técnico de Enfermagem, em uma instituição federal de ensino, com tradição no ensino industrial em Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p. Disponível em: <<http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/Albuquerqueemm.pdf>>. Acesso em 10/12/2015.

ALMEIDA, Alcides Vieira. **Da escola de Aprendizes de artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: Publicações do If-SC, 2010. 234p.

BARREIRA, Ieda Alencar et al. Primeira República: a implantação da enfermagem laica e seus desdobramentos (1889-1930). In: **Enfermagem: história de uma profissão**. Org: Maria Itayra Padilha; Miriam Susskind Borenstein; Iraci dos Santos. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

BORENSTEIN, Miriam Susskind; PADILHA, Maria Itayra. Enfermagem em Santa Catarina (1900-2011). In: BORENSTEIN, Miriam Susskind; PADILHA, Maria Itayra. **Enfermagem em Santa Catarina: recortes de uma história (1900-2011)**. Florianópolis: Secco, 2011. 272 p.

BORENSTEIN, Miriam Süsskind; ALTHOFF, Coleta Rinaldi. Projetando e conquistando um caminho para a formação profissional do enfermeiro. In: Borenstein MS, Althoff CR, Souza ML. **Enfermagem da UFSC: recortes de caminhos construídos e memórias (1969-1999)**. Florianópolis (SC): Insular; 1999. p. 25-64

BORENSTEIN, Miriam Süsskind et al. Eloita Pereira Neves: baluarte da enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. **Texto**

contexto - *enferm.* 2009, vol.18, n.4, pp. 759-765.

<<http://www.scielo.br/pdf/tce/v18n4/18.pdf>>. Acesso em 17/01/2015.

BORENSTEIN, Miriam Süsskind et al. Otillie Hammes: pioneira da enfermagem catarinense. **Rev. bras. enferm.** 2009, vol.62, n.2, pp. 240-245. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672009000200011>. Acesso em 02/06/2015.b

BRASIL. DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909. Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 13/02/2015.

_____. LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm>. Acesso em: 11/01/2016.

_____. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em 18/02/2015.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=819-relatversaofinal-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 08/01/2016.

CARVALHO, Anayde Corrêa de. **Associação Brasileira de Enfermagem:** 1926-1976. Documentário. Brasília (DF); 1976.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN-299/2005 – Revogada pela Resolução COFEN Nº 371/2010.**

Disponível em: < http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-2992005-revogada-pela-resoluo-cofen-n-3712010_4334.html>. Acesso em 06/01/2016.

ERDMANN, Alacoque Lorenzini; LANZONI, Gabriela Marcellino de Melo. Características dos grupos de pesquisa da enfermagem brasileira certificados pelo CNPq de 2005 a 2007. **Esc. Anna Nery**. 2008, vol.12, n.2, pp. 316-322. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n2/v12n2a18.pdf>>. Acesso em 06/01/2016.

FABRI, Andréa Queiroz. O direito econômico da concorrência frente às estratégias de mercado das grandes redes de ensino. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.13, n. 28, p.32-44, jan/jun. 2013. Disponível em:< <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/viewFile/539/700>>. Acesso em 08/01/2016.

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília Costa. Do compromisso ao comprometimento: o estudante e a aprendizagem. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 23-44, 2010. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/02.pdf>>. Acesso em 11/01/2016.

FERRAZ, Alexandre Nunes; LACERDA, Elieide Souto; ASSIS, Kelly Najara Granja Porto de; PEREIRA, Gardênia Tereza Jardim. **Gestão escolar: NAMID/UFPB**. Ano XI, n. 02 - Fevereiro/2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>>. Acesso em 09/01/2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2012

FREIBERGER, Regiane Müller; BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A importância da pesquisa como princípio educativo na atuação pedagógica de professores de educação infantil e ensino fundamental. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 37, p. 207-245, setembro/dezembro, 2010. Disponível em:< <http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n37/09.pdf>>. Acesso em: 06/01/2016

GEOVANINI, Telma et al. **História da enfermagem**: versões e interpretações. 3 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

KLETEMBERG, Denise Faucz et al. O Fascínio da ciência na área da Saúde (1960-1990). In: **Enfermagem**: história de uma profissão. Org: Maria Itayra Padilha; Miriam Susskind Borenstein; Iraci dos Santos. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

LEITE, Maisa Tavares de Souza; OHARA, Conceição Vieira da Silva; KAKEHASHI, Tereza Yoshiko; RIBEIRO, Circéa Amália. Unidade teórico-prática na práxis de um currículo integrado: percepção de docentes de Enfermagem na saúde da criança e do adolescente. **Rev. bras. enferm.** 2011, vol.64, n.4, pp. 717-724. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n4/a14v64n4.pdf>>. Acesso em 06/01/2016.

MANZATO, Carla Regina; RIBEIRO, Maria Lúcia; ARAÚJO, Danielle dos Santos. A trajetória da educação profissional do auxiliar e técnico em enfermagem. **REVISTA UNIARA**, v.15, n.2, dezembro 2012. Disponível em: < >. Acesso em 09/11/2015.

MENDONÇA, Aline Graciele. Ensino técnico de nível médio: momentos de prestígio e de esquecimento se alternando durante a história da educação profissional no Brasil. **Horizontes**, v. 32, n. 2, p. 87-99, jul./dez.2014. Disponível em:< <http://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/178/61>>. Acesso em 09/01/2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed., São Paulo: Hucitec, 2014.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 575-84. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a15v14n4.pdf>>. Acesso em 14/05/2014.

PAVA, Andreia Macêdo; NEVES, Eduardo Borba. A arte de ensinar enfermagem: uma história de sucesso. **Rev Bras Enferm** 2011 jan-fev; 64(1): 145-51. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n1/v64n1a21.pdf>>. Acesso em: 21/01/2015.

ROCHA JBB, NOGUEIRA LT, ZEITOUNE RCG. Entre o prescrito e o real: (des)compasso entre ensino e prática do Técnico de Enfermagem. **Esc. Anna Nery**. 2005; 9 (2):237-246). Disponível em: <http://revistaenfermagem.eean.edu.br/detalhe_artigo.asp?id=959>. Acesso em 15/01/2015.

SANTOS, Guilherme Mendes Tomaz dos; FELICETTI, Vera Lucia. Discursos de alunos e professores sobre o comprometimento do estudante na educação profissional. **Competência**, Porto Alegre, RS, v.7, n.1, p. 31-48, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://seer.senacrs.com.br/index.php/RC/article/view/147>>. Acesso em 11/01/2016

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

O presente estudo respondeu as indagações iniciais, procurando responder aos objetivos norteadores do estudo. Buscamos compreender como ocorreu o processo de criação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000. A motivação para realização desta pesquisa se pautava na história centenária das Escola de Aprendizes Artífices, onde por muitos anos destinou seu ensino para a área da indústria.

As Escolas de Aprendizes Artífices foram criadas nas capitais dos estados brasileiros, em 1909, pelo presidente do Brasil Nilo Peçanha, com o objetivo de atuar na formação primária e gratuita, aos pobres e humildes, formando operários e contra-mestres, para o trabalho manual ou mecânico, necessários para a região de onde a escola estiver atuando.

Em Santa Catarina a escola foi instalada na cidade de Florianópolis e passou por inúmeras transformações até a criação dos Institutos Federais. A formação profissional nesta instituição, até a década de 1990, estava direcionado para o ensino industrial, quando inicia a oferta de cursos na área da saúde.

O curso Técnico de Enfermagem, no IFSC, inicia sua oferta em meados da década de 1990, na cidade de Joinville, região norte do estado de Santa Catarina. Até o ano de 2001, o curso foi ofertado em parceria com o Hospital e Maternidade Dona Helena, e funcionava como uma extensão da unidade de ensino Florianópolis. No ano de 2006, inicia a expansão da rede federal no estado, e o curso Técnico de Enfermagem, ofertado em Joinville passar a ser uma unidade, deixando o curso de fazer parte da unidade Florianópolis. Em 2002, através do empenho e dedicação das enfermeiras que atuavam na instituição, o curso passa a ser ofertado na cidade de Florianópolis.

As leituras realizadas em busca de referências a respeito da história da enfermagem no Brasil, demonstram que esta profissão vem de muitas lutas e dedicação das enfermeiras que estavam a frente deste processo, a fim de conquistarem o reconhecimento como profissão, assim como, seu espaço de atuação profissional.

Podemos concluir que a história do curso Técnico de Enfermagem do IFSC, campus Florianópolis, não é diferente da história da enfermagem em nosso país. Por meio das entrevistas realizadas para

a elaboração desta dissertação, tornou-se evidente, que o curso surge em decorrência do envolvimento das enfermeiras com a profissão, as quais se uniram em torno de um objetivo comum, que era otimizar carga horária docente, como também, promover a oferta de formação profissional em enfermagem, em uma instituição de ensino público, com recursos federal, suprimindo assim uma necessidade da população.

Compreendemos que inúmeras foram as dificuldades enfrentadas por estas profissionais no processo de criação e implantação do curso Técnico de Enfermagem, no IFSC, em Florianópolis. Entretanto, torna-se evidente que tais dificuldades foram superadas, as quais surgiram em detrimento da não compreensão da instituição, na formação profissional em enfermagem, como também pela escassez de recursos que a instituição enfrentava neste período.

Desenvolver esta pesquisa sobre a implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, campus Florianópolis, satisfaz minhas expectativas como pesquisadora, ao desvendar quais as circunstâncias estavam envolvidas na criação do referido curso.

A formação profissional em enfermagem pela rede federal, não se enquadra aos arranjos produtivos locais, como determinado pela Lei que cria os Institutos. Porém, a enfermagem se faz necessária em todas as regiões do país, tornando-se imprescindível investimentos público nesta área, e nível de formação.

Compreendemos que as raízes dos Institutos Federais são os cursos da área da indústria. Para que a enfermagem se faça presente nesta instituição, torna-se necessário que os docentes, com apoio dos gestores, tenham interesse nesta área de formação, e se dediquem na construção de projetos político pedagógicos, capazes de atender as necessidades da região de sua inserção.

Ao revisitar a trajetória da implantação do curso Técnico de Enfermagem do IFSC, em Florianópolis, colaboramos com a construção da história da enfermagem desta instituição. Por meio da memória dos participantes deste estudo, os quais estiveram diretamente envolvidos com o processo de criação do curso Técnico de Enfermagem, registramos todo o processo, os quais não encontramos em documentos, como: os motivos que levaram a criação do curso, quais foram os participantes deste processo, os desafios e fragilidades enfrentados, como também as fortalezas encontradas.

Por meio deste estudo, a história da enfermagem do IFSC estará preservado, registrada e disponível para o público, evitando assim que se perca no tempo.

Ao término desta dissertação, concluímos que para finalizar a história da enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, ainda há um longo caminho para ser percorrido. Entretanto, acreditamos que com o exposto, contribuímos com a construção da história da enfermagem na instituição, em nosso estado, assim como do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Zenaide Neto. **A qualificação dos atendentes de enfermagem: transformações no trabalho e na vida.** 2001. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7137/tde-16012007-161013/>>. Acesso em: 08/06/2015.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.

ALMEIDA, Alcides Vieira. **Da escola de Aprendizes de artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina.** Florianópolis: Publicações do IfSC, 2010. 234p.

AMORIM, Mário Lopes. Exigência para o desenvolvimento das nossas indústrias: o ensino técnico no contexto da Lei Orgânica do Ensino Industrial. **Hist. Educ.** 2013, vol.17, n.41, pp. 123-138. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/22920/pdf-f>>. Acesso em 31/03/2015.

ANGERAMI, Emília Luigia Saporiti; STEAGALL-GOMES, Daisy Leslie. Análise da formação do enfermeiro para a assistência de enfermagem no domicílio. **Rev. latino-am. enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 5-22, julho 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v4n2/v4n2a02.pdf>>. Acesso em: 31/03/2015.

ANTUNES, Maria José Moraes; SHIGUENO, Luiza Y. Okudaira; MENEGHIN, Paolo. Métodos pedagógicos que influenciaram o planejamento das ações educativas dos enfermeiros: revisão bibliográfica. **Rev.Esc.Enf.USP**, v.33, n.2, p. 165-74, jun. 1999. Disponível em: <
<http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/html/486/body/v33n2a08.htm>>. Acesso em 02/02/2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO IFSC/PROEN 2016 (ano base 2015). Disponível em:
<[https://public.tableau.com/profile/publish/AnurioEstatsticoPROENIFS C2016anobase2015-DadosdeMatrculas_/AnurioEstatstico#!/publish-confirm](https://public.tableau.com/profile/publish/AnurioEstatsticoPROENIFS%2016anobase2015-DadosdeMatrculas_/AnurioEstatstico#!/publish-confirm)>. Acesso em 07/03/2016.

BAPTISTA, Suely de Souza; BARREIRA, Ieda de Alencar. A enfermagem na universidade brasileira. **Esc Anna Nery Rev Enferm** 2000 abr; 4(1): 21-30. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127718313004>>. Acesso em: 02/02/2015.

BAPTISTA, Suely de Souza; BARREIRA, Ieda de Alencar. Enfermagem de nível superior no Brasil e vida associativa. **Rev Bras Enferm** 2006; 59: 411-6. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/reben/v59nspe/v59nspea05.pdf>>. Acesso em:02/02/2015.

BARBOSA, J.K. **A profissionalização do atendente: um pressuposto para melhorar a qualidade da assistência de enfermagem**. Curitiba, 1991 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. 1991.

BARREIRA, Ieda Alencar et al. Primeira República: a implantação da enfermagem laica e seus desdobramentos (1889-1930). In: **Enfermagem: história de uma profissão**. Org: Maria Itayra Padilha; Miriam Susskind Borenstein; Iraci dos Santos. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

BARREIRA, Ieda de Alencar. Memória e história para uma nova visão da enfermagem no brasil. **Rev. latino-am. enfermagem** - v. 7 - n. 3 - p. 87-93 - julho 1999. Disponível em: <

<http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/1383/1413>>. Acesso em 20/02/2015.

BARREIRA Ieda de Alencar; SAUTHIER; Jussara; BAPTISTA, Suely de Souza. O movimento associativo das enfermeiras na primeira metade do século XX. **Rev Bras Enfm**, ABEn, Brasília, v. 54, n. 2, p. 157-175, abr. – jun. 2001. Disponível em:<
http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S00347167200100200002&pid=S0034-71672001000200002&pdf_path=reben/v54n2/v54n2a02.pdf>. Acesso em 27/05/2015.

BASSINELLO, Greicelene Aparecida Hespagnol; BAGNATO, Maria Helena Salgado. Os primórdios do projeto larga escala: tempo de rememorar. **Rev Bras Enferm**, Brasília 2009 jul-ago; 62(4): 620-6. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v62n4/22.pdf>>. Acesso em 08/06/2015.

BOCK, Lisnéia Fabiani et al. A organização da enfermagem e da saúde no contexto da idade contemporânea (1930-1960). In: **Enfermagem: história de uma profissão**. Org: Maria Itayra Padilha; Miriam Susskind Borenstein; Iraci dos Santos. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

BORENSTEIN, Miriam Susskind; PADILHA, Maria Itayra. Enfermagem em Santa Catarina (1900-2011). In: BORENSTEIN, Miriam Susskind; PADILHA, Maria Itayra. **Enfermagem em Santa Catarina: recortes de uma história (1900-2011)**. Florianópolis: Secco, 2011. 272 p.

BORENSTEIN, Miriam Süsskind et al. Eloita Pereira Neves: baluarte da enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. **Texto contexto - enferm**. 2009, vol.18, n.4, pp. 759-765. <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v18n4/18.pdf>>. Acesso em 17/01/2015.a

BORENSTEIN, Miriam Süsskind et al. Otillie Hammes: pioneira da enfermagem catarinense. **Rev. bras. enferm**. 2009, vol.62, n.2, pp. 240-245. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672009000200011>. Acesso em 02/06/2015.b

BORENSTEIN, Miriam Süsskind; ALTHOFF, Coleta Rinaldi. Projetando e conquistando um caminho para a formação profissional do enfermeiro. In: Borenstein MS, Althoff CR, Souza ML. **Enfermagem da UFSC: recortes de caminhos construídos e memórias (1969-1999)**. Florianópolis (SC): Insular; 1999. p. 25-64.

BRASIL. Decreto nº 791, de 27 de Setembro de 1890. Dispõe sobre a Criação no Hospício Nacional de Alienados uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras. Sala das sessões do Governo Provisório, 27 de setembro de 1890, 2º da Republica. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-791-27-setembro-1890-503459-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10/02/2015.

_____. DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909. Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 13/02/2015.

_____. DECRETO Nº 19.402, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1930. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saude Publica. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13/02/2015.

_____. DECRETO No 20.109, DE 15 DE JUNHO DE 1931. Revogado pela Lei nº 2604, de 1955. Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa, as condições para a equiparação das escolas de enfermagem. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D20109.htm>. Acesso em 27/11/2014.

_____. LEI N. 378? DE 13 DE JANEIRO DE 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>>. Acesso em 02/02/2015.

_____. DECRETO-LEI Nº 4.073 - DE 30 DE JANEIRO DE 1942 - PUB. CLBR 1942. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4073.htm>>. Acesso em 01/02/2015.

_____. LEI Nº 775, DE 6 DE AGOSTO DE 1949. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L775.htm>. Acesso em: 24/02/2015.

_____. LEI Nº 2.604, DE 17 DE SETEMBRO DE 1955. Regula o exercício da enfermagem profissional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2604.htm>. Acesso em: 24/01/2015.

_____. LEI Nº 3.552, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm>. Acesso em: 15/02/2015.

_____. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em 19/01/2015.a

_____. DECRETO Nº 50.387, DE 28 DE MARÇO DE 1961. Regulamenta o exercício da enfermagem e suas funções auxiliares no território nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50387.htm>. Acesso em 28/01/2015.b

_____. LEI Nº 4.759, DE 20 DE AGOSTO DE 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 24/01/2015.

_____. LEI No 5.905, DE 12 DE JULHO DE 1973. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5905.htm>. Acesso em 27/05/2015.

_____. LEI N 7.498/86, DE 25 DE JUNHO DE 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: < http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html>. Acesso em 04/02/2015.

_____. LEI No 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994. Regulamento
Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>. Acesso em 02/02/2015.

_____. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 02/12/2015.

_____. LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm>. Acesso em: 11/01/2016.

_____. PARECER CNE/CEB Nº 16 de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf>. Acesso em 15/02/2015a.

_____. RESOLUÇÃO CEB N.º 4, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf>. Acesso em 11/11/2015b.

_____. DECRETO Nº 5.224 DE 1º DE OUTUBRO DE 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5224.htm>. Acesso em 15/02/2015.

_____. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em 18/02/2015.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=819-relatversaofinal-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 08/01/2016.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em 08 set. 2015.

_____. REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA- 2015. **Expansão da Rede Federal**. A Rede Federal por Estado. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em 28/06/2015a.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 07/10/2015 b.

_____. **PSAD em números 2012**: distribuição da carga horária da atividade docente no IFSC: concepção e operacionalização / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. - Florianópolis: Publicação do IFSC, 2014. Disponível

em:<<http://docplayer.com.br/3382700-Psad-em-numeros-2012-distribuicao-da-carga-horaria-da-atividade-docente-noifsc.html>>. Acesso em 20/10/2015 c.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 17/03/2015b.

CABRAL, Ivone Evangelista; ALMEIDA FILHO, Antonio José de. 85 anos de ABEn[®] e 80 de REBEn[®] promovendo o desenvolvimento científico e profissional da Enfermagem brasileira. **Rev. bras. enferm.** vol.66 no. spe Brasília sept. 2013 p. 12-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672013000700002>. Acesso em 27/05/2015.

CARVALHO, Anayde Corrêa de. **Associação Brasileira de Enfermagem**: 1926-1976. Documentário. Brasília (DF); 1976.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos; REIS, Luiz Fernando; CONTERNO, Solange. Profae e lógica neoliberal: estreitas relações. **Trab. educ. saúde** vol.5 no.1 Rio de Janeiro Mar./June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462007000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=en#back3>. Acesso em 05/06/2015.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA. **Mapa da enfermagem em Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.corensc.gov.br/iframe/mapa_coren/>. Acesso em 27/07/2015 a.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA. **O papel das entidades representativas da Enfermagem**. Disponível em:<<http://www.corensc.gov.br/?c=f&t=5&cod=956>>. Acesso em 25/11/2015.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Enfermagem em dados**. Inscrições de profissionais de Enfermagem por categoria no Brasil, em 2011. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/planejamento-estrategico-2>>. Acesso em: 09/06/2015.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução - 186/1995**. Dispõe sobre a definição e especificação das atividades elementares de Enfermagem executadas pelo pessoal sem formação específica regulada em Lei. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-1861995_4248.html>. Acesso em 09/06/2015.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN-299/2005 – Revogada pela Resolução COFEN Nº 371/2010**. Disponível em: < http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-2992005-revogada-pela-resoluo-cofen-n-3712010_4334.html>. Acesso em 06/01/2016.

COSTA, Carmem Cemires Cavalcante et al. Curso Técnico de Enfermagem do PROFAE - Ceará: uma análise sob a óptica dos egressos. *Rev. esc. enferm. USP*. 2009, vol.43, n.3, pp. 520-527. ISSN 1980-220X. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000300004&lang=pt. Acesso em 15/06/2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda Lopes. Consultoria; supervisão e revisão técnica desta edição: Dirceu da Silva. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296p.

CRUZ, Andréa de Mello Pereira da; ALMEIDA, Miriam de Abreu. Competências na formação de Técnicos de Enfermagem para implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem. *Rev. Esc. Enferm. USP* 2010; 44(4):921-7. Disponível em: <www.ee.usp.br/reeusp/>. Acesso em: 17/11/2015.

COVEY, Stephen R. **Os Sete hábitos das pessoas altamente eficazes**. 1Sete ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2006.

DANTAS, Rosana Aparecida Spadoti; AGUILLAR, Olga Maimoni. O ensino médio e o exercício profissional no contexto da enfermagem brasileira. **Rev.latino-am. enfermagem** - Ribeirão Preto - v. 7 - n. 2 - p. 25-32 - abril 1999. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/1361/1390>>. Acesso em 27/11/2014.

ERDMANN, Alacoque Lorenzini; LANZONI, Gabriela Marcellino de Melo. Características dos grupos de pesquisa da enfermagem brasileira certificados pelo CNPq de 2005 a 2007. **Esc. Anna Nery**. 2008, vol.12, n.2, pp. 316-322. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n2/v12n2a18.pdf>>. Acesso em 06/01/2016.

FABRI, Andréa Queiroz. O direito econômico da concorrência frente às estratégias de mercado das grandes redes de ensino. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.13, n. 28, p.32-44, jan/jun. 2013. Disponível em:< <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/viewFile/539/700>>. Acesso em 08/01/2016.

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília Costa. Do compromisso ao comprometimento: o estudante e a aprendizagem. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 23-44, 2010. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/02.pdf>>. Acesso em 11/01/2016.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Gestão dos institutos federais: o desafio do centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica. 2009. **Holos**, Ano 25, Vol. 2. Disponível em: < <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/267/187> >. Acesso em 16/02/2015.

FERRAZ, Alexandre Nunes; LACERDA, Elieide Souto; ASSIS, Kelly Najara Granja Porto de; PEREIRA, Gardênia Tereza Jardim. **Gestão escolar**: NAMID/UFPB. Ano XI, n. 02 - Fevereiro/2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>>. Acesso em 09/01/2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2012

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 164p.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 21-40, jul. 2002.

FREITAS, Monica Caldeira Medeiros; BATISTA, Gustavo Araújo. Currículo e competências: implicações para a formação de profissionais de saúde. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação** Uberaba, v. 1, n.1, p. 138-152, 2013.

FREIBERGER, Regiane Müller; BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A importância da pesquisa como princípio educativo na atuação pedagógica de professores de educação infantil e ensino fundamental. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 37, p. 207-245, setembro/dezembro, 2010. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n37/09.pdf>>. Acesso em: 06/01/2016

GEOVANINI, Telma et al. **História da enfermagem**: versões e interpretações. 3 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

GERMANO, Raimunda Medeiros. Percurso revisitado: o ensino de enfermagem no Brasil. **Pro-Posições** - vol. 14, N. 1 (40) - jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/40-dossie-Germanorm.pdf>>. Acesso em 19/03/2015.

GOTTEMS, Leila Bernarda Donato; ALVES, Elíoenai Dornelles; SENA, Roseni Rosângela de. A enfermagem brasileira e a profissionalização de nível técnico: análise em retrospectiva. **Rev Latino-am Enfermagem** 2007 setembro-outubro; 15(5). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2814/281421877023.pdf>>. Acesso em 22/02/2015.

GOMES Tatiana de Oliveira; ALMEIDA FILHO Antônio José de; BAPTISTA Suely de Souza. Enfermeiras- religiosas na luta por espaço no campo da enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**. P. 361-6. Maio-Jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n3/a21v58n3.pdf>>. Acesso em: 21/03/2014.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional- 2011**. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/images/institucional_documentos/plano_desenvolvimento_institucional_ifsc.pdf>. Acesso em 19/03/2015.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **O IFSC em Santa Catarina**. 2012. Disponível em: < <http://www.ifsc.edu.br/cliقة-veja-mapa-sc>. Acesso em 19/04/2015.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Curso Técnico em Enfermagem**. 2014. Disponível em: < <http://florianopolis.ifsc.edu.br/images/stories/ppc/subsequentes/ppc%20cts%20enfermagem.pdf>>. Acesso em 03/03/2016.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Institucional. 2015**. Disponível em: < <http://www.ifsc.edu.br/institucional/4705-ex-diretora-da-etfsc-soni-de-carvalho-morre-em-florianopolis>>. Acesso em 10/11/2015.

JESUS, Bruna Helena de et al. Inserção no mercado de trabalho: trajetória de egressos de um curso de graduação em enfermagem. **Esc. Anna Nery**. 2013, vol.17, n.2, pp. 336-345. ISSN 1414-8145. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n2/v17n2a19.pdf>>. Acesso em 17/11/2015.

KLETEMBERG, Denise Fauçz et al. O Fascínio da ciência na área da Saúde (1960-1990). In: **Enfermagem: história de uma profissão**. Org: Maria Itayra Padilha; Miriam Susskind Borenstein; Iraci dos Santos. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

KLOH, Daiana et al. Princípio da integralidade do cuidado nos projetos político-pedagógicos dos cursos de Enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 2014, vol.22, n.4, pp. 693-700. Epub 22-Jul-2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v22n4/pt_0104-1169-rlae-0104-1169-3381-2469.pdf>. Acesso em 24/11/2015.

KRUSE, Maria Henriqueta Luce. **Enfermagem Moderna: a ordem do cuidado**. **Rev Bras Enferm**. P. 403-410, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v59nspe/v59nspea04.pdf>>. Acesso em: 21/03/2014.

LEONELLO, Valéria Marli; MIRANDA NETO, Manoel Vieira de; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. A formação superior de Enfermagem no Brasil: uma visão histórica. **Rev. esc. enferm. USP**. 2011, vol.45, n.spe2, pp. 1774-1779. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45nspe2/24.pdf>>. Acesso em 18/02/2015. Acesso em 18/01/2015.

LIMA, Júlio César França; BRAGA, Ialê Falleiros. **Memória da Educação Profissional em Saúde no Brasil – anos 1980 –1990**. Observatório dos Técnicos em Saúde, sediado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/ Fiocruz), 2006. Disponível em: <<http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/upload/projeto/Relatorio%20Memoria.pdf>>. Acesso em: 08/06/2015.

LORENZETTI, Jorge; PADILHA, Maria Itayra; PIRES, Denise. Legislação profissional: referências históricas/Brasil e Santa Catarina. In: Pires, Denise et al. **SÉRIE CADERNOS ENFERMAGEM**. Consolidação da Legislação e Ética Profissional Vol. I. Conselho Regional de Enfermagem. Gestão 2008 – 2011. Florianópolis, SC: 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. 336p.

MAIA, Ana Maria Rosete; COSTA, Eliani; PADILHA, Maria Itayra; BORENSTEIN, Miriam Susskind. **Pesquisa histórica: possibilidades teóricas, filosóficas e metodológicas para a análise de fontes**

documentais. Vol. 2. Num. 1. Jan-Jul 2011. p.137-149. Disponível em: <
http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/n3vol1_reflexao.pdf>. Acesso em 02/04/2014.

MANCIA, Joel Rolim; PADILHA, Maria Itayra; RAMOS, Flávia Regina S. A organização da enfermagem brasileira. In: **Enfermagem: história de uma profissão**. Org: Maria Itayra Padilha; Miriam Susskind Borenstein; Iraci dos Santos. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

MANZATO, Carla Regina; RIBEIRO, Maria Lúcia; ARAÚJO, Danielle dos Santos. A trajetória da educação profissional do auxiliar e técnico em enfermagem. **REVISTA UNIARA**, v.15, n.2, dezembro 2012. Disponível em: <>. Acesso em 09/11/2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MENDES, Eugênio Vilaça. 25 anos do Sistema Único de Saúde: resultados e desafios. **Estud. av.** 2013, vol.27, n.78, pp. 27-34. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n78/03.pdf>>. Acesso em 26/11/2015.

MENDONÇA, Aline Graciele. Ensino técnico de nível médio: momentos de prestígio e de esquecimento se alternando durante a história da educação profissional no Brasil. **Horizontes**, v. 32, n. 2, p. 87-99, jul./dez.2014. Disponível em:<
<http://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/178/61>>. Acesso em 09/01/2016

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14a. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed., São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos. Rev. bras. Est. pedag., Brasília**, v.73, n. 17-4, p.291-321, maio/ago. 1992. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/452/457>>. Acesso em 18/03/2015.

NASCIMENTO, Maria Elisa Brum do; OLIVEIRA, Maria Cecília Martins. Caminhos e desafios da enfermagem no Brasil. **Revista Histedbr**. N.23.p.131-142. Set. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/23/art09_23.pdf>. Acesso em 10/04/2014.

NAVARRO, Adriana Santana de Souza; GUIMARÃES, Raphaella Lima de Souza; GARANHANI, Mara Lúcia. Trabalho em equipe: o significado atribuído por profissionais da estratégia de saúde da família. **REME rev. min. enferm**;17(1):61-68, jan.-mar. 2013. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/579>>. Acesso em 02/11/2015.

PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**; proposta de diretrizes curriculares nacionais. Org. Secretaria de educação Profissional e tecnológica do ministério da educação – SETEC/MEC – Brasília. São Paulo: Moderna, 2012.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 575-84. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a15v14n4.pdf>>. Acesso em 14/05/2014.

PAVA, Andreia Macêdo; NEVES, Eduardo Borba. A arte de ensinar enfermagem: uma história de sucesso. **Rev Bras Enferm** 2011 jan-fev; 64(1): 145-51. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n1/v64n1a21.pdf>>. Acesso em: 21/01/2015.

RET-SUS. Rede de Escolas Técnicas do SUS (Sistema Único de Saúde). **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.retsus.fiocruz.br/apresentacao>>. Acesso em 18/06/2015.

ROCHA Jesanne Barguil Brasileiro, NOGUEIRA Lídy Tolstenko, ZEITOUNE Regina Célia Golhner. Entre o prescrito e o real: (des)compasso entre ensino e prática do Técnico de Enfermagem. **Esc. Anna Nery**. 2005;9(2):237-246). Disponível em: <http://revistaenfermagem.eean.edu.br/detalhe_artigo.asp?id=959>. Acesso em 15/01/2015.

SALES, Patrícia Regina de Souza; MARIN, Maria José Sanches; SILVA FILHO, Carlos Rodrigues da. Integração academia-serviço na formação de enfermeiros em um hospital de ensino. **Trab. educ. saúde**. 2015, vol.13, n.3, pp. 675-693. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v13n3/1981-7746-tes-13-03-0675.pdf>>. Acesso em 24/11/2015.

SANTO, Tiago Braga do Espírito. **Enfermeiras francesas na capital do Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7131/tde-20122007-100254/pt-br.php>>. Acesso em 10/02/2015.

SANTOS, Isabel dos; SOUZA, Alina Maria de Almeida; GALVÃO, Ena de Araújo. Subsídios para formulação de uma política de profissionalização para o pessoal de enfermagem sem qualificação específica. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, 41 (1): 75-80, jan.mar. 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v41n1/v41n1a13.pdf>>. Acesso em 03/06/2015.

SANTOS, Nereida Lúcia Palko dos; SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar. Estilo de vida e saúde: o cotidiano das alunas da Escola de Enfermagem Anna Nery na década de 20. **Rev. bras. enferm.** 1998, vol.51, n.1, pp. 165-176. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v51n1/v51n1a13.pdf>>. Acesso em 29/07/2015.

SANTOS, Guilherme Mendes Tomaz dos; FELICETTI, Vera Lucia. Discursos de alunos e professores sobre o comprometimento do estudante na educação profissional. **Competência**, Porto Alegre, RS, v.7, n.1, p. 31-48, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://seer.senacrs.com.br/index.php/RC/article/view/147>>. Acesso em 11/01/2016

SILVA, Vilma Ribeiro da; SILVA, Maria da Graça da; SANTOS, Lidiane Batista Oliveira dos. Proposta pedagógica do PROFAE na perspectiva dos enfermeiros instrutores. **Rev. bras. enferm.** 2005, vol.58, n.3, pp. 284-289. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000300006&lang=pt>. Acesso em 15/06/2015).

SILVEIRA, Luciana Ramos; RAMOS, Flávia Regina Souza. Os maiores desafios e dificuldades para realizar o trabalho de fiscal do COREN/SC. **Enferm. Foco** 2014; 5(1/2): 33-36. Disponível em: <<http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/566/246>>. Acesso em 25/11/2015.

SÓRIO, R.; LAMARCA, I. Novos desafios das Escolas Técnicas de Saúde do SUS. **PhysisRevista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 147-164, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v8n2/07.pdf>>. Acesso em 18/06/2015.

SOUZA LEITE, Maisa Tavares de Souza et al. Unidade teórico-prática na práxis de um currículo integrado: percepção de docentes de Enfermagem na saúde da criança e do adolescente. **Rev. bras. enferm.** 2011, vol.64, n.4, pp. 717-724. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n4/a14v64n4.pdf>>. Acesso em 06/01/2016.

TAVANIELLI, Bianca Neves. Saúde Pública em Florianópolis nos anos 20. **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis. UFSC. V.1, n.1, 2008. Disponível em: <www.nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/download/333/121>. Acesso em 10/04/2014.

TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas Nascimento; CUNHA, Yanna Mara Mol. A pesquisa em história da enfermagem: revisão de publicações de 2000-2008. **remE – Rev. Min. Enferm.**;15(3): 435-442, jul./set., 2011. Disponível em: <file:///D:/Luciane/Downloads/v15n3a18.pdf>. Acesso em: 15/10/2015.

VIDOR, Alexandre et al. **Institutos Federais: Lei no 11.892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões**. In: PACHECO, Eliezer. Org.

Institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

VILAR, Benevina Maria; BORGES, Lorena Dayse Vilarinio Nunes Magalhães; SANTOS, Ana Maria Ribeiro. Escola Maria Antoniette Blanchot e a institucionalização do ensino de enfermagem no Piauí.

Rev. Bras Enferm. Brasília, 2008 set – out: 61 (5): 647-52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n5/a19v61n5.pdf>>. Acesso em 15/01/2015.

ZANATTA, Jacir Alfonso; COSTA, Márcio Luis. Algumas reflexões sobre a pesquisa qualitativa nas ciências sociais. **Estud. pesqui. psicol.** 2012, vol.12, n.2, pp. 344-359. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v12n2/v12n2a02.pdf>>. Acesso em 05/03/2015.

WERMELINGER, Mônica; AMÂNCIO FILHO, Antenor; MACHADO, Maria Helena. Formação técnica em saúde: expectativas, dilemas e (des)ilusões do aluno. B. Téc. **Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 37, n.2, maio./ago. 2011 p. 61-71. Disponível em:<<http://www.senac.com.br/BTS/372/artigo6.pdf>>. Acesso em 16/11/2015.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
MESTRADO EM ENFERMAGEM

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados de identificação

Nome completo:

Data e local de nascimento:

Estado civil:

Formação/ano:

Atuação profissional: () Docente () Técnico Administrativo ()

Outra. Qual?

1) Como ocorreu seu ingresso no IFSC (concurso, teste de seleção, convite)?

Em que ano foi e qual campus você iniciou? E neste campus (Florianópolis), que ano você ingressou e como foi este processo?

Qual foi sua motivação para trabalhar nessa Instituição (IFSC)?

2) O que motivou a implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC, campus Florianópolis?

Quem esteve à frente?

Em que circunstâncias o curso foi planejado?

3) Como ocorreu o processo de implantação deste curso?

Quando foi implantado o curso Técnico de Enfermagem no campus Florianópolis?

Como ocorreu o processo de estruturação deste curso?

Quais foram as pessoas envolvidas neste processo? (Docentes, TAEs, enfermeiras, outros)?

Quais as facilidades e dificuldades?

Existiam movimentos contrários a implantação deste curso?

4) Como era o currículo do curso? Houve mudanças em seu currículo, desde sua implantação?

Como aconteciam as aulas neste curso (Teórica, prática, estágios)? Qual a carga horária do curso?

Quais as condições disponíveis para a realização do curso (laboratórios, manequins, livros, seringas, agulhas etc)?

Como era o ingresso dos alunos neste curso?

5) Quais os principais desafios enfrentados para a criação e manutenção do curso Técnico de Enfermagem no IFSC-Florianópolis?

Como era a relação dos professores de enfermagem com os professores das outras áreas (dos outros cursos que o campus ofertava)? Como é esta relação?

Em relação a ampliação da Rede Federal de ensino, e do IFSC no estado, como você vê o curso de enfermagem?

6) Que pessoas você sugere entrevistar para explorar mais o assunto?

Você tem mais alguma informação que deseja compartilhar a respeito do curso Técnico de Enfermagem?

Possui algum documento (relatório, cartas, fotografias, portarias, regimentos, entre outros, a respeito da implantação do curso neste campus?

APÊNDICE B - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA

Universidade Federal de Santa Catarina
 Centro de Ciências da Saúde
 Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
 MESTRADO EM ENFERMAGEM

TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA

Eu _____
 _____, nacionalidade _____, estado
 civil _____,
 profissão _____,
 RG _____,
 CPF _____, residente e domiciliado em
 _____, declaro para os devidos
 fins que cedo e transfiro, gratuitamente, em caráter universal e definitivo
 à Pesquisadora **Luciane Patrícia Oliari**, a totalidade dos seus direitos
 patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no dia
 (_____), na cidade de _____ e os direitos de minha
 entrevista gravada, transcrita e autorizada, para leitura e inclusão no
 trabalho da Pesquisadora, podendo ser utilizada integralmente, sem
 restrições de prazos e citações, desde a presente data. Abdico dos meus
 direitos, que alcança meus descendentes. Da mesma forma, autorizo o
 uso da fita gravada, que ficará arquivada no acervo do Grupo de Estudos
 da História do Conhecimento da Enfermagem (GEHCES) localizado no
 Universidade Federal de Santa Catarina- Florianópolis.

 ASS. DO ENTREVISTADO

 ASS. DO PESQUISADOR

Florianópolis, xx de xxxxxxx de 2015

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
MESTRADO EM ENFERMAGEM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(De acordo com a resolução 466/2012)

Eu, Luciane Patrícia Oliari, mestrando do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, estou desenvolvendo a pesquisa intitulada “**A inserção do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina nos anos 2000**”, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Itayra Coelho de Souza Padilha.

Neste momento estou lhe convidando para participar da pesquisa acima. Sua participação consistirá em responder a entrevista realizada por mim, Luciane Patrícia Oliari.

Sua participação é voluntária, o que significa que o (a) senhor (a) poderá desistir a qualquer momento da pesquisa, retirando seu consentimento, sem que isso lhe seja imputado qualquer tipo de prejuízo.

Essa pesquisa tem por objetivo “Compreender o processo de implantação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, na década de 2000”.

Informamos que os benefícios desta pesquisa serão, contribuir com a preservação da história e memória da formação dos profissionais de enfermagem de nível médio em Florianópolis, na década de 2000, como também, ampliar a produção científica a respeito da história da enfermagem em nosso estado. O recorte temporal, anos 2000, corresponde ao período de implantação do curso Técnico de Enfermagem no IFSC na cidade de Florianópolis.

Esta é uma pesquisa qualitativa com uma abordagem sócio histórica, baseada na Nova História que utilizará a História Oral como técnica para a coleta de dados, através da realização de entrevistas semiestruturadas, que seguirá a um roteiro previamente estabelecido.

Sua participação não implicará em riscos à sua integridade física, entretanto poderá lhe trazer algum desconforto diante da abordagem do tema. Caso haja algum desconforto, a entrevista será interrompida a fim de procedermos a uma escuta atenta das razões que a (o) fizeram sentir-se assim e só retornaremos à atividade quando e se você sentir vontade de fazê-lo.

As informações obtidas serão tratadas com sigilo e seu nome não será identificado em nenhum momento, se assim o desejar. Tratando-se de uma pesquisa histórica a confidencialidade das informações depende do aceite ou não do participante em ser identificado, haja vista a importância histórica das informações e sendo os sujeitos deste estudo pessoas importantes na história da Enfermagem catarinense.

Os dados serão guardados em local seguro no Grupo de Estudos da História do Conhecimento da Enfermagem e Saúde (GEHCES), UFSC, destinando-se exclusivamente a fins acadêmicos.

Sua participação não implicará em custo material, bem como não fornecerá outra vantagem que não seja a contribuição para a construção do conhecimento científico. Será assegurado o recebimento de uma cópia deste Termo.

Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados em eventos e publicações científicas, sendo que a pesquisadora assegura o total anonimato dos participantes, se assim o desejarem.

Os procedimentos inerentes à implementação da pesquisa requerem a sua autorização para gravação das falas em gravador digital e obtenção de fotografias que possam vir a contribuir com a pesquisa.

Se você se sente plenamente esclarecido sobre as questões que envolvem o estudo e concorda em participar, solicito que você assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias. Uma das vias ficará com você, participante e outra comigo, pesquisadora.

Os esclarecimentos adicionais a respeito desta pesquisa poderão ser feitos com os responsáveis pela pesquisa através dos contatos que seguem:

Mestranda: Luciane Patrícia Oliari
(lucianep.oliari@gmail.com) ou (48) 91825353.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Itayra Coelho de Souza Padilha
(padilha@ccs.ufsc.br) ou (48) 9962-4510).

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Universidade Federal de Santa Catarina, rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis – Santa Catarina, CEP 88.040-400 e-mail: <cep.propesq@contato.ufsc.br>. Telefone: (48) 3721-6094.

Profª Drª Maria Itayra Coelho de Souza Padilha

Mda Luciane Patrícia Oliari

Consentimento Pós- Informado

Eu, _____, declaro que fui informado (a) sobre o objetivo, a justificativa, os benefícios e os riscos de participar desta pesquisa. Afirmando que compreendi os procedimentos quanto à confidencialidade, a guarda, a utilização e a divulgação das informações, por isso autorizo a gravação da entrevista e a utilização de fotografias por mim disponibilizadas. Declaro, portanto, que estou de acordo em participar, voluntariamente, da pesquisa “**A inserção do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina nos anos 2000**”.

Florianópolis, _____ de _____ de 20_____

Assinatura _____ do

Participante: _____

RG: _____

ANEXO A – COMPROVANTE DA APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA COM SERES HUMANOS DA UFSC E ENVIO DO MESMO A PLATAFORMA BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A INSERÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA NOS ANOS 2000.

Pesquisador: Maria Itayra Coelho de Souza Padilha

Versão: 3

CAAE: 45500615.4.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 047827/2015

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br